

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NUM CONTEXTO
BELIGERANTE: ATUAÇÕES FEMININAS DURANTE
OS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA BANDA
ORIENTAL (RIO PARDO – 1811 a 1828)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lélia Coelho Lopes

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NUM CONTEXTO
BELIGERANTE: ATUAÇÕES FEMININAS DURANTE
OS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA BANDA ORIENTAL
(RIO PARDO – 1811 A 1828)**

Lélia Coelho Lopes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

Orientador: Prof. Dr. José Iran Ribeiro

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lopes, Lélia Coelho
Mulheres chefes de família num contexto beligerante:
atuações femininas durante os conflitos fronteiriços na
banda oriental (Rio Pardo - 1811 a 1828). / Lélia Coelho
Lopes.-2014.
127 p.; 30cm

Orientador: José Iran Ribeiro
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2014

1. Mulheres 2. Família 3. Guerra I. Ribeiro, José
Iran II. Título.

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Lélia Coelho Lopes. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: lelialopes@uol.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NUM CONTEXTO
BELIGERANTE: ATUAÇÕES FEMININAS DURANTE
OS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA BANDA
ORIENTAL (RIO PARDO – 1811 a 1828)**

elaborada por
Lélia Coelho Lopes

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

José Iran Ribeiro Prof. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Fernando Camargo Prof. Dr. (UFPEL)

André Átila Fertig Prof. Dr. (UFSM)

Luís Augusto Ebling Farinatti Prof. Dr. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 26 de fevereiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, tive o apoio de muitas pessoas durante os anos de vida acadêmica. Certamente o incentivo de meus pais, Lindau da Silva Lopes (*in memorium*) e Nelcy Coelho Lopes, e de minha irmã, Mirna Leisi Lopes Rosa, contribuiu para meu ingresso e permanência no mundo universitário. A presença de meus sobrinhos João Victor, Nathalia e Júlia Lopes Rosa certamente colaborou para que eu encarasse o desafio com bom humor.

Agradeço a meu professor orientador, José Iran Ribeiro, que esteve a meu lado desde praticamente o início dessa caminhada. Com o professor Iran, já na graduação, eu comecei a pesquisar sobre a sociedade sul-rio-grandense nos períodos de guerra e me senti especialmente atraída pelos casos de mulheres que encontrei na documentação e acerca de suas relações com os familiares e com a comunidade naqueles momentos de conflito. A parceria bem sucedida que tivemos naquela época se repetiu durante o mestrado. Foi gratificante poder contar com seu apoio e confiança e ver que meus interesses mais imediatos em relação à pesquisa foram sempre respeitados com sua mediação. As leituras, as sugestões de documentação e passos a seguir foram esclarecedores.

Agradeço aos membros da banca, os professores André Átila Fertig, Fernando da Silva Camargo e Luís Augusto Ebling Farinatti, por aceitarem o convite e me acompanharem nessa última etapa de trabalho. Com o professor Farinatti também tenho uma longa história de incentivo. Desde a graduação, e mesmo durante o tempo em que não estive tão presente na vida acadêmica, recebi seu apoio. No mestrado pude contar com sua ajuda em grupos de estudo, com sugestões de leituras e caminhos a seguir e ao realizar as atividades de Docência Orientada. Não poderia deixar de referir a Professora Nikelen Acosta Witter, minha primeira orientadora na graduação, e que contribuiu para que desde o começo eu tivesse interesse pela História das Mulheres. Com o professor Vitor Biasoli, orientador no curso de Especialização em História do Brasil, vi despertado meu interesse pela História da Família. Agradeço à Coordenação e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Agradeço a todos os professores com os quais tive a oportunidade de trabalhar

durante o programa e que, a sua maneira, deram contribuições para que eu pudesse seguir os rumos que segui. Agradeço o apoio financeiro das bolsas Reuni e Capes.

Meus familiares imediatos, assim como as amizades que fiz no início dessa jornada (lá na graduação) compartilharam comigo os momentos desafiadores e a entrada neste mundo de saber. Foi por minha querida amiga, Renata Saldanha Oliveira, que soube que mesmo a distância minha outra grande amiga dos tempos de faculdade, Maíra Ines Vendrame, continuava incentivando meu ingresso no programa de Mestrado. Foi ao lado de Renata (sempre com seu estímulo e disposição de ajudar) que dei os primeiros passos para prosseguir na vida acadêmica, tanto na Especialização em História do Brasil como agora no Mestrado. Minha irmã, ao continuar estudando após a graduação, deu o exemplo e demonstrou acreditar que eu poderia fazer o mesmo. Apesar de ser de outra área de conhecimento, sem dúvida afim com a História, Mirna esteve sempre disposta a apoiar a parte técnica do meu trabalho e a trocar ideias acerca dos nossos saberes.

Durante o mestrado, fiz novas amizades e reiterei outras, como Alejandro Jesus Jimeno, que me deu muitas sugestões de documentação e leituras, com as quais eu pude me guiar. Vivian Zamboni, com quem tantas vezes troquei ideias acerca das relações de gênero e história das mulheres e que me deu muitas dicas de bibliografias. Renan Santos Matos, Tamiris Carvalho, Paula Paz Ribeiro, com quem também tive muitas trocas, conversas esclarecedoras e momentos de descontração. Dividi muito de meu tempo com Paula e só posso ser grata por ela ter frequentemente me animado nos momentos mais desafiadores. Aliás, só tenho elogios à turma 2012, Mônica Rossato, Bruna Lima, Diosen Marin e demais colegas, porque creio que, com maior ou menor convivência, formamos um grupo solidário e afinado. Agradeço ao colega da turma 2011 Odilon Kieling Machado e sua esposa Patrícia Fabianne Nanthal Machado, que animadamente têm reunido nossa turma e permitido conciliar uns momentos de lazer às nossas obrigações acadêmicas.

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas do início de minha carreira docente. Marinês Teresinha Neumann, de São Martinho, Santa Cruz do Sul, que foi grande incentivadora para que eu investisse nos estudos de mestrado, assim como grande parte dos colegas e direção da EMEF Cardeal Leme. Agradeço à direção da EMEF Harmonia de Santa Cruz do Sul, em sua atual e anterior gestão, por ajustar meus horários para que eu pudesse cursar o mestrado com mais facilidade.

A lista é grande, eu sei. Talvez algumas pessoas eu não tenha podido citar por nome. Mas todos estiveram lá e deram seu apoio e colaboração. O encerramento de mais essa etapa de minha vida acadêmica é resultado de uma longa jornada, em que todos, familiares, amigos, colegas, professores e servidores deram sua contribuição.

RESUMO

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em História
Dissertação de Mestrado

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NUM CONTEXTO BELIGERANTE: ATUAÇÕES FEMININAS DURANTE OS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA BANDA ORIENTAL (RIO PARDO – 1811 A 1828)

AUTORA: LÉLIA COELHO LOPES
ORIENTADOR: JOSÉ IRAN RIBEIRO
Santa Maria, 26 de Fevereiro de 2014

Essa pesquisa analisa as relações sociais no âmbito da família existentes no Rio Grande do Sul, então Capitania e a seguir província do Rio Grande de São Pedro, a partir da localidade de Rio Pardo, com enfoque à situação feminina durante as campanhas militares na Banda Oriental (1811- 1828). As guerras de fronteira, típicas de nosso espaço de estudo, e que contribuíram para a formação/consolidação do espaço sul-rio-grandense, influíam nas formações familiares, devido às estratégias e alianças estabelecidas e às constantes mobilizações militares dos efetivos masculinos, que colocavam as mulheres desempenhando papéis que usualmente seriam destinados aos componentes masculinos das famílias. Através da consulta de bibliografias e dos fundos Requerimentos e Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), correspondências, requerimentos, ofícios, recibos da Câmara Municipal de Rio Pardo (AHMRP), de documentos da Coleção Varella e de relatos de viajantes, verificamos, de maneira qualitativa, como o contexto de fronteira e guerra influenciou as famílias da região. Inferimos que a conjuntura de guerra não permitia a acomodação dos membros familiares aos papéis sociais tradicionais, uma vez que a ausência dos homens em virtude dos conflitos obrigava as mulheres a exercer suas funções. Este trabalho foi realizado com o financiamento da bolsa Reuni/Capes e fez parte da linha de pesquisa Integração, Política e Fronteira.

Palavras-chave: Mulheres. Família. Guerra.

ABSTRACT

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em História
Dissertação de Mestrado

FAMILY'S WOMEN HEADS IN A BELLIGERENT CONTEXT: WOMEN'S ACTIONS DURING THE CONFLICT IN THE EASTERN BAND FRONTIER (RIO PARDO - 1811–1828)

AUTHOR: LÉLIA COELHO LOPES

ADVISOR: JOSÉ IRAN RIBEIRO

Santa Maria, February 26th, de 2014

This research examines the social relationships on the family's context available in Rio Grande do Sul, a Captainship, after named the province of Rio Grande de São Pedro, in the locality of Rio Pardo, with a focus on women's situation during the military campaigns in the Banda Oriental (1811-1828). The border wars, typical in our space of study, and contributed to the formation / consolidation of South Rio Grande area, had influence in family formations due to the strategies and alliances established and constant military mobilizations of male troops, putting women in some positions that usually would be earmarked to male households components. By consulting bibliographies, funding requirements and Military Authorities of the Historical Archive of Rio Grande do Sul (AHRs), correspondences, petitions, letters, receipts of the Municipality of Rio Pardo (AHMRP), Varella's Collection of documents and reports of travelers, We observed, in a qualitative manner, as the context of frontier and war have affected families in the region. We infer that the war situation did not allow the accommodation of family members into traditional social roles, since the absence of men because of the conflicts, has forced women to perform their duties. This research was conducted with funding Reuni/Capes and it is a part of the Integration, Policy and Frontier line research.

Keywords: Women. Family. War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta da Fortaleza de Jesus Maria Jose (1754).	32
Figura 2 – Mapa Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (1809).....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População na Fronteira de Rio Pardo em 1798.	78
Tabela 2 – População Escrava na Região	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AM** – Fundo Autoridades Militares
- Doc** – Documento
- RG** – Registros Gerais
- RAC** – Registros de Audiências e Correções
- RECS** – Fundo Requerimentos
- AHRS** – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- AHMRP** – Arquivo Histórico do Município de Rio Pardo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO CONTINENTE DO RIO GRANDE SÃO PEDRO E OS ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA	27
1.1 O Continente do Rio Grande de São Pedro: origem e relações sociais	27
1.2 A família europeia e sua influência nos domínios coloniais	37
1.3 As famílias no Continente do Rio Grande de São Pedro: relações de solidariedade e papéis sociais	45
CAPÍTULO 2 RIO PARDO: SOCIEDADE E SOCIABILIDADE EM UM CONTEXTO FRONTEIRIÇO	59
2.1 Fronteira: um espaço de vivências, conflitos e interações sociais na paz e na guerra	59
2.2 Rio pardo: em uma sociedade diversificada, uma elite de muitas faces	66
2.3 Outras camadas sociais em uma comunidade diversificada	74
2.4 Entre as guerras de fronteira, as famílias de Rio de Pardo temiam as convocações	81
CAPÍTULO 3 UM OLHAR SOBRE RIO PARDO: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA, ENQUANTO OS HOMENS PARTIAM PARA AS GUERRAS	87
3.1 Pensando as relações familiares e de gênero através da realidade belicosa que afetava a sociedade de Rio Pardo	87
3.2 O impacto dos recrutamentos, a conduta e a família como estratégia de resistência	95
3.3 Ausências masculinas, atitudes femininas	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
FONTES CONSULTADAS	125
FONTES PUBLICADAS	127

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NUM CONTEXTO BELIGERANTE: ATUAÇÕES FEMININAS DURANTE OS CONFLITOS FRONTEIRIÇOS NA BANDA ORIENTAL (RIO PARDO - 1811 a 1828)”, procura dar sua contribuição aos estudos sobre a história da família e das mulheres e verificar em nosso espaço de análise como as mulheres tinham suas vidas modificadas à medida que os homens atendiam as mobilizações militares. De que maneira elas eram afetadas? Que funções desempenhavam nessas situações? Seus papéis sociais eram alterados? Como se posicionavam frente à família e às autoridades que recrutavam seus homens?

Esse trabalho se justifica porque a condição de região fronteira e militarizada “modelou” tipos familiares particulares e os estudos sobre esta realidade podem contribuir para entender a sociedade da Capitania, depois província do Rio Grande de São Pedro, durante os conflitos fronteiriços de 1811 a 1828 na Banda Oriental. É neste período que desenvolveremos nosso trabalho, mas eventualmente, poderemos retornar em nosso marco cronológico, ou talvez ultrapassá-lo de acordo com a necessidade. Tampouco nos limitaremos ao espaço sul-rio-grandense, pois devido aos limites imprecisos da época, consideramos possível inserir essa sociedade no que definimos como espaço platino, onde por longo tempo as Coroas Ibéricas, e, subsequentemente, o Império Brasileiro e os futuros Estados Platinos, disputaram territórios (PADOIN, 2001, p. 10).

Entendemos, todavia, que um recorte espacial localizado nos permitirá realizar um trabalho mais rico de detalhes. Logo, propusemo-nos a analisar a vila de Rio Pardo que, por se tratar de um espaço influente à época, permitirá que reflitamos sobre uma realidade mais ampla no extremo sul do Brasil. (MACEDO, 1972, p. 36). No entanto, destacamos que no decorrer do nosso período de análise, esse espaço foi se modificando. Em 1811 ainda abarcava metade do território da capitania, passando a ser desmembrado a partir de 1817. (REZENDE, 1987, pp. 42–44).

Optamos por trabalhar essa localidade por se tratar de uma região com importante atuação militar, tendo sua origem relacionada à defesa da fronteira e

sendo composta desde o princípio por famílias de militares. (CORRÊA, 2001, pp. 129–130). Enfatizamos que essa característica permite-nos explicar sobre o recorte desse trabalho, ou seja, o estudo da realidade dos componentes da família, especialmente as mulheres, num ambiente com caráter particularmente militarizado. Para tanto, organizamos o trabalho em três capítulos: no primeiro, intitulado “A Ocupação do Espaço no Continente do Rio Grande de São Pedro e os estudos sobre família”, contextualizamos o ambiente do Rio Grande de São Pedro, incluindo uma reconstituição da história de Rio Pardo, levando em consideração como se deram os primeiros contatos entre os novos povoadores e as comunidades autóctones, assim como as interações entre os súditos das duas Coroas Ibéricas neste espaço de fronteira e conflito. Foram analisados os estudos sobre história da família no Brasil, na Europa e no próprio Rio Grande do Sul no intento de perceber, dentre outras coisas, o exercício da autoridade patriarcal e a posição da mulher dentro do lar e discutir o que já foi pesquisado e pode ser útil para o desenvolvimento dessa pesquisa, sobretudo nos capítulos seguintes. No segundo capítulo, “Rio Pardo: sociedade e sociabilidade em um contexto fronteiriço” refletimos sobre como viviam as populações que habitavam essa localidade específica da região, suas atividades, suas relações, suas preocupações, os diferentes grupos sociais, as imprevisibilidades que os acometiam, o ambiente belicoso. No capítulo, “Um olhar sobre Rio Pardo: mulheres chefes de famílias, enquanto os homens partiam para as guerras”, nos detivemos nas demandas, reações e estratégias destas pessoas que viam suas vidas modificadas pela conjuntura de guerra, o modos como os homens buscavam se adaptar ou se esquivar à situação, assim como as maneiras como as mulheres tinham que atuar para tocar suas vidas sem eles ou utilizar meios para tê-los de volta. Fizemos isso através da análise qualitativa das fontes, verificando como esses grupos se posicionavam frente à família, à sociedade e às autoridades estatais, comparando-as e relacionando-as às nossas leituras prévias sobre o tema. Utilizamos obras de história da vida privada, da família, das mulheres e das relações de gênero e outras bibliografias que possibilitaram refletir sobre as fontes pesquisadas.

Nossa base teórica é a história social e suas diferentes abordagens, que remete “a uma diversidade de atividades humanas que incluem usos, costumes e vida cotidiana” (HOBSBAWM, 1998, pp. 83–84). Ao analisar a indignação dos moradores da floresta contra a legislação florestal, Edward Thompson (1987, p. 17)

se baseou em várias indicações dispersas, reconstruiu o contexto de diferentes grupos e instituições, seguiu as fontes, cada qual levando a outra fonte, até chegar na atividade rebelde dos “Negros” contra a Lei Negra, que atendia os interesses dos poderosos e ao mesmo tempo dava margem à contestação da população oprimida. Seguindo seu exemplo tentamos detectar as pistas que as documentações esparsas nos deram, questionar as experiências de homens e mulheres comuns, preencher as lacunas deixadas pelos documentos. As reações da população à Lei Negra nos faz pensar sobre a situação dos habitantes da Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro, segundo a documentação que encontramos. Como eles buscavam usar a legislação a seu favor para tentar resistir ao contexto de guerra, como respondiam às arbitrariedades e injustiças, como se colocavam frente aos representantes do poder estatal.

Utilizamos também algumas contribuições da micro história italiana de Geovani Levi, que ao analisar três grupos familiares, apoiado em atos tabelionais em *Três Histórias de Famílias: Os núcleos parentais* procurou afastar-se dos modelos simplificadores e generalizantes frequentemente utilizados para a realização de estudos sobre a história da família. Conforme Jacques Revel, o autor se dedicou às estratégias desenvolvidas por três famílias de meeiros de Santena visando extrair deles elementos para um modelo, uma vez que essas três biografias, apesar de contrastadas poderiam fazer aparecer regularidades nos comportamentos coletivos de um grupo social específico (LEVI, 2000, p. 35). Embora não tenhamos nos aprofundado na organização econômica das famílias que analisamos e tampouco tenhamos definido alguns grupos de famílias específicas pesquisadas, a partir dos casos encontrados nos documentos buscamos extrair semelhanças e regularidades entre essas pessoas com experiências tão próximas.

As considerações de Luc Capdevilla (PEDRO, 2005), também foram úteis para a análise das relações de gênero na guerra. O autor destacou como as guerras mundiais alteraram os papéis e as fronteiras de gênero reduzindo a autoridade masculina à medida que as mulheres tinham que assumir os papéis tradicionalmente desempenhados pelos homens, uma vez que esses estavam ausentes. Indo ao encontro de Capdevilla, Michele Perrot (2005, p. 241) e Joana Maria Pedro (2004, p. 280) também percebem o contexto de guerra como um ambiente propício para o desenvolvimento da parcela de autonomia e liberdade feminina.

Também nos guiamos pelos conceitos de poderes e micro-poderes de Michel Foucault, que nos permitem verificar o exercício da autoridade por outros membros da família na vida social e no lar. Poderíamos aplicá-los àquelas mulheres que viam seus companheiros partirem para a guerra e que utilizavam a margem de autonomia que lhes era propiciada, e àqueles homens que viam uma perspectiva violenta à sua frente e que tinham que ceder autoridade no espaço privado e negociar no espaço público.

Utilizamos igualmente as noções de fronteira manejada de Mariana Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti (2009, pp. 159, 161), conceito que entende a fronteira como algo que pode ser re-significado e ter diferentes sentidos para vários atores sociais em diversos contextos”. A visão de José Carlos Chiaramonte (2008, pp. 8, 13), também foi esclarecedora para nos fazer compreender que a região teve diferentes características em diversos períodos. Tanto poderia fazer parte de um conjunto maior, compreendido por uma nação, dependendo da época, como poderia ser as partes americanas do todo que era a Monarquia- as “províncias”, “reinos”, “domínios” no período colonial e imediatamente pós-colonial. Procuraremos detectar a ação desses atores nesse espaço de fronteiras imprecisas, mas ainda assim presentes, os choques, as interações, as negociações e adaptações.

A partir do uso destes marcos teóricos, examinamos a documentação existente sobre o período analisado, principalmente os fundos de Requerimentos e Autoridades Militares no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, correspondências de civis e militares que contêm relevantes informações sobre como as pessoas agiam e reagiam quando os membros masculinos das famílias eram destacados às guerras. Também consultamos as correspondências, requerimentos, ofícios, recibos da Câmara Municipal de Rio Pardo no Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo. Fizemos uso igualmente das correspondências existentes na “Coleção Varella”- os *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, algumas, contemporâneas ou próximas do período estudado. Buscamos entender a sociedade beligerante do Rio Grande de São Pedro de 1811 a 1828, através do exame de alguns casos específicos encontrados nos documentos. Esclarecemos, no entanto, que o longo período em que dois arquivos estiveram fechados, por razões alheias à nossa vontade, exigiu que buscássemos preencher as carências da nossa pesquisa em outras publicações que também analisavam Rio Pardo.

Nossa postura metodológica consiste na análise qualitativa dos documentos; primeiramente consultamos as fontes e procuramos detectar as regularidades entre os componentes destes grupos, através de comparações entre elas, do modo como se relacionavam, organizavam-se, adaptavam-se, conviviam e expressavam suas apreensões e reivindicações em um ambiente belicoso e fronteiriço. Levamos, então, em conta as atitudes e preocupações expressadas por elas em cartas ou documentos reivindicatórios relacionando-as com o momento histórico em que estavam inseridas. Evitamos constituir modelos que desconsiderem a diversificação econômico-sócio-cultural existente no Rio Grande de São Pedro à época.

CAPÍTULO 1

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO CONTINENTE DO RIO GRANDE SÃO PEDRO E OS ESTUDOS SOBRE FAMÍLIA

1.1 O Continente do Rio Grande de São Pedro: origem e relações sociais

Ao pensar a família em uma área de fronteira e guerra, é impossível desconsiderar que essa fronteira teve sentidos e formas diferentes em épocas não tão distantes, e que as relações estabelecidas ali, assim como as posições das populações em guerra, diferiam ou coincidiam de um lado ou outro do Rio da Prata, e o que as definia essas relações nem sempre eram as identificações com um espaço de nascimento, mas uma gama de alianças familiares e/ou de reciprocidade que despertavam lealdades e interesses. No século XVIII, essa região de fronteira era um território de circulação de pessoas e mercadorias, não um limite político e constituía um “espaço impreciso em termos geográficos, situado nas franjas dos impérios ibéricos, onde não havia uma definição exata sobre quem exercia a efetiva soberania” (KÜHN, 2006, p. 21).

O processo de ocupação ao sul da América foi marcado por divergências e conflitos entre Portugal e Espanha. As guerras foram constantes durante a colonização do território, e a população civil e militar teve sua vida marcada por destacamentos militares. Para Néspolo (apud CAMARGO 2010, p. 67), “el siglo XVIII ha sido definido por historiadores como el momento de militarización de la frontera”. Neste período, foram tomadas as decisões do Tratado de Madri (1750), que trocava a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões¹, sem levar em

¹ Os Sete Povos das Missões (São Nicolau, São Miguel, São Borja, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo) foram criados na segunda fase das Missões Jesuíticas, no agora território do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1682 e 1706. “Representaram uma reação espanhola à fundação da Colônia de Sacramento e marcaram um momento de acirramento na disputa luso-espanhola pela região platina”. Não podem ser pensados como um Estado autônomo, mas faziam parte de um conjunto de trinta povos missionários que compunham a Província Jesuítica do Paraguai” e eram subordinados ao governo espanhol, apesar de certa autonomia de ação. (KÜHN, 2002, p. 42). Localizavam-se a noroeste, entre as zonas de domínio português de então e o Rio Uruguai, e em conjunto com as outras reduções do outro lado daquele rio, formavam os 30 Povos das Missões Guaraníticas, de domínio espanhol (FARINATTI, 2007, p. 61).

consideração os interesses das populações que habitavam as duas regiões. O Tratado reconhecia o princípio *do Uti Possidetis*, assegurando aos portugueses os territórios que haviam ocupado no Continente a partir da década de 1730 e previa a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, o que deflagrou a “Guerra Guaranítica”². Sucedido o Tratado de Madri por outros tratados, como o Tratado de El Pardo (1761), que o anulou, e o de Santo Ildelfonso (1777) que previa a entrega da Colônia de Sacramento aos espanhóis sem contrapartida, a questão foi resolvida (temporariamente) em 1801, quando os territórios missioneiros foram definitivamente incorporados ao espaço colonial luso (KÜHN, 2002, pp. 35–37).

Acerca da ocupação no continente do Rio Grande de São Pedro³, podemos dizer que parte de seu território ora pertenceu à Espanha, ora a Portugal, e que seus mais antigos povoadores lusos se estabeleceram nos Campos de Viamão. Inicialmente povoaram seus campos de animais, parassó depois trazerem suas famílias. O povoamento europeu era bastante diversificado, composto por portugueses, luso-brasileiros e indivíduos de origem hispânica ou hispano-americana. Os campos de Viamão, nas décadas de 1730 a 1750, compreendem

² Quando o gabinete de Pombal resolveu efetivar o cumprimento do Tratado em 1751, e enviou uma equipe demarcadora de Lisboa para efetivá-lo, as autoridades espanholas não agiram em prol das demandas dos povos missioneiros. Segundo Tau Golin, cientes da ida de expedições demarcadoras lusas para a região, cabildos missioneiros escreveram ao governador de Buenos Aires, argumentando sobre seus direitos sobre a terra, os trabalhos prestados à coroa espanhola e o desejo de permanecerem em suas terras e cidades. Porém, como não houve disposição dos meios competentes em atendê-los, “a Companhia de Jesus decidiu colaborar com a evacuação dos Sete Povos”, tendo sua autoridade abalada e vendo ressurgir “o caciquismo como principal referência hierárquica”, dividindo as Missões entre caciques adeptos dos padres ou dos rebeldes. A partir de então, iniciou-se o conflito responsável por uma das maiores carnificinas da época colonial, as *Guerras Guaraníticas*. Em 1753, Gomes Freire e Valdelírios, comissários enviados pelas duas coroas, e Andonaegui, estabeleceram “o *primeiro plano de guerra* contra as Missões”. O exército espanhol atacaria as Missões, sofrendo o revide dos índios, que acabaram perdendo 230 almas e tendo outras 72 feitas prisioneiras. Gomes Freire assinaria uma trégua unilateral com os cabildos e caciques, indicando a já existência da sublevação Guarani. Em 1755, revela Golin, os dois exércitos [Ibéricos] foram reorganizados, recuperando a cavalaria e o trem de guerra, para a *segunda campanha*. Depois de meses de preparação contra os missioneiros, os aliados formaram a mais poderosa coalizão militar colonial [que] além do contingente regular [tinha] a presença de particulares [...], comerciantes, peões contratados, e em torno de 200 escravos [do lado português] e uma gauchada sanguinária [do lado da Espanha]. Os Missioneiros, talvez confiantes da efetividade do acordo assinado com Gomes Freire, desmobilizados e sem plano militar de defesa, não tiveram outra opção senão utilizar táticas de guerrilhas para conter o avanço luso-espanhol, e que ceifaram as vidas de alguns peões e escravos inimigos. Liderados por Sepé Tiaraju, viram seu destino selado, após a morte de seu líder. Iniciado o combate, os guaranis foram dizimados, em cifras desconhecidas que variam de 600 a mais de 1500 mortos. Segundo testemunhos da época, o descontrole da gauchada dificultou a aceitação da rendição e suspensão da matança (GOLIN, 2010, pp. 56–63).

³ Em 1809, a região foi alçada à Capitania do Rio Grande de São Pedro, tornando-se Província do Rio Grande de São Pedro após a independência de Portugal (1822). Nosso recorte temporal passará por essas duas denominações, por se estender de 1811 a 1828.

praticamente todo o continente do Rio Grande de São Pedro, com exceção da vila de Rio Grande, criada em 1737. Com a ameaça da ocupação espanhola da vila de Rio Grande, em 1763, a freguesia de Viamão passou a ser sede do poder luso no Continente, mas com a reconquista de Rio Grande, em 1776, perdeu sua importância (KÜHN, 2002, pp. 49–53).

No século XVI, os espanhóis criam as primeiras reduções jesuíticas na região do Prata; as vacarias servem de atrativo para espanhóis, portugueses, charruas e missionários; em 1680 o governo português funda a Colônia de Sacramento e os fortes de Santa Tereza e São Miguel em Rio Grande; por sua vez, a Coroa espanhola funda Montevideu (1727), Maldonado e São Carlos (1757) e incentiva o estabelecimento dos Sete Povos das Missões à leste do Rio Uruguai. No transcurso do século XVIII a Coroa Lusa distribui sesmarias ao sul do Brasil e em 1776 o governo espanhol cria o Vice Reinado do Rio da Prata, que compreendia o território da atual Argentina, Bolívia, Paraguai, parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e alguns territórios do Chile e Peru (PADOIN, 2001, pp. 15–19).

Quando nos propusemos a pesquisar um lugar e momento histórico do Rio Grande de São Pedro, reconhecemos sua posição como espaço historicamente fronteiriço e platino, disputado originalmente pelas Coroas de Espanha e Portugal, e posteriormente por Brasil, “Argentina” e “Uruguai”. Ambiente de conflito, para Maria Medianeira Padoin (2001, p. 10) esse espaço de fronteira era também região de integração “entre os diversos setores sociais sul-rio-grandenses, orientais e ‘argentinos’” durante o século XIX. Ana Frega (2007, p. 354), reforça que como espaço de fronteira no século XIX, a região platina não constituía uma barreira e sim um lugar transcultural, e que os choques provinham em geral das políticas dos governos centrais, que ao declararem guerra transformavam os “amigos” em “ocupantes” ou “inimigos”. Luís Augusto Farinatti (2007, p. 25) recorda que

Se o Rio Grande do Sul era o Brasil, tratava-se, mais exatamente, do Brasil no Prata [...] e estava inteiramente integrado ao vasto espaço fronteiriço conformado pelo território da atual República do Uruguai e das províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes. Com essas regiões, compartilhava uma economia onde a pecuária ocupava lugar de destaque; a disseminação de uma combinação de relações de trabalho livres, escravas e familiares; o contexto de guerras recorrentes no século XIX; o crescimento da atividade charqueadora (e a competitividade acarretada por ele); entre outras características.

Dentre as localidades surgidas nesse contexto de definições/redefinições de fronteiras, foi criado o forte de Jesus Maria José, que deu origem à povoação de Rio Pardo, um importante ponto de apoio aos esforços lusitanos de ampliação e preservação de seus domínios na região. A origem de Rio Pardo foi determinada por disputas pela posse da terra entre Portugal e Espanha em meados do século XVIII. No entanto, a despeito de enfatizarmos a ocupação militar do território da localidade, entendemos que sua origem é mais remota. Os primeiros habitantes da região foram índios da tradição Umbu. Por ocasião da chegada dos portugueses ao Brasil, o território era habitado, sobretudo, por tribos da tradição Tupi-Guarani. Em menor grau, a região era povoada também por tribos Kaingangues e Charruas. Sob domínio espanhol, os padres da Companhia de Jesus se estabeleceram no território do atual Rio Grande do Sul. A redução de São Joaquim, criada em 1633, localizava-se nas pontas do Rio Pardo e contava com mais de mil famílias catequizadas. Todavia, capitulou e foi destruída, juntamente com outros dois redutos jesuíticos, sob a bandeira de Antônio Raposo Tavares (VOGT, 2001, pp. 71, 72).

A partir da chegada da comissão demarcadora em Rio Pardo, registraram-se “os primeiros embates com os índios Tapes no Passo próximo à desembocadura de um rio de quarta ordem chamado rio Pardo” (MACEDO, 1972, p. 35). Todavia, após a Guerra Guaranítica, em 1757, famílias guaraníticas migraram para a região, acompanhando as tropas portuguesas vitoriosas. Equivaliam a aproximadamente 700 famílias, ou duas mil almas, e constituíram o núcleo inicial da Aldeia de São Nicolau. Um pouco antes, em 1755, casais de açorianos instalaram-se nas proximidades de Rio Pardo, e foram assentados à margens do rio Jacuí. Destinados, a princípio, a ocupar a região dos Sete Povos das Missões, não puderam lá se estabelecer devido à resistência guaranítica. Foram, então, enviados para diferentes localidades do continente (VOGT, 2001, p. 89; KÜHN, 2002, p. 58).

Os africanos e descendentes também estiveram presentes desde a instalação dos primeiros lusos ali, embora em número mais expressivo, somente por ocasião da implantação das charqueadas no Continente do Rio Grande de São Pedro.

Na região em estudo eram encontrados tanto nos núcleos urbanos então existentes quanto no meio rural. Via de regra, eles chegavam ao Rio Grande do Sul por intermédio dos comerciantes lusitanos e de seus correspondentes. Nos povoados de Rio Pardo, Santo Amaro e Encruzilhada eram utilizados para a realização de serviços domésticos e ofícios diversos como carpinteiro, pedreiro, ferreiro, sapateiro e outros. No meio rural, eram empregados nos serviços domésticos e nos diversos trabalhos existentes

nas fazendas de criação e plantação. [...] representam parcela significativa da população na virada do século XVIII para o XIX (VOGT, 2001, pp. 93–94).

No início do século XVIII, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais, acirrou-se a disputa pelo território do atual Rio Grande do Sul. Tropeiros que já se deslocavam pelo território passaram a arrebanhar animais xucros para conduzir até Sorocaba, entreposto de gado das zonas mineradoras. “Disputado pelos povos guaranis, castelhano e luso-brasileiro, o gado acabou por se transformar no fundamento básico da apropriação da terra gaúcha” (VOGT, 2001, p. 77).

Visando garantir a apropriação da terra, a Coroa Portuguesa concedia sesmarias ou cartas de data⁴ através dos comandantes militares da Capitania. Foi assim que a partir de 1724 começaram a estabelecer fazendas de gado na região do vale de Rio Pardo. Durante as disputas dos territórios do sul pelas Coroas Ibéricas, em especial com o Tratado de Madri (1750), a Coroa portuguesa encaminhou a demarcação exigida pelo tratado na região sul. À margem esquerda do Rio Jacuí, próximo da foz do Rio Pardo, atual Alto da Fortaleza, na agora cidade de Rio Pardo, foi criado um depósito de provisões e víveres, um quartel general dos representantes da Coroa lusa, onde seria levantado, em 1752, o Forte de “Jesus, Maria, José” (GARRIDO, 1940; BARRETO, 1958).

A ocupação da povoação, portanto, se efetivou através da colocação dos marcos de fronteira e da criação do Forte (VOGT, 2001, pp. 79, 80). A instalação da fortificação na localidade era pertinente devido ao fato de existirem ali ricas e grandes estâncias, capazes de auxiliarem a manutenção da tropa e fornecerem equipamentos para as ações militares (MACEDO, 1972, p. 35).

⁴ “A lei de sesmarias data do século XIV, mais precisamente de 1375. Lá o ordenamento jurídico fora criado com o claro objetivo de colocar em produção todas as terras agricultáveis possíveis, haja visto o interesse do reino em diminuir a importação de gêneros alimentícios, especialmente o trigo. Transplantada para a América Portuguesa, a instituição seria responsável pela origem do latifúndio e pela concentração da terra nas mãos dos que possuíam cabedais para explorá-la. Particularmente, no que diz respeito ao sul do Brasil, a sesmaria constituiu-se em um importante instrumento de expansão colonial dos domínios portugueses. Em meados do século XVIII, uma vez alcançada a apropriação prévia da terra com o estabelecimento de um rancho e lavoura e criação, havia duas modalidades de obtenção do título de propriedade. A primeira era a sesmaria, concedida gratuitamente por uma carta fornecida pelo Vice-Rei do Brasil ou pelo governador da Capitania, que era nas imediações das vilas nascentes”. A sesmaria tinha, em regra, aproximadamente, a área correspondente à uma légua de frente por três de fundo, o que totaliza em torno de 13.068 hectares. Uma segunda espécie de título de posse de propriedade então existente chamava-se “carta de data”. Eram concedidas pelos comandantes militares da Capitania e raramente excediam a 1.500 braças, ou seja, meia légua, não importando se a localização das terras fosse no interior ou nas imediações das vilas nascentes” (VOGT, 2001, p. 79).

Decorrente da conquista militar, a ocupação do Rio Grande do Sul beneficiou os homens de guerra⁵. Devido a isso, não somente os oficiais dos Dragões, mas também os soldados sem patente foram agraciados com terras e povoaram com estâncias a região sul e o Oeste do Jacuí (VOGT, 2001, p. 85). Portanto, entre 1724 e 1733, já havia ali fazendas de criação de gado e houve a instalação de um núcleo de famílias portuguesas. Após a construção e o aquartelamento do Forte de Jesus-Maria-José, em 1752, marco fundador de Rio Pardo, o povoado foi elevado à freguesia em 1769 (REZENDE, 1987, p. 34; WIEDERSPAHN, 1956; COSTA, 2006, p. 68).



Figura 1 – Planta da Fortaleza de Jesus Maria Jose (1754).

Fonte: http://fotosantigas.prati.com.br/fotosantigas/Diversos/MapasPlantas/Rio_Pardo_Fortaleza_de_Jesus_Maria_Jos%C3%A9_1754.htm (Acesso em 15 de junho de 2013)

⁵ Sandra Pesavento destacou que por ocasião das Guerras Guaraníticas (1754–1756) a Coroa foi obrigada a conferir aos estancieiros, terra, poder e autoridade, para que eles, com seus homens, agissem em defesa da terra. Ao mesmo tempo que distribuiu sesmarias pela bacia do Jacuí, dilatando a ocupação pelo interior, distribuiu cargos entre os estancieiros. Segundo a percepção dela, o poder do estancieiro soldado com suas forças irregulares, fez com que a Coroa permitisse uma certa autonomia de poder (PESAVENTO, p. 21, 1997).

Dois anos após a criação da capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1809, o território foi dividido em quatro municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio e Rio Pardo⁶. Este último abrangia mais de metade do território da nova Capitania. Em 1811 foi alçada à condição de vila e em 1817 começou o desmembramento de seu território, que só seria alçado à cidade em 1846⁷ (REZENDE, 1987, pp. 42–44).

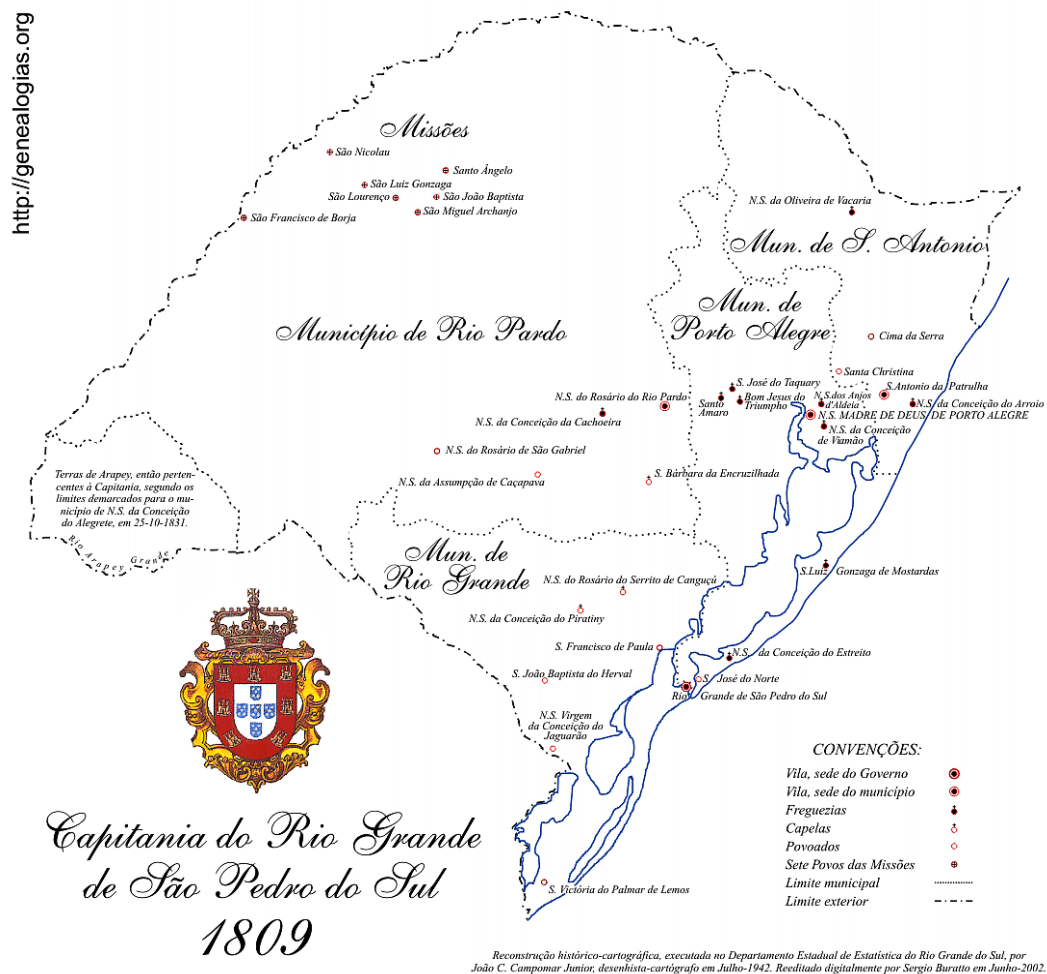


Figura 2 – Mapa Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (1809).

Fonte: http://buratto.org/gens/MapaRS_1809.gif (Acesso em 13 de junho de 2013)

⁶ Rio Pardo em 1809 tinha a seguinte organização administrativa-territorial: como Sede, Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo; como Freguesias, Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, Santo Amaro, São José do Taquari; como Capelas, Santa Bárbara da Encruzilhada, Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Santa Maria da Boca do Monte, Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel (SCHMACHTENBERG, 2012, pp. 63, 64).

⁷ <http://www.riopardo.rs.gov.br/index.php?menu=cidade>;
<http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT5-1108-1048-20110107001857.pdf>.

Destacamos, entretanto, que quando falamos de Rio Pardo, reconhecemos que essa denominação teve significados diferentes desde sua formação até o momento histórico em que nos propusemos a encerrar nossa análise. Segundo Adriana Costa (2006, p. 60).

Entre 1809 e 1832, três dos municípios são divididos (apenas Santo Antônio permanece com a divisão inicial) totalizando treze unidades administrativas. Rio Grande origina três novos municípios, Rio Pardo, quatro, e Porto Alegre, um. Mesmo com a divisão, Rio Pardo ainda representava quase um terço do território gaúcho correspondente à grande área na fronteira noroeste.

Considerando-se a extensão e desmembramento do território de Rio Pardo em nosso período de análise (1811–1828) e a própria imprecisão das fontes do período em definir a que espaços do atual Rio Grande do Sul referem-se, ao usar termos como “Rio Pardo” ou “fronteira de Rio Pardo”, esclarecemos que por Rio Pardo referimo-nos a esses espaços flexíveis, que em dado momento podem significar a metade do território do Rio Grande de São Pedro, em outros ao que é relativamente equivalente ao atual município de Rio Pardo, em outros “a um corredor comum de passagem entre os territórios espanhóis e portugueses”, entendimento utilizado por Thiago Gil para definir a “fronteira de Rio Pardo” em seu período de abordagem, entre 1760 E 1810 (2007, pp. 33, 34).

Rio Pardo resistiu às investidas espanholas em toda segunda metade do século XVIII, e a povoação foi muito importante durante os conflitos armados da primeira metade do século XIX (REZENDE, 1987, pp. 42–44). Dali, entre o fim do século XVIII e princípio do XIX,

partiram expedições militares para todos os pontos do território ameaçado e para os lugares que deveriam ser tomados para a Coroa Portuguesa; dali se deslocavam caravanas para abastecimento das estâncias distantes e comercialização com a fronteira. Foi sede do governo, foi entreposto comercial, foi base de propagação da cultura portuguesa. [O grifo é nosso] (MACEDO, 1972, pp. 35, 36).

Durante os conflitos fronteiriços de 1811 a 1828, sob a perspectiva luso-brasileira, Campanhas da Cisplatina, Rio Pardo esteve presente com seus contingentes. As disputas políticas entre orientais, portenhos e espanhóis, decorrentes da Revolução de 1810, além do interesse luso em anexar as colônias do Prata, motivaram a primeira campanha à Banda Oriental. A continuidade dos conflitos entre portenhos e orientais, associada à tomada de Montevideú por Artigas,

estimulou a segunda campanha, mas o principal móvel da conquista da Banda Oriental foi o desejo de derrotar o projeto revolucionário artiguista (KÜHN, 2002, pp. 78, 79). Para Fernando Camargo⁸,

Tinha início, mais claramente a famosa dicotomia entre civilização e barbárie, no mundo platino. As cidades dos doutores e as campanhas dos caudilhos, no mundo platino, mergulhavam em um século de efervescência política e social. Os luso-brasileiros, agora em suas rusgas fronteiriças com os vizinhos meridionais passavam não a se preocupar com um inimigo único, mas com uma miríade de lideranças regionais, sempre ameaçadoras (2001, pp. 180, 181).

Com a ocorrência das revoluções independentistas no Prata e a campanha da Banda Oriental, instigada e liderada por José Artigas, a Coroa Lusa decidiu enviar tropas de socorro para atender a última autoridade hispano-colonial presente no Prata, o governador Elío. A invasão lusa se deu em 1811 sob o comando do General Dom Diogo de Souza, mas logo o governador firmou um acordo com Buenos Aires e solicitou a retirada dos portugueses, o que se efetivou em agosto de 1812, apesar de permanecer assegurada a apropriação luso-brasileira entre os rios Ibicuí e Quaraí. A campanha significou também a ampliação dos mercados para o gado, novas terras e rebanhos para arrear ou saquear.

Porém, José Gervasio Artigas voltou à carga e tomou Montevidéu, em 1814. Alarmado pelos planos de distribuição de terras do líder oriental e por suas pretensões de reclamar o território missioneiro, e embalando seu velho sonho de controlar uma das margens do Rio da Prata, o Império Português planejou nova invasão à Banda Oriental. Em 1816, as forças comandadas pelo General Lecor se puseram em marcha. Parte delas era formada por soldados regulares e milicianos rio-grandenses, destros no tipo de guerra que se desenvolvia no pampa, baseado em rápidas e incisivas cargas de cavalaria. Lecor entrou em Montevidéu a 20 de janeiro de 1817. Em 1819, o cabildo de Montevidéu formalizou um acordo com as tropas de ocupação [em que] passavam ao Brasil a fortaleza de Santa Teresa, o forte de São Miguel e o vasto espaço de ricas pastagens localizadas entre os rios Quaraí e Arapeí. Apesar da oposição da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos e mesmo com resistências internas, o governo português decidiu levar adiante seus planos de anexação oficial da Banda Oriental. Em 1821, os representantes do cabildo de Montevidéu e o General Lecor formalizaram a incorporação da região ao Império Português, sob a denominação de Província Cisplatina, em 1822, a província Cisplatina foi incorporada ao novo Império. Em 1825, forças orientais e tropas vindas das províncias argentinas começaram uma guerra para libertar a Banda Oriental do jugo brasileiro. Em princípio, o desejo dos revoltosos era de incorporação da região às Províncias Unidas do Rio da Prata. No entanto, no desenrolar

⁸ O autor associou a tomada das Missões Orientais em 1801, pelo domínio luso, com um dos fatores que acirrou os conflitos na Banda Oriental. Houve a intenção de Artigas de retomá-la, como conclusão de seu sonho federalista, e a invasão de Rivera e a ameaça de perdê-la em 1828 contribuiu para o final da guerra. “Com a paz de 1828, as Missões Orientais nunca voltaram a ser ameaçadas, permanecendo em poder do Brasil” (2001, pp. 198, 205, 206).

dos conflitos a ideia da transformação da Banda Oriental em um país independente começou a ganhar força, contando com a mediação da Inglaterra, cujos interesses comerciais visavam o mais rápido restabelecimento da paz, e a quem não interessava que o Brasil ou a Argentina tivessem excessivo controle sobre o Prata. Em um dos lances mais importantes da guerra, o General Rivera promoveu uma bem sucedida incursão no território “brasileiro” dos Sete Povos das Missões. Sua retirada foi uma condição para que o Brasil assinasse o tratado de paz e a independência da República do Uruguai pudesse ser efetivada [em 1828] (FARINATTI, 2007, pp. 64–67).

Portanto, as campanhas na Banda Oriental iniciaram com a invasão da região pelas tropas portuguesas de 1811 a 1812, visando conter a anexação da Banda Oriental pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, e que teve a participação de um esquadrão de milícias de Rio Pardo; até a nova invasão (1816 a 1820) na Guerra contra Artigas, que levou à anexação da Banda Oriental ao reino do Brasil, com o nome de Província Cisplatina, culminando na guerra entre as Províncias Unidas⁹, composta pela província oriental sublevada, e o Império do Brasil (1825 a 1828), que resultou na independência da região e formação do Uruguai (WIEDERSPAHN, 1956).

No entanto, mesmo a conjuntura de guerra e fronteira não inviabilizava as relações entre hispânico-americanos e luso-brasileiros. Bento Gonçalves, futuro líder farroupilha, por exemplo, iniciou sua carreira militar nas Campanhas da Banda Oriental (1811), desertou das tropas portuguesas, segundo dizem, seguiu para o distrito oriental de Serro Largo, casou-se com uma moça de lá (em 1814), residiu na terra natal de sua mulher e lá serviu por um tempo com o General José Artigas. Após dez anos, depois de adquirir terra e gado, voltou a prestar serviço à Coroa Lusa durante a Guerra contra as Províncias Unidas (1825–1828) (FABRÍCIO, 1985; WIEDERSPAHN, 1979, COSTA, 2001, p. 102).

Logo, a despeito dos conflitos travados contra/entre os antigos domínios dos Impérios Coloniais Ibéricos, estes homens buscavam estabelecer alianças, visando aumentar seu poder e prestígio e, talvez, estar em uma situação mais confortável em tempos de guerras, tomando partido de acordo com seus interesses pessoais e laços familiares. Nessa área de fronteira e guerra, que foi o continente do Rio Grande de São Pedro, a família teve um papel fundamental na conformação de

⁹ Desde a rebelião de 1825, a Província Cisplatina fazia parte das Províncias Unidas do Rio da Prata, denominando-se Província Oriental, razão que havia motivado a guerra contra o Império do Brasil (ISLAS, 2009, p. 173).

interesses, posições, disputas, acesso ao poder e proteção, o que faz-nos questionar como a instituição tem sido pensada pela historiografia em geral.

1.2 A família europeia e sua influência nos domínios coloniais

A historiografia sobre a família tem tratado acerca dos modelos de estrutura familiar e sobre as mudanças que a instituição tem sofrido através dos tempos. Tem questionado e relativizado tipologias familiares e trazido à tona a existência de diversos tipos de famílias em tempos e espaços diferentes, porém, sempre permeadas por relações de poder. Para Sheila de Castro Faria (1998, pp. 40, 41).

Já está mais do que evidente que o termo [família] não se referiu, no decorrer da história, a um único objeto [...]. Para os séculos XVI, XVII e XVIII, o termo significa algo bem mais abrangente, com a ideia de coabitação enunciada a princípio, independentemente dos laços de consanguinidade que poderiam existir entre pessoas que viviam na mesma casa. Incluíam-se criados e agregados, por exemplo. Predominava o sentido de “gente da casa”, sob um mesmo chefe. Um outro sentido é o de que a família exprimia a ideia de consanguinidade sem coabitação, abrangendo, portanto, os parentes. A ligação entre parentesco e coabitação só é feita a partir de meados do século XVIII [...]. Parentesco inclui relações não consanguíneas como segunda indicação: “relação que há entre os descendem dos mesmos pais”; a que se contrai por casamentos, compadresco.

No Rio Grande do Sul, vários autores trataram da história da família e em suas políticas e estratégias para sobreviverem em um ambiente conflituoso e instável. Embora pretendamos nos dedicar ao estudo de parte da sociedade sul-riograndense, entendemos que a região esteve sob o domínio de metrópoles europeias e veio a ser anexada posteriormente ao território brasileiro. Não poderíamos compreender as populações locais, se não analisássemos, primeiramente, as influências externas a que estiveram submetidas. Lembremo-nos que o atual território brasileiro esteve sob o domínio colonial ibérico, e, em virtude disso, sofreu influências da cultura europeia. Certamente esse alcance se estendeu ao Rio Grande de São Pedro e à própria conjuntura familiar. Portanto, cabe-nos examinar como se organizava a família no velho continente, e o alcance desses tipos familiares ao Brasil, e, conseqüentemente, sobre a região sul.

Segundo Philippe Ariès (1981, pp. 211–234), a sociedade europeia passou por transformações através dos séculos. A partir do século XIII, fatores múltiplos como a maior mobilidade de riqueza e o abandono da indivisão patrimonial entre os casais levaram ao recrudescimento da autoridade paterna na Europa. Nesse período surgiu uma maior preocupação em contemplar o nome, a honra e o patrimônio, mesmo que para isso alguns filhos fossem relegados. Houve, então, a confirmação dos interesses da linhagem¹⁰ em sobreposição aos interesses da prole. Foi estabelecido o direito de primogenitura, no qual apenas o filho mais velho, ou aquele considerado mais apto pelos pais, herdava os bens, ficando os outros deixados a sua própria sorte, ou comumente destinados à vida monástica. Iniciou-se, do mesmo modo, um processo lento e progressivo que submeteu as mulheres a um estatuto mais subalterno.

Para George Duby (apud ARIÈS, 1981, pp. 211–213), a indivisão dos bens dos cônjuges data dos séculos XI e XII. Antes o marido e a mulher geriam cada um seus bens hereditários. Entretanto, a partir do século XIII a economia monetária principiou a se desenvolver e a autoridade do “Príncipe” e da segurança pública começou a fazer progressos. Nessa época também a mulher foi se tornando juridicamente incapaz e a indivisão e comunhão de bens do casal foi substituída pelo direito de primogenitura, que não somente atribuiu maior importância à autoridade paterna, como ao lugar assumido na vida cotidiana pelo grupo do pai e seus filhos.

Igualmente, o revigoramento do Direito Romano, recuperado a partir do processo de centralização do poder na pessoa do monarca, conferiu grande autoridade ao pai de família, embora, segundo Westermarck, “de modo geral, as noções romanas de direitos paternos e obrigações filiais [tenham sobrevivido] durante e depois da Idade Média, em países como França e outros de língua latina” (MACFARLANE, 1990, p. 137).

Ressaltamos que, talvez em sentido oposto à parte da legislação europeia no tocante à herança, a legislação portuguesa defendia o princípio da igualdade entre os filhos na partilha. Havia, porém, a opção de constituir morgados, que permitiriam a manutenção dos bens na família, sem que fossem divididos igualmente entre os filhos, como acontecia nas famílias plebeias. Essa opção assinalaria a nobreza da

¹⁰ Segundo Ariès (1981, p. 211), “a idéia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral”.

família e impunha-se a quem quisesse ser considerado nobre. Entretanto, o morgado, destinado ao primogênito, seria vinculado a bens retirados da terça (SILVA, 1998, pp. 32, 43, 245).

A prática do Direito de Primogenitura não se restringia apenas à nobreza, todavia, não era utilizada em toda a sociedade da Europa Ocidental. Existiram diferenciações nas localidades. Em alguns lugares predominavam “as famílias simples”; em outros, “as complexas”. Na primeira, a lei exigia que os bens fossem igualmente divididos entre todos os filhos, pelo menos os filhos varões; na segunda os filhos eram excluídos de herdar em detrimento de um irmão escolhido para permanecer na casa paterna¹¹ (COLLOMP, 1991, p. 520). Nesse caso é interessante notarmos que:

As disposições legais no tocante a herança fornecem uma base sólida para a manutenção da autoridade paterna [...]. De posse do patrimônio familiar, o pai não só tem toda a liberdade de, através de testamento ou de doação entre vivos, beneficiar um de seus filhos em detrimento dos outros, como ainda pode conservar o usufruto dos bens cuja propriedade, conforme estipula o contrato de casamento, cabe ao filho que permanece com ele - com essa prática [...], preserva seu patrimônio, mantém a família em rédea curta e continua sendo respeitado (COLLOMP, 1991, p. 525).

Em consequência da transformação dos costumes, o direito de primogenitura foi suprimido com o tempo e no século XIX uma tentativa de reinstituí-lo fracassou. Os pais começaram a se preocupar com a educação e carreira de cada um dos filhos mais do que em promover o “clã” (ARIÈS, 1981, p. 270, 271).

Lembremos, no entanto, que a ampliação, e consequente manutenção, do poder paterno persistiram no continente Europeu até o século XIX, e deve ter influenciado as Colônias na América. Alguns estudiosos brasileiros, ao analisarem a família no Brasil, constataram que a família no espaço brasileiro “seria resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso modelo colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência” (SAMARA, 1983, p. 7). Esse enfoque não difere da visão de um dos pioneiros dos estudos da história da família no Brasil. Para Gilberto Freyre (2003, pp. 84, 85) a colonização na América Portuguesa (Brasil) “repousaria sobre a instituição da família escravocrata; da casa grande; da família patriarcal; sendo que

¹¹ Define-se como “família- tronco” o tipo de família em que apenas o herdeiro conservava-se na casa dos pais, assim como a família por ele constituída. Ficavam, dessa maneira, duas gerações vivendo sob o mesmo teto, enquanto os outros filhos eram obrigados a abandonar o lar de um modo ou de outro (COLLOMP, 1991, pp. 520, 521).

nestas bandas acrescida à família de muito maior número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas”.

Para o autor, o detentor da autoridade absoluta no “clã” era o patriarca, acerca de quem Freyre (2003, pp. 114, 509, 510) entendeu que, tinha poder de vida e morte sobre seus dependentes - filhos, escravos e outros. Era o Senhor, Senhor de terras e escravos, o “Senhor pai” e “Senhor marido”. O filho mantinha com o genitor uma relação cerimoniosa e de sujeição. A filha era privada de qualquer possibilidade de independência, submetida à tirania do pai e depois à tirania do marido. Desse modo, no Brasil, como na Europa, não havia espaço para a intimidade nas famílias de elite, pois,

com os temores devidos aos pais, maridos e senhores, próprio de uma sociedade de tipo patriarcal [...]. O mais provável é que entre os mais abastados reinasse um clima de distanciamento e formalidade entre os membros do mesmo domicílio, rompido eventualmente em certas ocasiões (ALGRANTI, 1997, p.114)

Entretanto, para o mesmo Freyre, ideias novas provenientes da Europa, no século XIX, como o Liberalismo e o Romantismo, ameaçaram o domínio do *pater familias*. O termo “papai” começou a substituir o Senhor Pai, e o Senhor Marido foi gradualmente trocado por “tu”. Os sinhozinhos e mesmo as sinhazinhas começaram a se rebelar contra a autoridade paterna. Rebelavam-se em assuntos dos quais antes não tinham nenhum poder decisório, como a escolha do cônjuge¹² (FREYRE, 1961, pp. 87, 129, 132).

Ressaltamos, no entanto, que o desafio à autoridade paterna foi significativo no Brasil, mesmo antes do século XIX. O próprio Freyre (2003, p. 423) reconhece a ocorrência de raptos e fugas românticas, que, no entanto, tornam-se mais frequentes a partir de meados do século XIX - o que, possivelmente, evidenciava mudanças acerca das visões sobre família e casamento e, ao mesmo tempo, dava início a um processo de transformação nas relações familiares e conjugais. Segundo Alan Macfarlane (1990. p. 134).

a ideologia do amor romântico justifica a saída dos filhos do controle familiar. Eles se casam por amor e podem, portanto, colocar sua relação

¹² Macfarlane (1990, p. 131) destacou que “a maioria das sociedades consideraria o casamento um assunto demasiado importante para ser deixado à decisão das pessoas envolvidas, e que o sentimento, a emoção e o amor entre os parceiros importava muito pouco. [...] nas sociedades rurais, sobretudo, o casamento se baseia em grande medida nos interesses familiares e de grupo, não importando os sentimentos pessoais dos noivos, geralmente muito jovens”.

conjugal à frente e acima dos vínculos com os pais e irmãos. Essa mudança é um dos fatores que acentua o relacionamento marido/mulher, em vez do pai/filho, como o mais importante elo psicológico e social.

Em virtude disso, percebemos que não só o fato de o jovem escolher o cônjuge foi um ato de flexibilização das relações familiares, como o próprio casamento por escolha e/ou por amor contribuiu para afrouxar os laços que fortaleciam o poder patriarcal. É interessante notarmos, todavia, que apesar de novas influências oriundas do exterior, as mudanças não foram assim tão rápidas e contundentes na conduta dos pais de família. Göran Therborn (2006, p. 62) recordou que apesar da série de revoluções iniciadas com a Revolução Francesa, cujos ideais se estenderam às colônias americanas, “via de regra a elite branca da sociedade crioula manteve intacto seu sistema de gênero-família pelo resto do século XIX”. No início do século XIX o pensamento liberal já havia adentrado em solo brasileiro através da Maçonaria. No entanto, mulheres, negros e mulatos eram abertamente excluídos dos ideais de liberdade por ela propagados. “E é possível que alguns conspiradores liberais fossem em relação às mulheres e filhos maridos e pais duríssimos” (FREYRE, 1961, p. 124).

Este foi o modelo de compreensão proposto por Freyre, que se tornou amplamente aceito para caracterizar a família brasileira, entretanto, foi contestado ou relativizado por alguns estudiosos da família no Brasil, em épocas posteriores. Destacamos que mesmo na Europa, muitos historiadores negam a existência da grande família patriarcal que agrega um grande número de indivíduos, a partir do século XVI. Porém, eles foram obrigados a rever sua posição ao perceberem que essa tipologia persistiu em muitas regiões da Europa central e oriental de forma bastante difundida (COLLOMP, 1991, pp. 533, 534). Todavia, mesmo admitindo que esse tipo de família existisse, era inegável que deveriam existir ali “tantos estilos de famílias - restritas ou numerosas, pobres ou ricas, rurais ou urbanas” (RONCIÈRE, 1990, p. 175). Ao analisar as famílias europeias. Burguière (1986, pp. 16, 29–32) constatou que,

Não é, pois, a fertilidade do núcleo conjugal que faz variar a dimensão da família, mas sua capacidade de reunir sob o mesmo tecto mais do que a sua descendência. A dimensão das famílias é mais um índice de poder social do que de vitalidade demográfica; é a riqueza que permite às classes superiores manter em suas casas um grande número de criados e albergar parentes isolados [...]. A abundante criadagem, assim como o facto de manter sob o seu tecto uma parte dos seus parentes, não tem a ver com o aspecto económico, mas sim com uma obrigação social. Consumir mão-de-

obra até ser excessiva é uma prova de poder e de generosidade em relação às famílias que podem empregar seus filhos.

Vale ressaltar que o autor não se ateve apenas às estruturas demográficas do continente, mas, ao mesmo tempo, refletiu na dimensão dessas famílias além dos laços sanguíneos, percebendo assim o poder social que elas detinham. No entanto,

Fora do círculo das elites, a dimensão das famílias tem a ver com a situação econômica, na base da capacidade de produzir, não de gastar. Na Europa Ocidental, as grandes famílias camponesas (as do *yeomen* em Inglaterra ou dos lavradores em França) acumulam superioridade econômica e poder social. Mas na Europa Central e Oriental, o tamanho das famílias já não coincide necessariamente com a posição social. Em Villgraten, pequena aldeia dos Alpes austríacos, cujos habitantes se dedicam à criação de gado bovino (grande consumidor de mão-de-obra), a dimensão das famílias em 1781 varia exatamente com a das manadas. Em Nagykovacsi, aldeia húngara perto de Buda, são servos quem tem as maiores famílias (7,5 pessoas em média) e a população livre as mais pequenas (5,5 para os camponeses proprietários e 4,2 para os jornaleiros). Nesta região, os camponeses submetidos à servidão são muitas vezes os mais numerosos. No entanto, não é a riqueza em si mesma que leva ao aumento da família; é a natureza das relações que a prendem à propriedade. Na Polônia, nos países bálticos ou no Império Austríaco, encontramos nos grandes domínios, simultaneamente, grandes e pequenas famílias conjugais. Por um mecanismo de exploração em cadeia, as grandes casas transferem as suas obrigações de *corvée* para as pequenas, a fim de investirem a sua própria mão-de-obra nas suas terras arrendadas. Na Europa moderna, a hipertrofia do grupo doméstico não é uma característica da servidão mas de todos os sistemas de exploração em que a quantidade de mão-de-obra investida regula, simultaneamente, o lucro do rendeiro e o dinheiro pelo proprietário (Burguière, 1986, p. 30)

Assim, enquanto nos Alpes Austríacos, Húngria Central e Abruzos as taxas de grupos domésticos de grandes dimensões eram altas, com famílias majoritariamente poli nucleares, na Inglaterra era escassa a quantidade de famílias complexas, na França variava de acordo com a região, com o norte tendo 77% de famílias nucleares e 8% de famílias complexas, enquanto o Sul tinha 51 % de famílias nucleares para 49% de complexas, na Itália as famílias complexas representavam um quinto das famílias e na Alemanha e Áustria o modelo nuclear era majoritário (BURGUIÈRE, 1986, pp. 32, 33).

Ressaltamos que assim como na Europa havia diversos tipos de família, seria um equívoco afirmar que no Brasil existisse apenas a tipologia patriarcal, sobretudo entendida como sinônimo de família extensa¹³. Destacamos, que:

¹³ Segundo Faria (1997, p. 242, 255), “Gilberto Freyre foi o grande idealizador da noção de família que predominou durante décadas na historiografia brasileira - a família patriarcal - embora Antonio Cândido, posteriormente, tenha ampliado a noção no tempo e no espaço histórico brasileiro”. Por

a organização Patriarcal da família [no Brasil] não é primordialmente um problema de números nem o resultado da família extensa [...]. A família patriarcal era, sobretudo o produto de uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros. (MELLO, 1997, p. 414).

Portanto, a existência dessa concepção autoritária é também evidência da irradiação das relações autoritárias, centradas no *pater familias*, presentes na Europa no momento de colonização. E no Brasil, semelhantemente, o próprio patriarcalismo pode ter existido em muitos lugares como modelo ideológico da elite, mas nem sempre como estrutura familiar.

No mesmo sentido, em suas pesquisas sobre a família brasileira, Eny de Mesquita Samara (1983, p. 9). concluiu que “a família patriarcal, [...], assumiu configurações regionalmente diferentes e mudou com o tempo”. Percepção semelhante teve Diana Balmori (1990, p.18), ao pensar a família na América Latina. Em seu entendimento “vários historiadores han descubierto que la familia extendida no era t n común en siglos pasados como en algún momento se pensá, salvo entre los ricos y poderosos”.

A própria Samara (1983, pp. 17, 18), admitiu que suas conclusões de certa forma estivessem implícitas nas obras de Freyre, e considerou questões como a existência de outros arquétipos no Brasil. Ela tratou sobre casamentos, divórcios e parcelas de ilegitimidade. Compreendeu que a família patriarcal deveria ser mais comum nas zonas rurais do nordeste a ucareiro¹⁴. Não foi o tipo predominante em São Paulo, por exemplo, onde preponderavam famílias nucleares e pouco numerosas¹⁵. Segundo Sheila de Castro Faria (1997, p. 255).

trabalhos demográficos demonstraram que na cidade de São Paulo e algumas paróquias mineiras, dos finais do século XVIII e início do XIX “a família extensa de tipo patriarcal” não foi predominante, além de contar com propor es significativas de fogos chefiados por mulheres, induzindo a que se repense o papel feminino naquela sociedade.

outro lado, Vainfas ponderou sobre a impossibilidade de tornar o patriarcalismo irrelevante no estudo da sociedade brasileira, lembrando que patriarcalismo e família extensa não significam a mesma coisa.

¹⁴ Para Faria (1997, p. 255), mesmo no Nordeste esse modelo familiar pode ser relativizado, uma vez que inexistem pesquisas utilizando fontes seriais para Pernambuco e Bahia, por exemplo, que poderiam contestar o patriarcalismo e a existência da família extensa na região.

¹⁵ Entretanto, “a ruptura na complexidade familiar [...] não parece interferir no ciclo de obriga es mútuas que unem os indivíduos ligados por parentesco, amizade ou trabalho. Assim, se a absor o dessas rela es não se d  mais a nível estrutural e interno da família, continua correndo fora dela, já que os laços de sangue e de solidariedade, pelo menos na aparência, ainda são resistentes” (SAMARA, 1987, p. 33).

Assim sendo, tampouco o poder patriarcal foi inquestionável. O desafio à autoridade paterna foi significativo no Brasil, mesmo durante o período colonial. Casos de mulheres que desejaram se separar dos maridos ocorreram com certa regularidade, mesmo que isso às vezes resultasse em reclusão forçada em conventos como punição. Filhos, e mesmo filhas, que se rebelavam contra os pais, sobretudo quando o assunto era casamento não foram tão incomuns (SILVA, 1998, pp. 239–246).

Do mesmo modo, o modelo de família legalmente constituída não foi preponderante, e, contrastando com o modelo familiar europeu, conviveu e aparentemente foi superado em número, com casos de celibato, concubinatos e ilegitimidades. Por sinal, enquanto para os membros da elite uniões sacramentadas eram essenciais, pois visavam alianças de nomes e fortunas, entre os segmentos populares acreditava-se preponderarem relações não formais¹⁶.

O alto custo das despesas matrimoniais era outro entrave à legitimação das famílias, o que favorecia a concubinação entre as camadas mais baixas da população. A celebração legal implicava em despesas, direitos e obrigações recíprocos de fidelidade e assistência. Por isso, os homens pobres relutavam em formar laços legítimos, preferindo viver concubinados (SAMARA, 1983, p. 52).

Todavia, percebemos a necessidade de relativizar também essa concepção. Estudiosos chegaram a concluir que o casamento restringia-se à elite branca, o que expõe nova tendência à generalização e não se baseia na realidade da época. Estudos recentes demonstram “grande diversidade regional nesse respeito, com certas paróquias tendo mais de 90% das crianças livres/libertas batizadas nascidas de pais casados”. Percebeu-se que,

áreas urbanas ou semi-urbanas e mineradoras [...] lugares que eram de passagem, [diferenciavam-se] das agrárias, onde a família (e família legalizada pela Igreja) se tornava fundamental para o funcionamento e reprodução das unidades produtivas (FARIA, 1997, pp. 255, 256).

¹⁶ Esteves ao tentar explicar a pouca frequência do casamento legal entre os populares na *belle époque*, mencionaria que os motivos “somavam-se a um *costume antigo* e uma dificuldade de lidar com referenciais institucionais pertencentes a outras camadas sociais. Mais ainda, as pessoas comuns que se amasiaram não apenas se adaptaram a uma circunstância de vida, muitas delas fizeram uma opção dentro de um universo cultural e, assim, agiram de acordo com as regras de conduta existentes” (AREND, 2001, p. 65).

Como região de passagem, fronteira e guerra, mas também de ocupação centrada na apropriação da terra, consideramos interessante pensarmos de que maneira se constituíram e se estabeleceram as famílias ao sul do Brasil.

1.3 As famílias no Continente do Rio Grande de São Pedro: relações de solidariedade e papéis sociais

No Continente do Rio Grande de São Pedro indubitavelmente houve influência dos modelos familiares da Europa ocidental e do restante do Brasil. Entretanto, dentre outras influências, esta região possuía algumas peculiaridades comuns a ambientes militarizados e de fronteira que devem ser consideradas ao pensarmos nas organizações familiares existentes. Procuraremos, então, detectar as convergências e diferenças da capitania/província em relação ao restante do país.

Comentamos anteriormente que os primeiros estudos sobre a família no Brasil popularizaram o modelo de família patriarcal, cuja noção recebeu contornos diferenciados através das muitas interpretações. Esse padrão familiar poderia ser aplicado, sobretudo às elites, pois foram elas as primeiras apreciadas pelos trabalhos sobre família. Entretanto, entre um mesmo grupo social, percebemos a necessidade de relativizar modelos (FARIA, 1997, p. 252).

Apesar da ocupação tardia por súditos dos Impérios Coloniais Ibéricos, ainda assim encontramos informações acerca dos povoadores a partir do século XVIII. Um dos povoadores do continente de São Pedro, o madeirense Jerônimo de Ornellas, aparentemente se preocupou em encaminhar suas filhas através dos casamentos e de ter a elas e seus genros por perto. Analisando os dotes¹⁷ matrimoniais fornecidos às suas oito filhas, percebemos a importância que segmentos sociais mais elevados davam ao casamento das filhas (SILVA, 1998, p. 80). Isso pode ser explicado porque

¹⁷ Dote “são os bens que os pais, ou outros parentes, concedem a uma mulher por ocasião do casamento” (NAZZARI, 2001, p. 19).

Devido às poucas opções que se apresentavam à mulher, o casamento tinha uma função específica, especialmente numa sociedade onde sua imagem estava associada às de esposa e mãe. Representava também proteção econômica, pois era de competência do marido zelar pela segurança da mulher e da prole (SAMARA, 1983, p. 49).

Entretanto, não eram meramente as razões sentimentais que motivavam a valorização do casamento, mas, segundo Muriel Nazzari (2001, p. 28), o interesse de formar alianças vantajosas com outras famílias. Ao estudar a prática do dote, em São Paulo dos séculos XVII a XX, a autora afirmou que o mesmo visava estratégias matrimoniais que trariam para a família um membro apto a contribuir para sua prosperidade.

O poder do clã residia não só em sua riqueza e bens materiais, como também, e talvez de maneira mais marcante, nos recursos humanos que conseguia ter a disposição: parentes, índios e escravos africanos. Assim sendo, o casamento dos filhos fortalecia o clã. O casamento era o modo como se formava uma nova empresa produtiva, em que o dote da esposa proporcionava a maior parte dos meios de produção necessários para dar início à nova unidade (NAZZARI, 2001, p. 128).

Talvez isso seja confirmado pelo fato dos genros e outros parentes habitarem com Ornellas no Morro de Santana (KÜHN, 2002, p 53). O que deve indicar que ele os utilizava como recursos humanos e ampliava seu poder e influência ao tê-los como agregados.

Por um longo tempo, a historiografia gaúcha preocupou-se pouco em aprofundar seu entendimento sobre as relações e os interesses desses primeiros povoadores do Continente, presentes nas formas de organização de suas famílias. Alguns dos primeiros autores a retornar aos séculos anteriores ao XIX e reconstituir a história dos colonizadores e seus descendentes, foram Martha Hameister, Tiago Gil e Fábio Kühn.

Hameister e Gil (2007, p. 268), analisaram as fundações da Colônia de Sacramento (1680) e à Vila de Laguna (1684) para reconstituir a história de duas famílias que se destacaram na composição de uma primeira elite no sul. Estas famílias estabeleceram contato à medida que povoaram o Rio Grande de São Pedro, desenvolveram estratégias matrimoniais no momento de povoamento e conquista e marcaram as diferenças sociais em comparação com outros povoadores.

Concluíram que para obrigar os homens a fixar raízes no Continente, solicitava-se que mandassem mulheres solteiras (mesmo que de conduta pouco

recomendável). O matrimônio com mulheres autóctones, visando selar alianças, foi algo típico entre alguns dos povoadores lagunistas. Enquanto Laguna se formou de famílias que migraram de São Paulo, com destaque aos Brito Peixoto, a Colônia de Sacramento recebeu famílias de açorianos, das quais se sobrepuseram os Souza Fernando. Da fusão de duas dessas famílias, no povoado de Rio Grande, formou-se a primeira elite crioula do extremo sul do Brasil (HAMEISTER; GIL, 2007, pp. 271–273).

Enquanto Francisco de Brito Peixoto teve filhas naturais com uma índia carijó, dentre as quais, uma, Catarina, casou-se com José Pinto Bandeira, do Valongo, Antônio Souza Fernando teve herdeiros legítimos, dentre os quais uma delas, Clara Maria Oliveira, casou-se com Francisco Pinto Bandeira, filho daquele casal, e deu a luz a Rafael Pinto Bandeira. Este, quando adulto celebraria três casamentos, pelo menos dois bem vantajosos, um com a filha de um chefe indígena, que seria seu aliado pela vida, e outro com uma prima - prática comum, sobretudo em sua família materna, para reiterar alianças já existentes (HAMEISTER; GIL, 2007, pp. 278–284). As relações com mulheres indígenas, vão ao encontro das palavras de Therborn (2006, p. 58), que ao analisar a família no continente americano, constatou que “as sociedades crioulas¹⁸ criaram sistemas familiares duais, algumas vezes triangulares – branco, não branco, misto – diferentes entre si, mas cada um deles crucialmente modelado pelos outros”¹⁹.

A despeito dos casamentos e relações mistas dos Pinto Bandeira, entre os Souza Fernando, a estratégia da endogamia (casamento consanguíneo), assim como as de destinar alguns filhos à carreira militar e pelo menos um à vida religiosa, passou de geração para geração. Assim, casamentos intrafamiliares, investimentos em certas carreiras e a atividades militares e de milícias foram eficazes em áreas onde a posse não estava totalmente consolidada (HAMEISTER; Gil, 2007, pp. 280–285).

¹⁸ Esclarecemos que por crioulos o autor se refere aos *criollos*, elite colonial, descendente de espanhóis, nascidos na América (PASSETTI, 2005).

¹⁹ O autor explica que a sociedade afro-crioula à qual se refere foi criada pela escravidão de plantation, no sul dos Estados Unidos, no Caribe e Índias Ocidentais, na Jamaica Britânica, a Cuba espanhola até o Rio de Janeiro, mas com seu centro clássico nas plantations de cana-de-açúcar da Bahia, no Nordeste”. (THERBORN, 2006, pp. 59, 60), embora recordemos que as influências e semelhanças nas relações entre europeus, nativos e transplantados, pudessem existir em áreas que não eram de Plantation.

Os casamentos endogâmicos eram uma estratégia comum entre aqueles que queriam consolidar seu poder, “casamentos tão frequentes no Brasil desde o primeiro século da colonização, de tio com sobrinha; de primo com prima. Casamentos cujo fim era evidentemente impedir a dispersão de bens” (FREYRE, 2003, p. 425), visavam à ampliação de riquezas, poder e *status*.

O acúmulo de bens e posses, para essas famílias, efetivou-se no período de conquista. Os Brito Peixoto e Sousa Fernando foram agraciados com muitas sesmarias, pois as primeiras famílias a chegarem ao território (os conquistadores) eram as mais privilegiadas e a junção das duas famílias através de matrimônios e compadrios em tempos de paz foi uma estratégia consistente para manter seu estatuto social nos tempos de guerra. Os Pinto Bandeira e os Souza Fernando engajaram-se com as tropas por ocasião da invasão de Rio Grande em 1763 e aquelas famílias que haviam se engrandecido na conquista do território reafirmaram seu valor na reconquista (HAMEISTER; Gil, 2007, pp. 287–289).

A despeito de tratar dessas duas famílias que formaram uma elite e reforçaram seu poder através de uma aliança matrimonial, Hameister os seguiu também durante a ocupação da barra de Rio Grande. Ela acompanhou aspectos da formação da Vila de Rio Grande através da trajetória daquelas famílias da elite que se fixaram ali, de 1738 a 1763. Entendeu aquele espaço como um lugar de

manobras e estratégias dos que viveram o processo de conquista., espaço entre o que era normatizado e o que era possível, foi muito importante para o estabelecimento das hierarquias das relações pessoais e das relações entre os vários setores que compuseram essa sociedade (2006, pp. 13).

A autora historiou o percurso de algumas famílias que se instalaram ali, oriundas de migrações anteriores e o que contribuiu para que conseguissem firmar seu prestígio, poder e mando no povoado, assim como o acesso a bens. Refletiu acerca da política de ocupação das fronteiras das Coroas Ibéricas, como a “Política dos Casais”, assim como o fato de que, entre sua fundação e a invasão de tropas espanholas, foi possível nascerem, migrarem, casarem e ter filhos uma geração de riograndinos, entre brancos, índios, escravos e forros. Famílias de ilhéus, que tiveram que abandonar a Colônia de Sacramento, devido às invasões espanholas, “soldados, populações civis, homens de ofícios e suas famílias, [...] vindos da Bahia, de Pernambuco, das Minas, de São Paulo, atraídos por terras e insumos [...], indígenas da própria região, todos transferidos para a Barra do Rio Grande”.

Recapitulou estratégias e políticas matrimoniais, relações de compadrio e a construção de um patrimônio imaterial que envolveu famílias como os Souza Fernanda e Pinto Bandeira (HAMEISTER, 2006, pp. 14–23, 256, 300).

Outro que acompanhou a trajetória dos membros da família Brito Peixoto e seus descendentes, no século XVIII, foi Fábio Kühn. Estudou em detalhes “as relações que se estabeleciam entre as estratégias familiares e as formas de expressão política e de afirmação social existentes”. Valorizou as relações entre família e poder, tentando evidenciar “a importância das relações de parentesco para a própria reprodução da sociedade colonial”. Privilegiou as estratégias familiares e políticas (como as práticas dotais para selar alianças, ou o compadrio para estreitar vínculos clientelistas) (KÜHN, 2006, p. 18).

Ao tratar da expansão paulista para o sul, a partir dos empreendimentos de Domingos Brito Peixoto e seu dois filhos, o autor destacou que essa expansão se deveu a uma iniciativa da “empresa familiar paulista” e que o patriarca da família ressaltou ser aparentado com as melhores famílias da Capitania e ter se animado a fazer a conquista de Laguna à sua própria custa, com seus filhos, parentes e amigos. Afirmou que “o fundador de Laguna seguia o paradigma paulista de expansionismo voltado para a fronteira, em busca de riquezas do sertão” e que este povoamento não dependia necessariamente de sua presença pessoal, mas de sua ação senhorial (KÜHN, 2006, pp. 31–33).

Ao acompanhar as experiências vivenciadas pelo Capitão-Mor Francisco Brito Peixoto, um dos filhos de Domingos, Kühn observou que ele teve vários filhos naturais com mulheres indígenas, que as filhas casaram com homens de relativo prestígio na Vila Lagunense - cujos descendentes se tornaram membros da nova elite da região (caso de Cláudio Guterres e Francisco Pinto Bandeira) - mas que os filhos homens não herdaram muita coisa, e que o Capitão-Mor, sem herdeiros legítimos, seguiu o costume de favorecer os descendentes legítimos de sua linhagem. Legou sua folha de serviços à Coroa portuguesa para o filho de uma sobrinha, reforçando a posição da casa senhorial a qual pertencia. Francisco Brito Peixoto indicou a distinção entre “famílias” e “casa”, quando solicitou mercês de campos e terras “para mim e minhas famílias”, mas deixou seus bens à sobrinha.

Aos membros de suas “famílias”, que se estabeleciam em Viamão, deixava o pedido de uma mercê que jamais seria atendida, aos membros de sua “casa”, residentes em Santos, deixava aquilo que julgava garantido. Por um lado, deixava os remanescentes de seus bens a uma sobrinha, por outro

legava sua folha de serviços a um sobrinho neto, reforçando os vínculos que o prendiam ao passado paulista (KÜHN, 2006, pp. 57–59).

O autor percebeu nos movimentos migratórios e estratégias matrimoniais das famílias elementos que consolidaram ou inviabilizaram a continuidade da ascensão social e manutenção do poder do “clã”. A quebra dos laços de algumas famílias povoadoras de Viamão com a vila de Laguna e estratégias matrimoniais ineficazes - como a obtenção de genros pouco “qualificados” e noras de segmento social inferior ou que escandalizaram de algum modo a sociedade da época - acabaram levando algumas “linhagens” à decadência (KÜHN, 2006, 82–101).

Ainda sobre o século XVIII e o início do XIX, Thiago Gil (2007, pp. 16–22) analisou as estratégias da família Pinto Bandeira, descendente dos Brito Peixoto, para construir e manter o poder e prestígio conquistado através das guerras de conquista e de reconquista. Faziam-se presentes nessas estratégias os vínculos de parentesco e de reciprocidade- onde a formação de “bandos”, a prática do contrabando, das arreadas, da distribuição de butins de guerras e de terras e a formação de alianças matrimoniais vantajosas, propiciavam mecanismos de prestações e contraprestações-, possibilidades de ascensão e inserção, naquela sociedade, através de redes de sociabilidade hierarquizadas - horizontais com os membros da elite e extremamente verticalizadas com os estratos sociais inferiores. Para o autor, esses potentados de origem paulista.

Só conseguiram sobreviver porque estabeleceram alianças com chefes indígenas, muitas vezes referendadas por matrimônios. Rafael Pinto Bandeira casou-se, por exemplo, com a filha de Miguel Caraí, um dos maiores líderes minuanos. Da mesma forma, para os lavradores que reconheciam a sua autoridade, os potentados em nome de Sua Majestade, distribuíram terras. Em outras situações, os mesmos potentados protegeram peões – clientes da justiça do mesmo rei. Com certeza aquele mando tinha a materialidade do controle das terras (algo concedido legalmente pela monarquia), mas também vinha de uma herança imaterial. Um exemplo disto eram as relações de compadrio: nelas, padrinho e afilhado tinham obrigações recíprocas, entretanto devidamente verticalizadas. Uma sociedade hierarquizada nos conduz, inevitavelmente, a conflitos e alianças (GIL, 2007, pp. 21, 22).

No entendimento de Gil (2007, p. 22), a compreensão do Rio Grande de São Pedro, do período, passa pela existência de bandos, que envolviam “alianças horizontais entre diferentes famílias da elite local e também com oficiais da monarquia”, e também deveria incluir “pactos verticais com os grupos subalternos

(escravos, lavradores, índios, forros, etc.)”, confirmados pelo matrimônio e compadrio.

A trajetória do líder farroupilha Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos foi estudada por Carla Menegat (2009, p. 12). “Através da identificação de mecanismos das redes sociais, identifica estratégias familiares, políticas e econômicas” que permitiram a reprodução social da elite charqueadora da vila de São Francisco de Paula. Através das vivências dos seus personagens, ela verifica que o matrimônio era vantajoso para os forasteiros que não tinham famílias próximas e poderia significar inserção econômica e política. Consta também que regiões fronteiriças tinham códigos sociais menos rígidos quando o assunto era a inclusão de um novo membro na família (via casamento), mas que mesmo assim, os casamentos ocorriam por interesses familiares e visando o benefício da empresa familiar (MENEGAT, 2009, pp. 50–76).

Jonas Vargas (2008, pp. 45–62) ressaltou que na segunda metade do século XIX eram as famílias e suas redes sociais, e não os partidos, os principais organizadores do comportamento da elite política do Império. A ascensão dos filhos da elite rio-grandense à alta política no período de 1868 a 1889 foi resultado do investimento destas famílias nos estudos e carreiras de seus herdeiros, que lhes propiciaram formação superior, em geral em Direito, e a possibilidade de estabelecer amizades e alianças (matrimoniais, ou de compadrio) com as famílias proeminentes do centro do país. Ao alcançarem altos cargos no governo central deveriam atender às expectativas de seus familiares, clientelas, eleitores e aliados políticos.

Outros autores trabalharam a família em Rio Pardo no século XIX, como Ricardo Schmachtenberg, que analisou a dinâmica das redes e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo, de 1811 a 1830. Para ele, “os militares se tornaram importantes líderes ligados às forças de ordenanças alocadas na vila e, por isso, sua presença na câmara municipal representava o poder e o prestígio que alguns militares ostentavam”. Ao desenvolverem outras atividades, como ser proprietário de estância ou comerciante, teriam ainda mais poder. Acerca dos casamentos

Para o pai, membro da elite local, era importante casar sua filha com alguém que tinha “gabarito” na sociedade, e, para o militar, comerciante ou negociante que vinham de outras localidades, era importante inserir-se na sociedade e casar-se com uma moça, integrante, principalmente de uma família, poderia ser uma saída. As antigas famílias sempre tiveram a

tendência de consolidar alianças entre si pelo casamento, porém, eliminando pragmaticamente os preconceitos, foram firmando alianças matrimoniais com comerciantes, negociantes e militares [...]. Para oficiais e não naturais da vila, os matrimônios significavam entrar na elite local, obter prestígio social, mesmo já possuindo a honraria militar, e, principalmente, assumir cargos na câmara municipal (2012, pp. 289, 290).

Também em Rio Pardo, Miguel Costa (2011, p. 19) “partindo de uma guerra particular gerada num tecido de variações relacionais”, procurou analisar como esta repercutiu nas vidas de dois expoentes de Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva, “numa época em que ambos vivenciaram os efeitos da consolidação do aparato político, administrativo e simbólico do Império na região”, de 1845 – 1865.

No entanto, o autor retorna ao início do século XIX para analisar o momento em que as famílias desses homens se instalaram em Rio Pardo, e verifica as estratégias e alianças que utilizaram para alçar ao poder, e como elas acabaram interligando os dois “clãs”. Radicados em Rio Pardo desde o começo do século estudado, as duas famílias acabaram se relacionando através de alianças matrimoniais e vínculos comerciais, mas, com o tempo, dois de seus filhos passaram a rivalizar na disputa pelas posições de mando e privilégio. O autor reconstrói o processo que gerou a aliança familiar entre as duas famílias e analisa as estratégias dos dois homens na disputa para se consolidar como chefes políticos, para manejarem suas relações e reafirmarem suas posições através de círculos de sociabilidade (COSTA, 2011, pp. 20–43).

Luís Augusto Farinatti (2007, p. 32) analisou

Como as relações familiares influenciavam o desempenho das atividades econômicas, a estrutura agrária, a constituição de um grupo social, a viabilização da reprodução da posição social dos membros da família, a construção de transmissão de patrimônios materiais e imateriais. E como elas eram também influenciadas por todos esses aspectos.

Para o autor, as estratégias elaboradas pela elite agrária de Alegrete faziam parte de uma lógica social, que contemplava elementos articulados entre si, como o desempenho eficiente das atividades econômicas, a tentativa de obter algum controle sobre as questões da guerra e da fronteira e a reprodução da posição social da família. Optou estudar as “vinculações familiares forjadas pelo casamento, e sua relação com as atividades socioeconômicas”. Constatou que o poder sobre a guerra e a fronteira também era obtido por via parental, que as teias de casamento

contribuíam para o acesso e manutenção dessa forma de poder e que os comandantes militares da fronteira asseguravam e legitimavam sua posição através da prestação de serviços e troca de favores com parentes e aliados (FARINATTI, 2007, pp. 33–40, 210, 211).

Isso era algo típico na sociedade brasileira da época, onde se percebia o “aspecto da solidariedade familiar, da vingança e das relações entre família e Estado, onde o público e o privado se confundem” (PINTO apud SAMARA, 1987, p. 27). Por ser o uma região conflituosa, formou-se no Rio Grande de São Pedro uma elite por vezes militarizada que procurava ampliar seu poder e influência através de alianças vantajosas. “Para a Coroa, era imprescindível a participação dos estancieiros e de seus agregados na defesa e conquista do território. Conseqüentemente, foi obrigada a transigir com os senhores da terra, outorgando-lhes poder e autoridade” (VOGT, 2001, p. 84).

Ao refletir acerca do patriarcalismo na sociedade em estudo, Farinatti (2007, p. 213) percebeu que a autoridade paterna sobre a família estava presente na região de uma forma fortemente hierarquizada, mas que tinha suas ressalvas porque não raro era sujeita a negociações entre pais e filhos.

Os pais buscavam convencer os filhos de seguirem os caminhos que se adequavam às estratégias familiares mas, para isso, não se valiam apenas da autoridade paterna. Sem negar a importância desse fator, é forçoso reconhecer que, para que seus intentos fossem realizados, muitas vezes os pais movimentavam uma política de auxílios e incentivos materiais [que] funcionavam como instrumentos a favor dos pais nas relações verticais desiguais (mas não unilaterais) que estabeleciam com seus filhos.

Acerca das mulheres no ambiente do lar, a moral da época compreendia o homem como cabeça do casal, e a lei brasileira lhe davam privilégios. A mulher tinha atribuições domésticas e uma instrução voltada para o casamento, devendo aprender a cuidar da casa, do marido e dos filhos (ALGRANTI, 1997, p. 120). O jornal *O Artilheiro*, de 1837, afirmou que

Uma mulher não aspira outra coisa senão a se casar e logo que o consegue não deve cuidar em outra coisa senão em fazer a felicidade de seu marido, cuidando do arranjo da casa e na boa educação dos filhos, se os tem. Sair dessa regra é não ser boa esposa, nem boa mãe de família, é querer que se suponha mal dela, é finalmente dar motivo ao mundo, a que fale e muitas vezes sem razão (apud FLORES, 2002, p. 119).

No entanto, seria equivocado crer que elas não tinham espaços de atuação e brechas em relação aos padrões estabelecidos. Entre as mulheres da elite

pesquisadas por Farinatti (2007, pp. 215–217), embora percebesse que viviam sob a autoridade do pai e do marido e devessem deixar a direção do patrimônio a um filho em caso de viuvez, algumas mulheres da elite agrária apareceram nos documentos praticando atos jurídicos em seu próprio nome, sem estar subordinada a um homem. Entre as mulheres casadas, algumas tinham conhecimento considerável de negócios, no trato com o gado e na administração das propriedades, sobretudo se os maridos atendiam a demandas de guerra.

Ao observar as famílias do Rio Grande de São Pedro, Maria Beatriz Nizza da Silva (1998, p. 244) considerou também a existência de laços informais entre grupos consanguíneos. A autora confirmou que não se limitavam a segmentos sociais inferiores e que casos de ilegitimidades poderiam ser relativamente bem aceitos entre algumas famílias mais distintas, desde que fossem os homens os que gerassem seus “bastardos”. Relatou que na vila de Rio Grande, em 1803, João Batista de Carvalho, filho natural de José Batista de Carvalho, fizera doação a seu pai, madrasta e meio irmãos, em gratidão ao fato de ser criado com todo amor entre a família legítima de seu pai e pela dita mulher de seu pai. Por outro lado, um hospedeiro do viajante Saint-Hilaire (1987, p. 326) criticou a mulher de um conhecido seu por ela não querer ver em sua casa os filhos da concubina do marido. A indignação desse vizinho talvez se devesse ao fato de que muitas mulheres fossem tolerantes com esses casos.

Não raro, rapazes mantinham uniões consensuais e/ou estáveis com mulheres que dificilmente pertenceriam a sua condição social. Havia também os que casados mantinham relações extraconjugais que nem sempre eram passageiras. No entanto, a existência de relações não sacramentadas e herdeiros bastardos, não se restringia apenas aos membros do sexo masculino daquela sociedade. Em um caso de legitimação de filhos criados como expostos ficou clara a situação de mulheres não casadas que tinham filhos ilegítimos. Dona Ana Francisca da Silveira e Souza, ao procurar reconhecer os filhos contou o seguinte:

Vivendo no estado de solteira em casa e companhia de seu pai, o sargento mor Inácio da Fonseca Quintanilha, na mesma freguesia de Nossa Senhora dos Anjos de Aldeia, ignorante por sua idade e por fragilidade da natureza humana, se deixara aliciar e corromper de sua virgindade pelo vigário da mesma freguesia, o padre Mateus da Silveira e Sousa, do qual viera a conceber dois filhos (SILVA, 1998, p. 216).

Dona Ana, ao sair da casa dos pais, resolveu reconhecer os filhos, aos quais provavelmente teve às escondidas, mas o que nos interessa nessa história é o fato de entre mulheres de famílias importantes, cujo costume era o matrimônio ou a exigência de uma conduta casta, existirem casos como esses e que não chegavam a ser tão incomuns. No entanto, a atitude que parecia ser mais usual para essas mulheres era esconder da sociedade e mesmo dos parentes. Isso não impedia que se prestassem cuidados à prole ilegítima e tampouco, apesar das pressões sociais, que alguns pais e mesmo mães reconhecessem seus filhos (FARIA, 1998, p. 71).

Percebe-se, então, que, a despeito das regras que restringiam a mulher ao casamento e às funções domésticas e que exigiam dela uma conduta casta e submissa, a realidade era mais flexível. Conforme Samara (1987, p. 35).

a existência de um aparato legal de dominação masculina garantia os seus privilégios, mas não perpetuava a sua manutenção. Assim, a partir de meados do século XVIII, casamentos arranjados pelas famílias eram desfeitos e mulheres divorciadas conseguiam a tutela dos filhos e a parte que lhes competia ao patrimônio, o que nos remete a um distanciamento entre a norma e a prática.

Provavelmente, no contexto bélico do continente muitas regras sociais poderiam ser ainda menos seguidas. Por meio de “estudos recentes, vêm à tona os adultérios e concubinatos frequentes e o grande número de filhos ilegítimos [...], devido à falta de mulheres brancas, os colonos uniam-se em mancebias com as índias” (ALGRANTI, 1997, p. 136). Destacamos, entretanto, que, embora algumas pessoas estivessem ligadas por laços de parentesco não formais, ainda assim constituíam um tipo de família. Samara (1987, p. 31) comentou

que não existe um consenso com relação à utilização do termo “família”, significando para alguns o estudo do núcleo doméstico e para outros apenas o do grupo de sangue, [entretanto], comparando-se o total de produção são inúmeros os pontos conclusivos [...] uma análise da família [no Brasil] deve sem dúvida levar em conta todos esses aspectos, da questão conceitual do uso do termo “família”, da pluralidade da organização e da própria representatividade do casamento que, ao que tudo indica, era uma opção para apenas uma parcela da população.

Tendo em vista as evidências de existirem muitos grupos unidos informalmente por sangue e/ou concubinato no Rio Grande de São Pedro, ou que careciam da presença de pai ou mãe, destacamos que não poderíamos deixar de considerá-los como grupos familiares, pois, a exceção das bênçãos legais, eram

ligados por laços de sangue e outros tipos de relações que lhes conferiam o sentimento de identidade familiar²⁰.

Provavelmente, as relações não formais se acentuavam em períodos de guerra. Por ser uma região de intensa atuação militar, eram enviados para o Rio Grande soldados com o objetivo de expandir e defender o território para a Coroa. Os mesmos originavam-se de etnias diversas e contribuíram para a povoação da região que veio a ser composta de espanhóis, portugueses, luso-brasileiros e outros (KÜHN, 2002, p. 49).

Conforme Corrêa (2001, pp. 128–131), já habitavam aqui indígenas que não deixaram de se miscigenar com estes grupos. Da mesma maneira, muitos dos que para cá vieram eram mestiços: pardos, mamelucos, etc. Também foram transplantados para o continente um contingente considerável de negros escravizados, ilhéus e outros. Os mesmos se uniam às mulheres aqui existentes, índias em sua maioria, e, no decorrer do processo de povoação, também negras. No século XVIII, há evidências de casos de zoofilia, homofilia e de exemplos peculiares de poligamia, onde a mulher era disputada e partilhada por vários homens. Ao que parece prevaleciam as uniões não sacramentadas, instáveis ou estáveis, bastardias e lares dirigidos por mulheres sem marido.

É digno de nota que “a escassez e inacessibilidade das mulheres brancas foram compensadas, no lado escuro da sociedade crioula, pelas normas e práticas prevalentes, se necessário pela violência, da acessibilidade sexual das mulheres negras, índias, mestiças e mulatas” (THERBORN, 2006, p. 60). Os filhos índios ou negros, oriundos dessas relações, poderiam ser abandonados pelo pai, todavia, nem sempre isso acontecia. Saint-Hilaire (2002, p. 287) comentou que muitos milicianos tinham índias como companheiras e mães de seus filhos. Uns abandonavam as amantes e filhos, mas outros permaneciam com elas.

Quando os homens se ausentavam, em virtude das guerras, as mulheres, além de privadas da presença de seus companheiros, tinham a responsabilidade de gerir a casa, a família, a necessidade de garantir o sustento, e cuidar dos negócios. Em geral eram as mulheres as pessoas disponíveis e interessadas em manter as condições de vida. Sendo assim, não somente os maridos ou parceiros eram

²⁰ Arend (2001, p. 68), ao estudar a família popular do final do século XIX, verificou que a despeito de muitas vezes os filhos circularem entre outras famílias, e os irmãos biológicos não serem criados juntos, os vínculos com a família biológica não eram totalmente rompidos.

obrigados a aceitar a maior autonomia de ação de suas mulheres, como também elas não podiam limitar-se à esfera do lar. Enfatizamos que:

estudos recentes destacam que o trabalho feminino não se restringia à faina doméstica, enfatizando a atuação de mulheres viúvas ou mesmo casadas que na ausência dos maridos dirigiram fazendas e comandaram dezenas de escravos – além daquelas brancas pobres e forras, sem maridos, que viviam de suas agências -, o mesmo deve ser lembrado em relação aos homens que abriram fronteiras, [...]. Se houve um estilo de vida senhorial, ele deve ser matizado e circunscrito a algumas regiões, ao tipo de colonização e às suas respectivas épocas (ALGRANTI, 1997, p. 151).

Essa afirmação se ajusta bem a regiões como o Continente de São Pedro onde os homens, voluntária ou compulsoriamente, estavam constantemente envolvidos em batalhas. As mulheres que ficavam para trás enfrentavam os perigos de épocas belicosas, administrando suas propriedades e filhos, quando os tinham, e buscando o sustento da família quando tinham poucas posses. Ricas ou pobres tinham que tocar as suas vidas e também as de seus dependentes. Embora o enfoque do nosso trabalho seja a família administrada por mulheres, enquanto seus parentes do sexo masculino eram obrigados a se ausentar para atender as demandas militares, entendemos que mesmo em períodos de estabilidade e paz as mulheres poderiam exercer formas de poder e influência, o que deveria torná-las aptas a gerir os momentos de instabilidade.

Samara (1987, p. 34), admitiu que apesar de reconhecer “a inserção da mulher num sistema mais amplo de dominação, onde os papéis dos sexos estavam legitimamente bem definidos, seria errôneo confirmar a *priori* sua condição de subjugada”. A autora, em seus estudos, encontrou imagens femininas que não se ajustavam às normas sociais. Em seu espaço de análise, São Paulo do final do período colonial, ela pode verificar que a saída frequente dos membros masculinos alterava o número de mulheres chefes de família,

O espaço militarizado atribuía à mulheres da região sul situações diferenciadas. Flores (2002, p. 89) reconheceu em momentos de guerra as mudanças de comportamento atingiram principalmente as mulheres, que na ausência dos maridos “assumiram o comando da casa, da loja, do armazém, da estância, rompendo com velhos costumes e apresentando um cativante panorama rico em experiências”.

Portanto, embora a sociedade estipulasse papéis específicos aos homens e mulheres e houvesse padrões mais ou menos característicos ao país em que hoje

nos encontramos inseridos, o espaço de fronteira e de guerra no Rio Grande do Sul propiciava um ambiente particular em comparação a outras partes do Brasil, e as mulheres eram obrigadas a vivenciar situações e a desempenhar atribuições que usualmente deveriam ser atribuídas aos membros masculinos das famílias. Não eram incomuns os episódios em que mulheres assumiam as famílias e as propriedades, assim como casos em que eram cúmplices de deserções e vítimas de confiscos. As mudanças (temporárias ou permanentes) nos papéis sociais são perceptíveis nas famílias do Rio Grande de São Pedro, no período estudado, e afetaram os homens e mulheres da região de maneira particular.

Essa situação peculiar que poderia flexibilizar as relações familiares, muito se devia ao espaço de fronteira e de guerra. Nesse ambiente, se estabeleceram grupos familiares e se instituíram relações diversas marcadas por vínculos de reciprocidade e diferentes relações sociais e de poder. No capítulo seguinte, buscaremos reconstituir as trajetórias de famílias em áreas de fronteira e perceber o dia a dia delas, como conviviam, interagiam e reivindicavam e expressavam estes vínculos permeados por manifestações de poder e busca de proteção.

CAPÍTULO 2

RIO PARDO: SOCIEDADE E SOCIABILIDADE EM UM CONTEXTO FRONTEIRIÇO

2.1 Fronteira: um espaço de vivências, conflitos e interações sociais na paz e na guerra

Alida Metcalf (1992 apud SAMARA, p. 22, 2003) em *Family and Frontier* destacou “a importância das famílias nas áreas de fronteiras, como responsável pelo indivíduo e também pela estruturação da vida comunitária”. Ainda que pretendamos confirmar essa afirmativa, em um primeiro momento, procuraremos refletir sobre o significado do termo fronteira. Pensaremos sobre a importância desse espaço de fronteira na conformação das relações sócio familiares.

Referimo-nos à região fronteira tendo em mente a diversidade do significado do termo fronteira neste período, que não se referia a uma linha divisória e poderia ter vários sentidos e propiciar experiências diferenciadas a seus habitantes. Para Thiago Gil (2007, pp. 33, 34), a fronteira era vista como “localidades próximas aos territórios vizinhos e, portanto, passíveis de invasão, uma espécie de corredor comum de passagem entre os territórios espanhóis e portugueses”.

Para Benedikt Zientara (2009, pp. 306–310), é parte do território situado *in front*, nas margens. Ele tratou do significado de fronteira como margem, negando que seja uma “linha que separa duas regiões diferentes”. Apontou a comunidade-seja ela econômica, política, ou religiosa-, como fator constitutivo das fronteiras, e assinalou que grandes mares, oceanos, rios, montanhas tendem a ser confins naturais entre grandes agrupamentos humanos. O mesmo autor ressaltou que a fronteira pode tanto ter um caráter unificador, como também um caráter divisório, com base em pressupostos sociais, e não geográficos, da fronteira.

Mariana Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti (2009, pp. 156–161, 307), por sua vez, destacam que a maioria dos autores reconhece que a noção de fronteira como uma linha divisória entre Estados Nacionais, no período colonial, é anacrônica. Reconhece, no entanto, que

O limite nacional, ainda que incerto e discutido ao longo do Oitocentos, ensejava que se buscasse instituir soberanias distintas de ambos os lados. Não era uma barreira intransponível e não impedia trocas e circulação de pessoas, mercadorias e ideias, mas é imperioso reconhecer que esses movimentos que se faziam de um lado e de outro eram diferentes dos que se faziam dentro de um mesmo país.

Espaço a ser manejado, a fronteira é re-significada por diferentes atores. Logo, o posicionamento dos atores poderia mudar de acordo com seus “interesses particulares e situações socioculturais específicas”. A mesma fronteira que oferecia terras aos proprietários e cargos militares aos chefes de família das elites fazia-os vulneráveis aos conflitos frequentes. A mesma fronteira que poderia dar acesso à liberdade aos cativos (uma vez que a escravidão foi abolida na Banda Oriental, antes de ser abolida no Brasil) seria prejudicial aos proprietários, que perderiam sua mão de obra. A mesma fronteira que recebia peões com sobrenomes hispânicos em estâncias brasileiras, e peões brasileiros na Banda Oriental, levava as autoridades a associar a criminalidade à presença de estrangeiros. A mesma fronteira que poderia estreitar relações entre as populações, tornava o comércio ilegal, quando ultrapassava os limites entre os dois Estados (THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009, pp. 159–171).

Segundo Tau Golin (2010, pp. 55, 56), “as reduções de fronteira foram os mais eficientes instrumentos de contenção do avanço português [antes do Tratado de Madri] a Companhia de Jesus esperava o reconhecimento desse grande trabalho no interior da geopolítica colonial”. Para Fernando Camargo (2010, pp. 68 - 70), o estabelecimento de expedições demarcadoras e guardas na fronteira, no século XVIII, visavam o combate ao contrabando e às incursões de grupos sociais marginalizados, como índios e gaúchos, arreadores ilegais ou salteadores, e a definição dos limites territoriais ibéricos na América do Sul. “De fato, algumas partidas demarcadoras chegaram a iniciar suas atividades, algumas conjugadas com operações militares, como a que foi levada a cabo para submeter guaranis revoltados na margem esquerda do rio Uruguai”. De qualquer maneira, apesar de pressupor certos limites, ainda era algo impreciso. Bleil de Souza e Prado (2004, p. 122), ao tratarem sobre a presença brasileira na fronteira uruguaia do século XIX, ressaltaram que,

o espaço fronteiro entre Brasil e Uruguai no século XIX era ainda bastante indefinido, poroso [...]. Não bastasse a paisagem semelhante do norte

uruguaio e da campanha gaúcha, o tipo social e os valores culturais eram também compartilhados de um lado e de outro da fronteira.

Thiago Gil usou o termo fronteira para designar a região que abrangia Rio Pardo, Viamão e Rio Grande, em seu período de análise, nos anos de 1760 a 1810, por ser uma região próxima a territórios de outro império - o que conferia sentido ao contrabando e aos conflitos militares. Ele percebeu que

O comércio ilícito entre portugueses e espanhóis ocorre mesmo quando seus impérios estão em guerra. Isto indica que criar laços socioeconômicos e guerrear, simultaneamente, com os mesmos agentes era algo possível para esses homens. Mais do que possível, algo desejado. Por um lado, a guerra significava, além das honras, possibilidades de mercês e lucros com o butim. Da mesma forma, manter negócios e laços com os “castelhanos”, mesmo em tempos de paz, era algo muito proveitoso. Em tempos de guerra, os animais escasseavam, e tais negócios tornavam-se ainda mais interessantes (2007, pp. 35–39).

Isso era perceptível, por exemplo, na trajetória da família Pinto Bandeira que, como já mencionado por nós, foi analisada pelo mesmo autor Thiago Gil e por Martha Hameister (2007). Recordamos que eles perceberam na pesquisa que o poder e prestígio desse “clã” foi conquistado através das guerras de conquista e de reconquista. Os Pinto Bandeira desenvolveram estratégias para manter esta proeminência, ao valorizarem os vínculos de parentesco e de reciprocidade, em que a formação de “bandos”, a prática do contrabando, a distribuição de butins de guerras e de terras e a formação de alianças matrimoniais vantajosas e a obtenção de patentes militares, propiciavam mecanismos de ascensão e inserção.

Boa parte dos chefes de família detinham postos militares. A estrutura militar da época e o *front* reproduziam a hierarquia daquela sociedade, cujos vínculos de reciprocidade com os grupos subalternos (peões, escravos, soldados, pequenos lavradores, aventureiros) eram verticalizados. Os campos de batalha acabavam estreitando as sociabilidades entre diferentes sujeitos, e contribuíam para manter relações e recriar as elites locais. A guerra “era algo normal para aquela sociedade [e] fundamental para a manutenção da ordem e hierarquia social”. Conferia prestígio, terras e reforçava os vínculos da elite com sua base. Beneficiava peões e soldados envolvidos na prática do contrabando, que eventualmente recebiam terras reforçando os vínculos de reciprocidades, ainda que verticalizados, entre eles e os poderosos. A elite local administrava a distribuição do butim e com isso preservava a

ordem social, mantendo aquele mundo desigual e hierarquizado (HAMEISTER; GIL, 2007, pp. 291–293).

as fronteiras separam comunidades humanas, mas podem também determinar um gênero particular [...]: onde as populações que vivem numa zona de fronteira dão origem a uma comunidade fundada em interesses particulares, mantêm entre elas, do lado de cá e do lado de lá da fronteira, uma intensa comunicação; vivem frequentemente de contrabando. Estes habitantes das zonas de fronteira consideram-se um grupo à parte que se opõe a ambas as autoridades estatais. Trata-se, porém, de um fenômeno que só acontece à margem das grandes comunidades nacionais e estatais (ZIENTARA, 2009, p. 309).

Rafael Pinto Bandeira, por exemplo, amparado por sua família (irmãos, cunhados e aparentados) e por uma ampla base social (desde grupos indígenas, a líderes de grupos subalternos) buscava formar alianças de reciprocidade, conferir benesses e com isso ressaltar sua autoridade. Mandava e desmandava naquelas terras, dedicava-se ao comércio ilícito, e gozava de privilégios e impunidade, devido a sua prestigiosa e ainda necessária folha de serviço na guerra e na defesa da fronteira (HAMEISTER; GIL, 2007, pp. 294–299). José Remedi (apud COSTA, 2011, pp. 225, 226) argumentou que

A definição social da honra para os homens daquele tempo sinalizava na direção de um duplo significado: de um lado o status familiar, político, relacional, e, de outro, a virtude e a moral do indivíduo. No entanto, para a conquista e manutenção da honorabilidade impunha-se uma ampla e complexa pauta de requisitos, entre os quais entravam os níveis de poder econômico, político e de influência social.

A guerra, o comércio ilícito e os vínculos estabelecidos entre os atores sociais, conferiam posses, terras, cargos militares, poder e prestígio para os membros da elite. No entanto, também possibilitavam a inserção dos grupos subalternos às teias de reciprocidade daquela sociedade, através de redes de sociabilidade hierarquizadas, extremamente verticalizadas da elite com os estratos sociais inferiores (HAMEISTER; GIL, 2007, p. 302). Miguel Costa (2011, pp. 111, 229) atribuiu a aquisição de cargos de Andrade Neves, ator social pesquisado por ele, aos “recursos e relações que amealhou com gente de diferentes gradações sociais, [algo essencial] para despender patrocínio às suas clientelas e serviços ao governo central”. Ressaltou também que

Num sistema de poder onde a autoridade fluía de cima para baixo, de “Deus para o Rei, do chefe de família para o escravo, com gratidão e obediência sendo oferecido em retorno”, um líder político local ampliava seu círculo

social coadunando famílias em volta de si e, um líder regional, construía sua representatividade nacional unindo facções locais formadas por diferentes círculos familiares.

Os homens de guerra, ao mesmo tempo em que contrariavam as autoridades estatais, através do comércio ilícito, também defendiam os interesses da Coroa representados por essas mesmas autoridades. Ao defender as fronteiras lusas na América, arregimentar homens para as guerras e oficialmente fiscalizar o comércio ilícito na região, líderes influentes mantinham uma relação de troca e interesses diversos mas complementares com o poder luso. Praticavam o contrabando, mas ao serem questionados por esses atos ilícitos, se valia dos serviços prestados ao centro por eles próprios e por seus antepassados, para sair impune e, até mesmo, solicitar honras à Sua Majestade; e a Coroa lusa, necessitando mais dos seus serviços do que de sua punição, fazia “vistas grossas” às suas atividades ilícitas e os honrava com cargos e terras (HAMEISTER; GIL, 2007, pp. 303–305). O comércio ilegal estreitava os laços entre os moradores, e outras alianças se estabeleciam entre eles, que se estendiam a relações de familiares e de parentesco.

Nas relações entre os nativos da capitania com moradores de outras localidades do Prata, eram comuns uniões matrimoniais, vínculos de compadrio e outros. Por exemplo, como já mencionamos, Bento Gonçalves, futuro líder da Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e presidente da República Farrapa (1836 – 1841), e outros comandantes militares, contraíram núpcias com moças da Banda Oriental e exerciam cargos e tinham compadres ali, mesmo durante as campanhas militares lusas na região (FAGUNDES, 1984, p. 59).

Em um ambiente de conflitos, não necessariamente os partidos tomados nas guerras correspondiam ao local de nascimento. Ana Frega (2007, pp. 353, 355) verificou que as posições adotadas pela população de Santo Domingo Soriano, na Banda Oriental, durante os conflitos contra as tropas luso-brasileiras, nem sempre refletiam o local de nascimento, e que nativos dos territórios portugueses se filiaram a ambos os bandos (de luso-brasileiros e orientais), pautados por vínculos primários como família- visto que muitos luso-brasileiros se casavam com as moças dali e eram chefes de famílias na região. Logo, a despeito dos conflitos travados contra os nascentes Estados platinos, estes homens buscavam estabelecer alianças, visando aumentar seu poder e prestígio e, talvez, estar em uma situação mais confortável e vantajosa em tempos de guerras. A fronteira poderia não ser espaço pleno de

integração, mas tampouco impedia que as populações interagissem entre si, tomassem posições diferenciadas nas disputas e nos negócios e estabelecessem laços.

Nesse ambiente peculiar, as pessoas organizavam suas vidas, suas relações, seus negócios e agências, sendo que muitas vezes as mulheres eram agentes das iniciativas nesse sentido. Senhoras casadas, viúvas, órfãs, realizavam atividades visando seu sustento, de seus dependentes, agregados e protegidos. Em Rio Pardo, ambiente fronteiriço à época, Clara Maria de Jesus, viúva de José Silva, defendia os interesses da exposta Maria²¹, que em circunstâncias de estar casando, necessitava de alimentos e vestuários²². Igualmente, Bernarda Maria da Conceição, solicitava a certidão da exposta Carlota Joaquina da Nascimento para obter os meios de sustentá-la²³, e Dorothea Victorina Caetana pedia uma certa quantia em dinheiro para o sustento de outra exposta²⁴. Já Maria Nepomocena da Fontoura, se queixava ser “órfã de pai e mãe, vive ao abrigo de um tio quem lhe facilita um número de animais para povoar um campo, mercê esta que jamais obteve, assim como seu falecido pai, o Sargento Mor Miguel Pedro Leite”²⁵.

Aliás, a iniciativa de algumas mulheres de solicitarem terras não era algo incomum na documentação que consultamos. Na Vila de Rio Pardo, Dona Joana Moreira, tendo recebido do Capitão Mariano José Teixeira a doação de uns “chãos”, se propôs a edificar neles casas para suas residências e reivindicava possuí-los com legítimo título²⁶. Mulheres como Dona Maria Felisbina Eulalia Moreira tendo conseguido uma sesmaria, como em meses não a recebeu, recorreu a seu Procurador²⁷. A suplicante Josefa Pedroso teve concedido o terreno que havia solicitado²⁸. Novamente na Fronteira de Rio Pardo, Dona Angélica Francisca das Neves solicitou a concessão de uma Carta de Data, porque tendo todas as

²¹ Exposta era a criança, em geral recém nascida, abandonada pela mãe. Cabia as autoridades zelar por sua criação e são abundantes as referências a mulheres contratadas para lhes servirem de amas de leite (SILVA, 1998, pp. 208).

²² Correspondências, Requerimentos, Ofícios, Recibos. Rio Pardo, 1814. Fundo 387. AHMRP.

²³ Correspondências, Requerimentos, Ofícios, Recibos. Rio Pardo, 1814. Fundo 395. AHMRP.

²⁴ Correspondências, Requerimentos, Ofícios, Recibos. Rio Pardo, 1814. Fundo 432. AHMRP.

²⁵ Correspondências, Requerimentos, Ofícios, Recibos. Rio Pardo, 1814. Fundo 433. AHMRP.

²⁶ Requerimento datado na Vila de Rio Pardo, 20 de março de 1815. Maço 18. Requerimentos. AHRS

²⁷ Requerimento datado em Fronteira de Rio Pardo, 1816. Maço 19. Requerimentos. AHRS.

²⁸ Ofício datado do Distrito de Rio Pardo, 3 de fevereiro de 1816. Maço 58. Autoridades Militares. AHRS.

condições necessárias para estabelecer um canto para plantações, não havia recebido nenhuma mercê de terras, apesar dessas abundarem na região²⁹.

Grande parte das fontes a que tivemos acesso, ou das quais tivemos conhecimento indiretamente, nos direciona a casos como estes. Mulheres chefes de famílias, com poucas posses, que exerciam funções específicas - como a administração de suas terras ou a criação de expostos – e necessitavam recorrer às autoridades com reivindicações diversas, para que pudessem ter melhores condições para gerir a família, a terra ou suas atividades laborais. Entendemos que a maioria dos casos refere-se a famílias mais pobres, em geral legalmente constituídas, já que são muitos os casos de viúvas e órfãs, mas sem afastar-se da marca da ilegitimidade, uma vez que encontramos nesses grupos muitos exemplos de crianças enjeitadas por seus pais, que poderiam simplesmente estar sob o cuidado daqueles grupos familiares, ou de fato ter ligações sanguíneas ocultas com eles.

Logo, as pessoas em áreas de fronteiras vivenciavam situações diversas, durante os momentos de paz e guerra. É neste palco de interações e conflitos, também pautado em relações sociais solidárias ou contraditórias que iremos analisar nosso objeto de estudo, ou seja, as ações dos grupos familiares, durante o período dos conflitos da Banda Oriental de 1811 a 1828, com ênfase às atuações femininas. No entanto, primeiramente buscaremos historiar de maneira geral as famílias em diferentes meios sociais de Rio Pardo, para a seguir aprofundarmos as evidências presentes nas fontes, nessa conjuntura de guerra.

²⁹ Requerimento datado em Fronteira de Rio Pardo, 1818. Maço 22. Requerimentos. AHRIS

2.2 Rio pardo: em uma sociedade diversificada, uma elite de muitas faces

Diversidade de relações, funções e origens sociais marcaram a comunidade de Rio Pardo nos primeiros anos do século XIX. Estancieiros, comerciantes, homens da Igreja, peões, indígenas, escravos e outros, fizeram parte da localidade.

Para Paulo Vogt (2001, p. 83), “na luta contra os invasores espanhóis, que perdurou até 1776, os estancieiros compuseram o grosso das forças militares não regulares responsáveis pela expulsão dos súditos da Espanha da Capitania”. Embora essa afirmação possa ser relativizada, o certo é que muitos destes homens foram beneficiados com sesmarias também por conta dos serviços prestados à Coroa. Entretanto, o privilégio de terras concedido resultou em abusos que levaram à ocorrência de grandes concentrações de terra às mãos de umas poucas famílias. Algumas famílias chegaram a receber duas ou três sesmarias. Segundo o Contratador Manoel Antônio de Magalhães, em 1808, “um homem que tinha a proteção tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome da filha e filho que ainda estavam no berço, e deste modo há caso de quatro e mais sesmarias” (FREITAS, 1980 apud VOGT, 2001, p. 84).

O Coronel Alexandre Elói Portelli requereu um avultado terreno como sesmaria à Coroa. Entretanto, Paulo José da Silva Gama, a autoridade responsável por analisar a petição, relatou que:

Os campos, que este Coronel pede por Sesmaria, além de ser maior de extensão que manda a lei das sesmarias [...]. Este mesmo oficial *já obteve duas sesmarias, uma no Rio Pardo* que vendeu e outra no Rio Grande, de que está de posse: que todo ocultou no seu requerimento pelo modo com que requer dando a perceber que não tem mais que o seu soldo, quando assim não é, porém, como aqui sempre se tem servido destes meios e de outros como digo na minha representação para se fazerem senhores de muitas léguas de terras, sem atenção ao bem público e do Estado³⁰ **(O grifo é nosso).**

Ao citar alguns nomes de Rio Pardo, contemplados com cartas de doação, Vogt (2001, p. 85) comentou que esses eram “trancos de tradicionais famílias rio-grandenses”. Aurélio Porto, por sua vez afirmou que “os principais trancos genealógicos dos estancieiros da fronteira estavam ligados aos oficiais e subalternos

³⁰ Datada de Porto Alegre, 1º de Setembro de 1803. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. XII. Fundo: Documentação dos Governantes. Porto Alegre, 1979, pp. 146, 147.

dos Dragões de Rio Pardo”. Esse detalhe subentende a importância e influência de Rio Pardo para outras localidades da região sul das possessões portuguesas na América. Embora saibamos das características da sociedade de Rio Pardo na época, pretendemos, através de alguns casos específicos de famílias, detectarmos outras peculiaridades ou convergências com o restante do Rio Grande do Sul. Destacamos, entretanto, que quando falamos de Rio Pardo, reconhecemos que essa denominação teve significados diferentes desde sua formação até o momento histórico em que nos propusemos a encerrar nossa análise.

Até o início do século XIX todo o oeste do atual Rio Grande do Sul era definido como Rio Pardo (VOGT, 2001, p. 87). Conforme já mencionado, até 1809 era um dos quatro municípios da Capitania, em 1811 tornou-se vila e em 1817 entrou em processo de fragmentação. Embora nossa proposta seja pensar a família, sobretudo durante os conflitos da Banda Oriental, nos permitiremos deslocar-nos em anos anteriores, ou mesmo posteriores a esse recorte, quando necessário, para esclarecer ou complementar nossas reflexões.

O botânico francês August de Saint-Hilaire, ao visitar a Capitania nos anos de 1820, passou por Rio Pardo, quando hospedou-se e conviveu brevemente com famílias que detinham poder e influência. Seu relato deixou implícito a existência de relações de favorecimento, parentesco e solidariedade familiar entre os habitantes mais conceituados da localidade. Ao chegar à vila Saint-Hilaire (2002, p. 359) relatou:

há dias o sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves mandara um portador exatamente indagar se eu havia chegado. O sargento-mor é primo do Desembargador Moreira, do Rio de Janeiro, e irmão de Dona Josefa, mulher do Capitão Antônio Gomes, de Itajuru. Dirigia-me a casa do sargento-mor, quando fui abordado na rua por um velho que, após saber quem eu era, afirmou ser também irmão de Dona Josefa e que se casara com a irmã do Desembargador Moreira. Insistiu em convidar-me para ficar em sua casa, dizendo-me que o sargento-mor, seu irmão, estava ausente, mas que ele voltaria à noite.

Ao considerarmos as primeiras informações do viajante francês acerca da família do sargento-mor, percebemos que seus membros eram compostos por homens que detinham cargos ou patentes militares - o sargento-mor era primo do Desembargador e cunhado de um Capitão; os casamentos realizados entre eles ocorreram dentro de seu grupo social, ou mesmo familiar - a irmã do sargento-mor era casada com um capitão e o irmão era casado com uma irmã do Desembargador,

seu primo, e, que, portanto, deveria ser sua prima; que, provavelmente, a convivência nesse grupo envolvia laços de solidariedade, evidentes nas alianças matrimoniais efetuadas entre eles, ou na hospitalidade demonstrada a Saint-Hilaire pelo irmão do sargento, em virtude da ausência do próprio. Notamos que os vínculos familiares foram usados como referência nas apresentações ao viajante e que os laços de solidariedade persistiam. Também percebemos a contribuição das mulheres para estreitar esses laços através do matrimônio.

Ricardo Schmachtenberg recorda que o casamento representava respeitabilidade para as mulheres e que era através delas que se transmitia o poder e prestígio familiar, algo que

Pode ser visível no universo das teias e relações matrimoniais que ocorreram na sociedade rio-pardense, onde os membros das famílias de elite tiveram a preocupação em criar uma larga rede de sustentação política, resultando no fortalecimento do grupo social e na ampliação do poder de dominação local, poder este substanciado e também consubstanciado na ocupação dos cargos administrativos da câmara municipal (2012, p. 293).

No relato do viajante verificamos esses aspectos e outros que caracterizavam as famílias da elite local, sendo que muitas dessas características também podem ser atribuídas à elite provincial ou brasileira. Conforme o botânico francês, ao chegar finalmente o sargento-mor, este foi tão distinto quanto seu irmão, convencendo-o a fazer as refeições em sua companhia, enquanto permanecesse em Rio Pardo. Acompanhado do sargento-mor e de seu irmão, o Capitão Tomás Aquino de Figueiredo Neves, Saint-Hilaire aproveitou o tempo para fazer visitas. Foram à casa do Tenente-General Patrício José Correia da Câmara, que havia servido na Índia e há anos comandava essa parte da província, onde nasceu. Dali foram à casa do filho do Tenente-Coronel, o Marechal Bento Correia da Câmara, que, segundo o próprio fez carreira muito rápida devido à proteção do Ministro Antônio de Vilanova Portugal. Por fim, decidiu visitar o Marechal João de Deus Mena Barreto, um dos primeiros comandantes da província das Missões, então Inspetor Geral das tropas da Capitania (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 360).

A partir do testemunho de Saint-Hilaire, identificamos as relações que seus anfitriões estabeleciam, ou mais especificamente o tipo de pessoas com os quais conviviam. Verificamos que os homens visitados eram militares, de patente, dotados de status e poder na capitania, e que, provavelmente, eram senhores de riquezas e terras. Esse aspecto demonstra que mesmo os laços não sanguíneos se

desenvolviam de forma mais intensa num mesmo meio social podendo, talvez, envolver o compadrio ou mesmo alianças matrimoniais presentes ou futuras, e resultar em benefícios, como se deu no caso do Marechal Bento Correia da Câmara que fez rápida carreira em função da proteção do Ministro, proteção que pode ter sido conquistada devido à posição de sua família. Miguel Costa reforça que as Câmaras Municipais de Rio Pardo

foram instituições controladas por facções políticas conformadas a partir de complexas teias familiares. Sogros e genros, cunhados, afilhados e outros indivíduos aliançados por interesses diversos, ao ascenderem à instância da governança municipal também ampliavam suas margens de manobra e ingerência sobre a vida política e econômica local. Reprodutores de uma cultura política sustentada pela tríade “dar, receber e retribuir”, em outras palavras, na “economia do dom”, estes homens detinham as melhores chances de monopolizarem os canais de comunicação entre a comuna e as estruturas mais amplas da administração. Ao lograrem êxito no empreendimento, se valiam de suas prerrogativas para obterem dividendos políticos e, com isso, reforçarem prestígio e poder social. No entanto, isso não significava uma posição de força definitiva, única ou estanque no palco das relações sociais e, sim, posições relativas, em grande medida determinadas pela capacidade de articulação que dispunham (2011, p. 92).

Eram famílias privilegiadas na prestação de serviços militares ou em relação aos cargos na Câmara Municipal, mas também tinham que se articular entre eles ou com pessoas de meios sociais inferiores para reforçar e manter seu poder. Marta Hameister e Thiago Gil (2007, pp. 284, 285) destacam os casamentos intrafamiliares e o investimento em certas carreiras, como o Clero, as Tropas e a prática de Medicina como estratégias para ascensão e consolidação do grupo familiar. Isto nos faz pensar que provavelmente as camadas abastadas do Rio Grande de São Pedro tentaram de algum modo se ajustar a padrões que conferiam *status* ao “clã”, ou que eram costume entre as sociedades da época.

Ao que tudo indica o casamento era uma das estratégias mais relevantes. Além das alianças intrafamiliares, outros arranjos eram perceptíveis. Schmachtenberg (2012, p. 294) verificou que “a união e a formação de uma aliança estratégica envolvendo famílias de negociantes e de estancieiros [de Rio Pardo] foi possível, demonstrando que a união entre essas duas atividades ocupacionais era uma estratégia a ser considerada”. A partir de alguns exemplos de matrimônios analisados, ele percebeu a aproximação de três das mais importantes atividades ocupacionais da vila: o comerciante, o negociante e o estancieiro³¹.

³¹ Entre os matrimônios pesquisados pelo autor, ele usou como referência para essa constatação “o

Acerca da escolha da carreira religiosa para os filhos, no Brasil do período colonial (e mesmo em períodos posteriores), assim como na Europa, existiram casos de famílias que empurravam os filhos às vocações religiosas. Para Leila Mezan Algranti (apud PRIORE, 1997, p. 290) isso poderia ser explicado como uma estratégia de status e de confirmação de limpeza de sangue, uma vez que judeus, negros e mouros deveriam ser recusados para a carreira eclesiástica. Segundo ela menciona, o arcebispo D. Joaquim Borges de Figueroa considerava que o que impelia isso era a vaidade dominante à época.

Independentemente da proporção do prestígio da Igreja Católica no Rio Grande de São Pedro, é inegável que os cargos religiosos conferiam provavelmente um nível de instrução superior, posição e influência àquele que professasse. Padre Lobato, encontrado em nossas fontes, revelou relações relativamente estreitas com outros membros da Igreja, como o bispo e outros padres³². Amizades necessárias tanto para sua ascensão no seio da Igreja, como para o desenvolvimento de seu prestígio pessoal e familiar, que não necessariamente eram motivadas exclusivamente por devoção, assim como a adesão à vida religiosa, também poderia não ter sido. O mesmo padre escreveu a seu irmão, e, demonstrou sentimentos de cordialidade através do uso de expressões “mano velho”, ao revelar preocupação com a saúde da mãe, agradecer certos favores recebidos, e mandar recomendações às “manas”³³. Era um homem da Igreja, talvez não tão presente entre sua família, mas que conservou os vínculos com seus irmãos e mãe.

Em relação aos serviços das armas, os religiosos eram dispensados. “De acordo com a legislação, não poderia ser recrutado para ocupar as Ordenanças os clérigos, velhos, aleijados e estudantes” (ALBECHE, 2002). Isto ficou implícito quando o Comandante Patrício José Correa da Câmara recebeu a ordem de alistar todas as pessoas em idade e circunstâncias de servir na vila, e questionou se

casamento do juiz almotacé e negociante Francisco Gomes da Silva Guimarães, natural Braga, com Anna Bernardina Jaques, natural da terra, filha do comerciante de Rio Pardo, João Guilherme Jaques. O mesmo negociante casou sua, Anna Carolina Julia, com José Joaquim de Andrade Neves, filho do estancieiro, camarista e juiz almotacé José Joaquim de Figueiredo Neves” (SCHMACHTENBERG, 2012, p. 194).

³² Datada de Rio Pardo, 25 de Maio. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. X. Correspondência Porto alegre, 1979, p. 127, CV-5518.

³³ Datada de Rio Pardo, 25 de Maio. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. X. Correspondência. Porto alegre, 1979, p. 127, CV-5518.

deveria incluir homens da Igreja³⁴. Vale ressaltar que a opção, voluntária ou não, pela carreira religiosa, não rompia os laços familiares.

Destacamos que o *status* no Rio Grande de São Pedro estava ligado a diferentes situações. Entretanto, muitos dos povoadores conheciam a importância e o prestígio de certos costumes, ou eles próprios eram originários de partes mais “aristocráticas” do Brasil, ou provenientes da Europa. Os sacerdotes existentes na capitania/província em geral eram oriundos da elite. Segundo a tradição, o chefe farrapo Bento Gonçalves, filho de um estancieiro nascido em Portugal, foi destinado ao sacerdócio pelo pai, mas tendo ele se recusado a seguir a carreira religiosa, outro irmão tornou-se padre em seu lugar (FAGUNDES, 1984, p. 32).

Se formos analisar os costumes, talvez percebamos que a elite rio-grandense poderia ser menos refinada em relação à elite do restante do país. Saint-Hilaire (1987, pp. 359, 365) elogiou a conversação de um de seus anfitriões e reconheceu que ele tinha alguns estudos. Por outro lado, comentou que apesar do fato de alguns proprietários da capitania serem riquíssimos, as casas e mobiliários não demonstravam isso. Segundo ele, um campônio francês vivia com maior conforto.

Entretanto, o desenvolvimento econômico alcançado por Rio Pardo, a partir do final do século XVIII e início do XIX, fez com que, em oposição à visão de Saint-Hilaire, se notasse sinais de opulência naquela sociedade. Segundo Laytano

Eram aparatosas e completas as festas nas igrejas e fora, com os competentes torneios das cavalcadas. Eram ainda animados os respectivos saraus familiares com a dança do solo inglês, do minuete afandangado, da gaiivota, da cachucha e da contradança antiga, desbancada pelas quadrilhas. Eram bem desempenhados os espetáculos teatrais [...]. Berço da nobreza gaúcha, os velhos solares ainda guardam o fausto de uma época quando em seus salões, à luz dos candelabros de ouro e prata, rebrilhavam os fardões cobertos de condecorações e as joias preciosas que as damas ostentavam na elegância das toilettes custosas.

Talvez algumas das pessoas com quem Saint-Hilaire teve contato fossem naturais de Rio Pardo ou não, mas o certo é que ele notou certa austeridade nos hábitos. Entretanto, percebeu também sinais de instrução entre seu anfitriões. Destacamos que Rio Pardo foi uma das três povoações do Rio Grande do Sul contemplada com uma escola no início do século XIX. Paulo José da Silva Gama escreveu.

³⁴ Of. Datado de Rio Pardo, 17 de maio de 1823, de Patrício José Correa da Camara, Comandante da Fronteira de Rio Pardo. Maço 93. Fundo Autoridades Militares. AHRs.

Pois que os estudos das primeiras letras é indispensável ao homem de qualquer estado ou condição, por isso se criará uma escola de ler, escrever e contar em cada uma das três povoações principais, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, cujos mestres dotados de uma boa moral e probidade, tenham todos os requisitos para desempenhar o ensino destes conhecimentos elementares³⁵.

Embora tenhamos mencionado estancieiros, chefes militares e seus clientes, é importante também destacarmos os comerciantes do município. Rio Pardo era importante entreposto comercial e havia lá muitos comerciantes de médio e pequeno porte. A conjuntura de guerra contribuía para a importância do comércio, pois “o aumento do número de tropas sediadas na província fazia crescer a demanda e as importações de mercadorias para o abastecimento das tropas” (REICHEL, 2006, p. 58). O fato de ser a principal fronteira portuguesa e um posto militar de importância, impulsionava o crescimento comercial (SOUZA, 1998, p. 25).

Daisy Lange Albeche (2002, pp. 145, 146), verificou que entre as diferentes histórias individuais pela posse da terra em Rio Pardo, era comum nos pedidos a presença do comerciante.

Os comerciantes geralmente apresentavam-se como negociantes, ou negociantes/militares e/ou estancieiros/comerciantes o que demonstra que não formavam um grupo social homogêneo [...], o exercício do comércio foi um dos prováveis caminhos para acumulação de riquezas e, principalmente, pela posse de terras e de postos militares no Rio Grande do Sul, sendo, muitas vezes, esses obtidos como parte dos pagamentos pendentes que a coroa portuguesa havia contraído.

O viajante francês Arsène Isabelle (1983), ao visitar Rio Pardo em um período próximo ao nosso recorte temporal, 1834, revelou que a localidade era um importante empório comercial que intermediava trocas com os habitantes da fronteira e dos campos de Cima da Serra. Por sua vez Saint-Hilaire (1987, p. 365) comentou acerca do comércio na capitania, que:

O comércio, que exige ordem, economia, baseando-se na ideia do futuro, está quase inteiramente em mãos de europeus, a maior parte sem educação, sem cultura, dos quais muitos começaram como marujos e não sabem ler, nem escrever, que, embora inferiores aos americanos em espírito e inteligência, sabem enriquecer-se melhor porque, pensando sempre no futuro, economizam com parcimônia e tiram partido da liberalidade dos habitantes do país. Quando esses homens chegam de Portugal, são de uma humildade extrema; mas, tornando-se ricos, esquecem sua baixa origem, ficam pedantes e simulam desprezo aos americanos, daí o rancor destes com os europeus.

³⁵ Datada de Porto Alegre, 04 de Dezembro de 1803. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. XII. Fundo Documentação dos Governantes. Porto Alegre, 1979, p. 154.

Os comerciantes de Rio Pardo eram de médio porte, alguns naturais de Portugal (do Minho) e em geral “estavam atrelados por redes sociais e familiares, aos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro” (VOGT, 2001, pp. 100, 101). Logo, seus negócios eram relacionados a redes de solidariedade familiar. Diana Balmori et al (1990, pp. 10, 30, 31) definiu como redes familiares “asociaciones de familias aliadas por razones de comercio, casamientos, proximidade especial y más tarde por seren miembros de diversas organizaciones”. Ao considerar os casamentos entre estas redes na América Latina, a autora afirmou que usavam as alianças matrimoniais para ampliar seu poder e influência. Deste modo, a influência econômica dos comerciantes da região poderia levá-los, também, à proeminência política e social, por conta, dentre outras coisas, das estratégias das redes familiares a que pertenciam. Logo, ainda que Saint-Hilaire tenha mencionado que os comerciantes eram alvo de desprezo por parte dos colonos, alguns poderiam ter patrimônio e influência suficiente para ficarem ilesos à rejeição da população. Os negócios dos comerciantes de Rio Pardo eram diversificados. Possuíam “lojas, barcos, produzir charque, emprestar dinheiro [ou investir] parte de seu capital na aquisição de estâncias de produção de gado e de fazendas de produtos agrícolas” (VOGT, 2001, p. 101).

Sheila de Castro Faria (1998), destacaria o ideal aristocrático, presente na sociedade colonial, no espaço público ou privado, que levava os comerciantes a deixarem de lado atividades lucrativas para se tornarem senhores de terras e homens. No entanto, pensando especificamente no Rio Grande de São Pedro, independentemente das ocupações, agruras e instabilidade características de uma sociedade beligerante, os núcleos familiares serravam suas fileiras quando o objetivo era defender os interesses de seus membros e resgatar a honra familiar. Manoel José Pereira, juntamente com outros de Rio Pardo, elegeu

para seu representante a José Custódio Coelho Leal para em nome deles como povo requerer-lhes que fosse deposto do cargo de Almotacé João Nunes da Silva [...]. Em primeiro lugar pediu a câmara uma satisfação pelas injúrias que o escrivão da mesma havia feito a seu filho [...] por informar que o mesmo não tinha idade para ser juiz almatacê, por cujo motivo e outros como de descobrir o segredo dos negócios daquela câmara e capacidade de deflagrar certidões falsas³⁶.

³⁶ Of. datado em Rio Pardo, 1825. Maço 34. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

Percebemos que mesmo a elite de Rio Pardo era composta por diferentes grupos, que poderiam se relacionar, por laços de parentesco e solidariedade de “classe”, ou, eventualmente, formarem núcleos separados. Apesar da aparente simplicidade da elite sul-rio-grandense, num determinado momento histórico notamos que ela se ajustava há alguns padrões da Colônia/Império brasileiro ao menos em alguns aspectos, que poderiam conferir-lhe *status* ou denotar a manutenção a certas tradições. Pode-se inferir que Rio Pardo, assimilasse certos costumes e irradiasse sua influência ao restante do Rio Grande de São Pedro. Pois a povoação era dotada de tradição e poderio militar e de uma importante elite estancieira e comercial. Foi uma das primeiras povoações a ter escola e ao menos alguns dos seus habitantes recebeu instrução.

2.3 Outras camadas sociais em uma comunidade diversificada

Não obstante a importância da elite, a sociedade de Rio Pardo obviamente era composta de pessoas pouco providas de meios e notabilidade. Para Jean Claude Shimitt (1993, pp. 285, 287).

uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens [...]. História inédita das margens, história renovada do centro, esse procedimento traz enfim uma contribuição essencial para uma história total em construção.

Negros, mestiços, indígenas e brancos pobres; soldados rasos, degredados e desertores; chinas, concubinas e bastardos; casais de ilhéus pobres e sem instrução, dentre outros, fizeram parte do grosso da população de Rio Pardo. Portanto, ainda que houvesse grupos dominantes e poderosos ali, estes coexistiram desde a formação da povoação com os segmentos pauperizados daquela sociedade. É desnecessário destacar a importância de considerarmos estes grupos sociais, no intuito de entender de forma mais ampla a sociedade em estudo. Eric Hobsbawm (1990, pp. 19, 21) destacou que ao se estudar a história do povo comum não se estava

tentando dar-lhe uma importância política retrospectiva que nem sempre teve, mas tentando, de forma mais geral, explorar uma dimensão

desconhecida do passado. [Entretanto, ele admitiu que] todos os tipos de história enfrentam problemas técnicos próprios, mas a maioria supõe que há um conjunto de material informativo pronto à disposição e cuja interpretação é que os cria. [Já sobre] a história vinda do povo não há um conjunto pronto e acabado de material.

Encontramos essa limitação ao nos propormos pensar as camadas populares de Rio Pardo. Procuraremos nos apoiar na historiografia e nas fontes que consultamos sobre a população. Segundo o censo populacional de 1814, da população de Rio Pardo era composta de 5931 brancos, 818 indígenas, 969 livres, 2429 escravos, 298 recém nascidos, perfazendo um total de 10.445 habitantes. Juntando-se estes dados com informações de outras povoações, constatou-se que um terço da população branca da capitania vivia entre Santo Amaro, Rio Pardo e Cachoeira (VOGT, 2001, p. 88–91).

Paulo Vogt (2001, p. 89), destacou os grupos étnicos que povoaram a região, especialmente indígenas, açorianos, africanos e seus descendentes. Das 700 famílias indígenas que migraram para lá, com o término das guerras guaraníticas, em princípios da segunda metade do século XVIII, boa parte foi aculturada com o tempo e acabaram por se miscigenar com os outros grupos étnicos ali existentes. Segundo o autor,

Entre 1759 e 1832, foram contados em Rio Pardo 18 matrimônios de índia com branco, 10 de índia com preto, 4 de índio com preta e 4 de índio com branca. Nessa época em que o casamento de um branco com um pardo ou preto era considerado vergonhoso, as uniões extramatrimoniais eram corriqueiras. Eram frequentes, igualmente, os nascimentos de filhos sem pais (VOGT, 2001, p. 89).

Desta forma, em pouco mais de 70 anos, Vogt verificou que alguns casos de matrimônios interétnicos conviveram com casos frequentes de relações ilegítimas. O casamento poderia não excluir pessoas não brancas, mas, tampouco, era predominante entre elas, sobretudo entre/com negros e pardos, aparentemente os mais afastados da possibilidade de uniões legais.

Conforme Sílvio Corrêa (2001, pp. 124–131), a política de povoamento das colônias ultramarinas, utilizada pela Coroa, se modificou a partir do século XVII. Ao invés de privilegiar o envio de criminosos, prostitutas e outros indivíduos solteiros, decidiu por enviar famílias já constituídas. Isso, entretanto, não significou que o banimento e desterro foram inteiramente excluídos das práticas de povoação. As guerras do extremo sul do Brasil serviram para o destacamento de muitos desses

elementos marginalizados (de origem paulista, mineira e carioca), alguns desertores e ladrões. O predomínio do contingente masculino resultou no envio deliberado de algumas mulheres de vida licenciosa que vinham ao sul a fim de buscar estado (entenda-se casamento).

Percebemos a presença destes elementos entre os primeiros povoadores das terras do sul e de Rio Pardo. Muitos desses se prontificavam a pegar em armas em troca de anistia, como José Borges do Canto que se colocou aos serviços do comandante da fronteira de Rio Pardo e participou da tomada dos Sete Povos das Missões. Sua atuação, como a de seus companheiros, foi motivada pela preia de gado, pois já eram habituados a pilhagem e ao contrabando de gado pela Campanha. Esse exemplo faz referência a importância econômica dos gaudérios (ou gaúchos) em Rio Pardo, que diferentemente de sua definição idealizada posterior, não eram associados a outra coisa, que não a ladrões e comerciantes ilícitos de gado e couro (CORRÊA, 2001, pp. 134–136). No entanto, nem sempre as autoridades faziam caso dessas atividades ilegais. Fernando Camargo (2001, pp. 75, 76), ao lembrar o alto custo das mercadorias metropolitanas, destacou que

fechar os olhos ao comércio ilícito era, muitas vezes, a única maneira de proporcionar um mínimo de bem estar e de possibilidade de crescimento econômico às comunidades espalhadas pelo subcontinente hispânico. Ao contrário da crença comum, o contrabando interacional platino não se organizava exclusivamente na forma de arreadas e faenas clandestinas [...]. Existiu, na verdade, uma rede bem organizada de exploração do contrabando, com agentes ativos em todos os setores da sociedade e regiões geográficas. Essa inferência pode ser despreendida de inúmeros processos judiciais referentes a crimes dessa natureza.

Segundo Dreys (1990), antigos contrabandistas haviam se sedentarizado, se tornando lavradores ou negociantes. Talvez isso se explique pela organização desse tipo de atividade, que mobilizava vários setores da sociedade, contava com a relativa tolerância do poder público e se apresentava como uma possibilidade de ascensão para certos segmentos sociais.

Acerca das mulheres entre os segmentos populares, podemos afirmar que elas desfrutavam maior liberdade de movimentos (SOIHET, 1997, p. 290). Maria Beatriz Nizza da Silva (1998, p. 208) ressaltou que as mulheres não brancas, por exemplo, “não sofriam as mesmas pressões sociais em relação à honra que as mulheres brancas”, o que talvez levasse as primeiras a serem menos estritas em relação à necessidade de casamentos formais.

O que se percebe, é que entre o contingente de famílias estáveis e legalmente constituídas instaladas em Rio Pardo, estiveram os açorianos a partir de 1755. Assentados às margens do Rio Jacuí, em 1782, pelo fato de não possuírem títulos de propriedade, foram considerados intrusos e vítimas de ações de despejo (VOGT, 2001, p. 92).

A despeito da visão tradicional considerar os açorianos como pertencendo aos estratos inferiores da sociedade, Comissoli (2009 apud PIRES, 2011, p. 154) ressalta que, nem todos eram pobres e que alguns compraram datas de terra poucos anos após chegar ao Brasil, ou porque acumularam algum pecúlio ou porque já possuíam antes de virem para cá

Quando Saint-Hillaire menciona a triticultura nos arredores de Rio Pardo, localiza-se então a presença lusitana de insulares no campo [...] O mesmo viajante escreve que “o couro e o trigo constituem os principais gêneros de exportação [...]”. Significa que ao lado do agricultor açoriano, tem-se o estancieiro reinol ou luso-brasileiro (CORRÊA, 2001, p. 128).

Transferidos para o atual Rio Grande do Sul, dentre outras razões, a fim de realizar uma agricultura com base na mão-de-obra familiar destinada a abastecer as tropas sediadas na região, tardiamente alguns receberam as datas (uma data ou 372 hectares cada) prometidas pela Coroa. Entretanto, se uns conseguiram enriquecer, uma grande parcela se viu prejudicada com as requisições de alimentos às tropas (com promessas de pagamentos futuros), ou com recrutamentos forçados que retiravam mão-de-obra da lavoura, com a falta de apoio resultante da política econômica da Coroa, ou com pragas que dizimaram as plantações. Logo, aqueles que mantiveram suas raízes devem ter encontrado dificuldades para melhorar de vida (PESAVENTO, 1997, pp. 16, 17),

Em relação aos africanos e seus descendentes, empregados em sua maioria como escravos, sua importância não pode ser ignorada (VOGT, 2001, p. 93). A tabela a seguir fornece dados sobre a população escrava e forra em Rio Pardo e arredores no final do século XVIII.

Tabela 1 – População na Fronteira de Rio Pardo em 1798.

	Homens				Mulheres			
	Branco	Índios	Cativos	Forro	Branca	Índias	Cativas	Forras
N. S. do Rosário de Rio Pardo	1038	-	1050	-	1222	-	604	-
N. S. de Cachoeira	728	11	966	14	590	18	299	07
Sr. Bom Jesus do Triunfo	838	08	674	103	757	11	427	102
Santo Amaro	287	-	331	15	260	-	202	18
São José de Taquari	297	-	192	13	337	-	98	17
Total	3188	19	3213	145	3166	29	1630	144

Fonte: SANTOS apud VOGT, 2001, p. 95

É interessante notarmos que, segundo os dados da tabela, neste período a população escrava masculina superava a branca e livre, assim como preponderavam os escravos do sexo masculino. Percebe-se aí mais uma dificuldade à constituição de casais escravos, o que não significa que não existiam. Uma outra arrolagem da população escrava da região demonstra que na primeira metade do século XIX o número de escravos era considerável.

Tabela 2 – População Escrava na Região

Localidade	1780	1814	1859	1884	1885	1887
Rio Pardo	519	2429	2174	1654	488	232
Santo Amaro						
Gal. Câmara	208	773			282	169
Encruzilhada			2238	1670	1007	645
Santa Cruz				53		

Fonte: BAKOS apud VOGT, 2001, p. 95

Muitas mulheres, negras ou mulatas, libertas ou escravas, poderiam manter relações informais (por consenso ou compulsórias), às vezes estáveis ou passageiras, com homens brancos, criando seus filhos, quando permitido que os tivessem por perto (sobretudo no caso das escravas), com seus próprios esforços, ou talvez dependendo da boa vontade de seu companheiro ou amante. Odavia, segundo Vogt (2001, p. 96), há casos de matrimônios entre indígenas e negros, sendo que, de 1759 a 1832, houve dez casamentos de índia com preto e 4 de índio com preta na região. Estes dados demonstram que apesar de uniões sacramentadas para negros e/ou escravos não serem a regra, elas ocorriam.

No entanto, é importante enfatizar que estudos atuais sobre famílias escravas e forras no Brasil demonstram que uniões legalizadas entre escravos eram mais abrangentes do que se imaginava. Segundo Sheila de Castro Faria, “nos séculos XVII e XVIII, no Sudeste, o casamento entre escravos era bastante comum, em particular nas zonas tipicamente agrárias. O grande impedimento provinha dos senhores, que impediam a união legal de escravos de donos diferentes” Logo, a oposição dos senhores ao casamento dos escravos era maior quando o possível parceiro era escolhido em outra propriedade. Uma das razões era que

a fortuna, na Colônia, era bastante instável. A população livre, essencialmente migrante, tinham escravos que eram mais do que tudo, um bem que acompanhava o dono para onde quer que fosse. Facilmente descartáveis, justamente por serem muito cobiçados, tornavam-se o primeiro alvo dos credores na liquidação de dívidas. Ao mesmo tempo, podemos imaginar que [...] os cativos não se resignariam com facilidade ao afastamento de sua família (1998, p. 314, 315).

Por outro lado, a propensão dos senhores em casá-los na mesma propriedade pode ser explicada porque

escravos com família [provavelmente] tivessem mais problemas ou menos intenção de se deslocar do que outros, solteiros e sem filhos. Os laços familiares tendiam a estabilizar o indivíduo, e com isso contavam os senhores, ao reconhecer, socialmente, por meio de casamento legal, casais escravos. Dificultar-lhes as fugas, adequá-los ao cativo e ao trabalho, estabilizá-los na região e torna-los dóceis foram objetivos ferrenhamente perseguidos por senhores (FARIA, 1998, p. 327).

De qualquer modo, mesmo que escravos e libertos não tivessem acesso a uniões legais, isso não impedia que eles formassem outros tipos de famílias, ou seja, famílias unidas por concubinato ou sob a responsabilidade de um dos pais, usualmente a mãe, embora nem sempre os filhos, sobretudo os escravos, vivessem na companhia do pai ou da mãe

que não existe um consenso com relação à utilização do termo “família”, significando para alguns o estudo do núcleo doméstico e para outros apenas o do grupo de sangue, [entretanto], comparando-se o total de produção são inúmeros os pontos conclusivos [...] uma análise da família [no Brasil] deve sem dúvida levar em conta todos esses aspectos, da questão conceitual do uso do termo “família”, da pluralidade da organização e da própria representatividade do casamento que, ao que tudo indica, era uma opção para apenas uma parcela da população (SAMARA, 1987, p. 31).

Tendo em vista a existência de grupos unidos informalmente por sangue e/ou concubinato na região, ou que careciam da presença de pai ou mãe, destacamos que não poderíamos deixar de considerá-los como grupos familiares, pois, a exceção das bênçãos legais, eram ligados por laços de sangue e outros tipos de relações que lhes conferiam o sentimento de identidade familiar³⁷.

Mesmo em face de um contexto belicoso, os membros das camadas populares poderiam se identificar como famílias e utilizar-se de diferentes estratégias para sobreviver ao período conflitante. Os membros das famílias poderosas casavam entre si e agregavam uma clientela que lhes permitia conquistar e manter o poder e a influência. No entanto, o restante da população também tinha que fazer adaptações para viver e sobreviver na conjuntura de fronteira e guerra. Esse aspecto é o que nos interessa analisar.

³⁷ Arend (2001, p. 68), ao estudar a família popular do final do século XIX, verificou que a despeito de muitas vezes os filhos circularem entre outras famílias, e os irmãos biológicos não serem criados juntos, os vínculos com a família biológica não eram totalmente rompidos.

2.4 Entre as guerras de fronteira, as famílias de Rio de Pardo temiam as convocações

Embora Rio Pardo possa ter tido particularidades que a distinguiam, inferimos que as famílias e atores sociais da localidade eram marcados pelos interesses, laços de solidariedade e reciprocidade que caracterizavam a sociedade da época. Numa sociedade onde o público e o privado se confundiam, as amizades e os favores, devidos ou ofertados, eram razões suficientes para as pessoas exigirem serem eximidas, juntamente com os seus familiares, dos deveres e punições. Se entre a elite existiam laços de solidariedade fortalecidos por alianças de matrimônio, compadrio e amizade, esses laços eram externados, de certa forma, a alguns membros não proeminentes, que também desenvolviam vínculos como estes entre si.

Relembramos que, ao visitar a Capitania e conviver brevemente com famílias importantes de Rio Pardo, Saint-Hilaire, evidenciou que muitos daqueles com os quais conviveu eram homens que detinham cargos ou patentes militares; que os casamentos realizados entre eles ocorreram dentro de seu grupo social, ou mesmo familiar; que, provavelmente, a convivência nesse grupo envolvia laços de solidariedade e acesso a privilégios, evidentes nas alianças matrimoniais efetuadas entre eles.

André Fertig (1998, pp. 38, 71), ao tratar dos suplicantes na Capitania, no início do século XIX, afirmou que os requerentes ao solicitarem promoções militares, faziam uso da posição militar superior de seus familiares para serem atendidos mais prontamente. O autor cita o caso de “Sebastião Xavier da Costa Pinto Bandeira, que requeria promoção a Cadete do Regimento de Dragões, salientando que era filho legítimo do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e por este motivo deveria obter o posto desejado.”³⁸ Segundo o autor, “muitos Comandantes de Distritos e de Freguesia usufruíam seus cargos em benefício pessoal, favorecendo parentes, amigos e a si próprios”.

Que os interesses pessoais interferiam nos privilégios militares é confirmado por José Iran Ribeiro (2005, p. 55) ao relatar um caso de alistamento julgado ilegal

³⁸ AHRS, Requerimentos, 1804, Maço 1 (*apud* FERTIG, 1998: p. 76).

acontecido na Companhia de Rio Pardo. Um Coronel, morador de Rio Pardo, recebeu a ordem de iniciar o alistamento para a Companhia. Segundo o ofício citado por Ribeiro, “por ordem do Exmo. Governo Provisório foi organizado neste lugar a dita companhia de Milícias, encarregando-se do recrutamento o Coronel Francisco A. de Borba, este mandou chamar a sua casa os *chefes de família* e alguns moradores mais”.³⁹

Após a citação do ofício, o autor faz considerações interessantes que permitem perceber elementos que norteavam as relações entre os membros poderosos do município de Rio Pardo e a população. Conforme Ribeiro constatou, o fato de o Coronel chamar homens à sua casa deixa subentendido que ele morava em Rio Pardo e, portanto, conhecia a região e as pessoas, e tinha certa relevância social na comunidade. Era ele que poderia avaliar quem deveria sentar praça e, por conhecer os interesses e as tensões políticas existentes ali, e certamente fazer parte de algum grupo local, tinha interesses sobre quem constituiria a nova companhia. Ribeiro (2005, pp. 56–60) mencionou outro caso em que as determinações legais foram ignoradas por ocasião de recrutamentos e substituídas por avaliações pessoais. Homens em condições de serem recrutados em Rio Pardo foram poupados da 1ª linha e incorporados nas Ordenanças⁴⁰.

Isso se deu provavelmente porque alguma autoridade com poder de influência e decisão intercedeu por eles, o que nos permite perceber as relações de

³⁹ Of, datado em Rio Pardo, 15/06/1825, de Francisco Pinto Porto ao Pres. da Prov. AHRS, AM, L 179, M 002 (apud RIBEIRO, 2005: 55).

⁴⁰ A estrutura militar da época colonial era constituída de três tipos: “a regular, profissional e vinda do reino; a semi-regular, não profissional, mas obrigatória e instituída legalmente sob o nome de serviço de Ordenanças, composta por moradores, povoadores e sesmeiros, que deixavam seus trabalhos para acudir às necessidades militares; e a irregular, organizada por iniciativas de povoadores, sem seguirem a legislação e exercendo atividades do tipo das bandeiras [...] Em 1739, para servirem de 2ª linha do Exército, foram criados os Terços de Auxiliares. Não obstante, as forças militares da Colônia continuaram a ser divididas em três linhas: o Exército ou 1ª linha, profissional, pago; os Terços de Auxiliares ou 2ª linha e as Ordenanças. Os Auxiliares, como força de reserva ou de 2ª linha, ficavam disponíveis para as necessidades ocasionais. As Ordenanças eram empregadas nos depósitos de recrutas das tropas de 1ª e 2ª linha. [posteriormente] os Terços Auxiliares passaram a ser denominados Milícias [...]. As Milícias eram organizações permanentes e como uma força de 2ª linha tinham por função auxiliar o Exército em tudo que se fizesse necessário [...] deveriam ser semelhantes à tropa de 1ª linha em tudo, permitindo, inclusive, que oficiais do Exército passassem para o serviço miliciano, ficando garantido que receberiam soldo em tempos de paz e gratificações durante as guerras [...]. Historicamente, as unidades de 2ª linha ou de Milícias eram formadas por indivíduos que não exerciam as atividades militares profissionalmente, mas que eram reunidos sob ordem de alguma autoridade instituída no caso de haver necessidade das forças profissionais serem auxiliadas [...]. A lei de criação da Guarda Nacional, em 1831, determinou que ficavam extintos “todos os corpos de Milícias [...], logo que em cada um dos municípios de que forem estes corpos, se tenham organizado as Guardas Nacionais” (RIBEIRO, 2005, pp. 25–28).

dependência e favoritismo presentes na sociedade de Rio Pardo, às vezes vinculadas a estreitos laços familiares, de parentesco ou compadrio, ou a outras relações de reciprocidade. Hendrik Kraay (1999), sustenta que a prática do recrutamento

Foi um sistema no qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios significativos. Uma densa rede de ligação entre patronos e clientes nos três grupos constrangeu um sistema de recrutamento “legítimo” em tempo de paz, o que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão, claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas. Tempo de guerra requeria expansão militar, trazendo dúvidas sobre quem deveria servir, e forçava patrões e clientes a abandonar seus deveres habituais. Quando o número de recrutas elevou-se durante as duas guerras do Império, a Cisplatina dos anos 1820 e a do Paraguai dos anos 1860, também elevaram-se as reclamações de todos os cantos, um alarido cujo sentido reside na revelação do sistema normal (e, em geral, aceitável) do recrutamento em tempo de paz.

Uma estratégia para tentar livrar a si e a seus familiares de servir às tropas, era oferecer um escravo ou subalterno para lutar em seu lugar. Dores Costa afirmou que

Os pais viam no recrutamento uma maneira de destruição das unidades de (re) produção familiares, pela apropriação da força de trabalho ou do administrador futuro destas. O recrutamento não desagradaria apenas o indivíduo diretamente afetado, mas toda a sua família (LUFT, 2013, p. 96).

Talvez isso explique casos como o do Sargento-Mor Joaquim Pedro Salgado, de Rio Pardo, que ofereceu um pardo para servir em lugar de seu filho. Deste modo, o pardo de nome João Francisco sentou praça em lugar do filho de seu dono⁴¹. Recordamos que João Francisco foi feito livre para lutar em lugar de seu jovem senhor, entretanto, nada sabemos acerca de sua família. É possível que ele tivesse pais, irmãos, e talvez até mulher e filhos, mas devido a sua situação subjugada não tenha tido a oportunidade de optar por não lutar. Ou mesmo, talvez, ele vivesse afastado dos pais e irmãos e se privasse da possibilidade de constituir família, para poder lutar por sua liberdade. São possibilidades que, ao menos momentaneamente, não temos condições de confirmar.

Igualmente, outros escravos estavam dispostos a arriscar a vida em troca da liberdade, mesmo que para isso tivessem que se opor a seu dono. O Visconde de

⁴¹ Of. anexo, Datado em Rio Pardo, 25 de Janeiro de 1827, de Coronel Comandante Francisco Vicente Barcelos. Maço 35. Requerimentos: Fundo Militares. AHRs.

Castro escreveu em um período de guerra posterior aos conflitos da Banda Oriental que

Tendo-se apresentado hoje dos rebeldes o preto Francisco de nação africana, pelos exames feitos declarou ser escravo de Duarte Silveira Gomes, morador da Vila de Rio Pardo, onde se acha e serve de Presidente da Câmara Municipal dos rebeldes, e com tal ofereceu tanto este escravo, como mais outro a Bento Manoel para servirem nas fileiras anarquistas com as armas na mão, e como soldado veio até o passo do Gravataí donde se pôde evadir para esta cidade e se apresentou à autoridade militar.⁴²

Entretanto, se muitos escravos sentavam praça em busca de liberdade, ou eram forçados a isso para substituírem seus senhores e familiares, aqueles que não tinham condições, por sua situação social e econômica, de oferecerem um escravo, eram obrigados a servir ou desertar. Certa vez, o Major Maximiniano Rodrigues Fernandes, enquanto marchava para a vila de Rio Pardo expressou sua preocupação de que os homens desertassem, pois muitos dos que o acompanhavam já haviam feito isso⁴³. Se descobertos poderiam sofrer represálias, mas isso certamente não os impedia de tentar, assim como uma situação delicada não os impedia de tentar se livrar de possíveis punições, por causa de deserções ou outros acontecimentos, evocando amizades, lealdades e favores.

Segundo as Instruções para o recrutamento de 1822 eram “sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos, solteiros e pardos livres de 18 a 35 anos [a omissão dos negros foi retificada na década de 1820]”, com alguns grupos específicos gozando de isenção (KRAAY, 1999). Deste modo, as populações tinham suas vidas transformadas pela conjuntura de guerra, o que mostra que

O sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o herói mas sim as sociedades e os grupos sociais [...]. A guerra assume proporções ilimitadas ao nível dos objetivos e, conseqüentemente, da mobilização dos meios- não só de meios militares, mas de meios que envolvem a sociedade global. [A guerra] afeta não só os exércitos, mas também as populações civis. Em suma, é uma guerra que afeta as próprias estruturas sociais e, mais do que isso, se constitui como fator de mudança social (TEIXEIRA, 1995, pp. 85, 90).

Justamente por essas razões, a resistência aos serviços militares é algo comum. Carlos Mayo e Amalia Latrubesse dedicaram especial atenção à sociedade

⁴² Datada em Porto Alegre, 26 de Março de 1839. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. VI. Porto alegre, 1979, pp. 190, 191. CV-4051.

⁴³ Datada em cachoeira, 19 de Janeiro de 1840. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. VI. Porto alegre, 1979, p. 147. CV-4348

rural de Buenos Aires e a militarização naquela fronteira permitindo verificar o descontentamento que as convocações compulsórias causavam entre as populações fronteiriças e as estratégias usadas por estes grupos para se eximirem de destacamentos obrigatórios. Uma política de guerra que levava

Al establecimiento de una primera cadena de flertes em 1740 siguió la movilización de las milicias [...]. Todo ello supuso una presión militar desusada sobre la sociedade rural bonaerenses [...]. En Chile, los encomenderos fueron convocados a la lucha; en Buenos Aires, la entera población masculina adulta de la campaña. Las milicias rurales fueron, en efecto, las primeras en ser llamadas a defender el territorio contra los ataques indígenas [...], todos los hombres de más de dieciséis años em tales condiciones podían ser convocados, com excepción de los hijos únicos de madre viuda o de padres de avanzada edad, o que sufrieran “notórias enfermedades” (MAYO; LATRUBESSE, 1998, pp. 51, 52).

Embora o calendário militar, destinado, dentre outras coisas, ao treinamento periódico das Milícias, devesse ser condicionado ao calendário agropecuário, situações de exceção e a dureza e solidão da vida militar levava a população masculina a resistir a servir.

Las formas de resistênci a los intentos de movilizar militarmente a hacendados, labradores y peones- los três sectores sociales que aportaron el grueso de los milicianos a las companhias rurales- fueron, en efecto, muy variadas y persistentes: [desde] una marcada renuencia a servir [...] o pasarse a las companhias de la ciudad o enviar personero (MAYO; LATRUBESSE, 1998, p. 54).

Os casos de resistênci abundavam, indo de desafios diretos, como expressar preferir ser enforcado a lutar, até insultos a oficiais, ou dizer que não pretendiam ser mandados por outros, chegando às deserções. Segundo os autores, “la deserción fue a la vez individual y colectiva [...]. Aunque no tan frecuentemente como entre las milicias, la deserción era um fenómeno reiterado entre los blandengues y la reincidencia en ella aún más habitual” (MAYO; LATRUBESSE, 1998, p. 55, 56).

Eram múltiplas as razões que levavam estes homens a desertar. Entre as queixas dos desertores, aparecem “demandas rechazadas del desertor, temor o repudio al castigo por infracciones cometidas y, al parecer, un súbito y voluntario impulso a dejar la vida militar sin que mediaran causas graves para ello”. Entre as demandas negadas, incluem-se licenças para casar, pedido de dinheiro por estar desnudo, não ser liberado ao sentir-se doente, o desejo de trazer a mãe, ou a tristeza por doença familiar (MAYO; LATRUBESSE, 1998, p. 57, 58).

Interessa-nos perceber casos como estes em Rio Pardo, desde as deserções, ao apoio das famílias, às sanções sofridas por todos, bem como a situação, quando de fato os membros masculinos não conseguiam se eximir dos serviços das armas. Pretendemos verificar a resistência dos homens da comunidade à prestação de serviços militares, apesar da demanda constante. Do mesmo modo, procuraremos analisar como os membros femininos das famílias estavam presentes para influenciar essa decisão, e para evitar ou amenizar possíveis recrutamentos, ou em que condições ficavam se não podiam evitar.

CAPÍTULO 3

UM OLHAR SOBRE RIO PARDO: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA, ENQUANTO OS HOMENS PARTIAM PARA AS GUERRAS

3.1 Pensando as relações familiares e de gênero através da realidade belicosa que afetava a sociedade de Rio Pardo

A despeito de procurarmos pensar a condição feminina no ambiente familiar em situações de guerra, entendemos que delimitar um espaço característico da região para realizarmos nossos estudos, permitirá estabelecermos padrões comuns a uma sociedade específica, sem, contudo, ignorarmos que mesmo em um espaço social menor, existem peculiaridades condicionadas por fatores múltiplos, como os diferentes meios sociais, a origem e o ambiente familiar. Assim, ao delimitarmos nosso espaço de análise a Rio Pardo poderemos estabelecer relações e características semelhantes entre os grupos pesquisados.

A exemplo de Geovanni Levi, que se ateuve ao estudo da realidade de um pequeno vilarejo no Piemonte, procuraremos nos dedicar a esta localidade específica do Rio Grande de São Pedro. Analisando o trabalho do autor verificamos que um dos aspectos mais importantes de sua obra foram as “frentes familiares” formadas por unidades que não residem juntas, mas “unidas por laços de parentesco consanguíneos, por alianças, ou por relações de parentesco fictícias” (LEVI, 2000, p. 30). Ao analisar três grupos familiares do vilarejo de Santena, Levi procurou afastar-se dos modelos simplificadores e generalizantes frequentemente utilizados para a realização de estudos da história da família. Apoiou-se em atos tabelionais para examinar histórias de arrendatários destacando, todavia, que as histórias narradas

não devem ser vistas como a reconstrução de situações típicas, mas servem para ressaltar os elementos constitutivos de um modelo [uma vez que estes núcleos] formavam, [...], o grupo social no qual os fatos estratégicos se realizavam de forma mais simples e bem acabada e serviam de base ao comportamento e ao sistema de valores de todos os habitantes de Santena do fim do século XVII (LEVI, 2000, p. 99).

O autor percebeu, porém, que a despeito das semelhanças existentes entre eles e mesmo entre outros grupos sociais, não seria apropriado generalizar tipologias comportamentais, pois uma sociedade marcada pela imprevisibilidade tenderia a constituir padrões elásticos que se adaptassem a diferentes situações. Algumas semelhanças, entretanto, são inegáveis e poderiam consistir em estratégias familiares utilizadas com o objetivo de conquistar um maior controle sobre incidentes inesperados, comuns às sociedades agrárias do Antigo Regime (LEVI, 2000, p. 104).

Ao analisar a sociedade camponesa do Piemonte do século XVII, a instituição familiar e os costumes de então⁴⁴, Levi nos proporcionou um embasamento teórico para que, ao estudarmos a documentação proposta, tenhamos condições de compreender melhor a sociedade e a família no espaço que pretendemos analisar, a partir das experiências dos casos encontrados na documentação. Comparando o objeto de estudo do autor àquele que pretendemos analisar, percebemos que sua análise pode ser útil à medida que nos norteia acerca de como podemos desdobrar as fontes a que temos acesso. Entendemos que

a utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de fonte [...] a que o historiador de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (ROUSSO, 1996, p. 86).

No entanto, para que essa narrativa seja coerente e nos permita absorver das fontes as respostas a nossos problemas, buscaremos nos apoiar em alguns passos seguidos por Levi. Ao pesquisar três famílias de arrendatários do vilarejo de Santena, o autor procurou extrair elementos para um modelo, tendo em mente que o exame daqueles grupos tão contrastados poderiam “fazer aparecer regularidades nos comportamentos coletivos de um grupo social específico” (LEVI, 2000, p. 30). Esclarecemos que, diferentemente de Levi, não nos propusemos a uma abordagem micro histórica, mas sim utilizar alguns elementos dessa modalidade de pesquisa,

⁴⁴ Semelhantemente a Levi, Davis (1987), através da trajetória do impostor Martin Guerre, mapeou as características de sociedades camponesas por onde ele passou. Ela “usa uma série de incidentes da vida dos camponeses da França do século XVI para investigar os sentimentos, as motivações, os valores e as concepções locais, bem como o modo de viver o mundo” (BIERSACK, 2001, p. 103).

como estabelecer regularidades entre os casos analisados e buscar parâmetros para constituir modelos.

O trabalho nos alerta, do mesmo modo, dos perigos existentes na tendência à generalização, no que concerne à história da família, considerando-se que a sociedade nunca é estática, e, portanto, não pode ser compreendida através de um padrão geral que negue a diversidade e ignore as imprevisibilidades. Entretanto, não inviabiliza de todo a constituição de modelos, que permitam perceber as semelhanças entre grupos de igual meio social ou mesmo a irradiação de influência destes sobre outras camadas sociais.

Nossa opção por Rio Pardo se deve a sua influência à época e pela intensa participação de seus moradores nas contingências militares da Capitania/Província durante o século XIX. Ao pensarmos nas relações familiares desta sociedade envolvida com os esforços de combate, entendemos que a guerra interferiu na realidade de todos os segmentos daquela sociedade, nos quais incluímos não somente os homens que partiam para os campos de batalhas ou se dedicavam a atividades militares, mas também as mulheres que ficavam para trás. Essa realidade nos dá margem para adentrar de alguma maneira nos estudos sobre as relações de gênero⁴⁵ em contextos belicosos, e a analisar se ficavam restritos ao ambiente familiar e doméstico, ou se poderiam se estender a outros espaços. Nesse sentido, Joan Scott ressaltou em estudos anteriores que

As análises de gênero, no seu uso descritivo, têm incidido apenas nos trabalhos sobre temas em que a relação entre os sexos é mais evidente: as mulheres, as crianças e as famílias, por exemplo. Aparentemente, temas como a guerra, a diplomacia e a alta política não teriam a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre o político e o poder. O resultado é a adesão a uma visão funcionalista

⁴⁵ Em seu sentido original, gênero é o fenômeno da presença de algumas línguas (por exemplo, as indo-europeias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Gênero, nas ciências sociais, tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres -, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável. Além disso, 'gênero' dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização, dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder, dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SOIHET; PEDRO, 2007).

baseada na biologia, e a perpetuação da ideia das esferas separadas na escrita da história: a sexualidade ou a política, a família ou nação, as mulheres ou os homens (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 99).

Em relação ao espaço americano, Peter Stearns (2012, pp. 112, 113), atribuiu ao trabalho das Missões Cristãs na América a visão de que “as mulheres eram parideiras e agentes domésticos, irracionais e, com frequência, problemáticas”, portanto, restritas ao espaço do lar, e ressaltou que para estes, além do controle da vida sexual das mulheres nativas era necessário “os esforços missionários se [voltarem] para a redução dos papéis desempenhados pelas mulheres na vida indígena tanto na América Central quanto na do Sul”. Essa imposição sobre as mulheres autóctones, nada mais era do que a tentativa de adaptá-las a um modelo familiar e de relações de gêneros que se consolidou na Europa e deveria ser transplantado para as colônias. Segundo Göran Therborn (2006, p. 60)

Em sua formação familiar, as famílias indo-crioulas e as famílias afro-crioulas partilhavam características comuns: entre os europeus dominantes, a sociedade crioula representou o fortalecimento e o enrijecimento do patriarcado. As mulheres brancas eram impedidas de qualquer trabalho produtivo enquanto contassem com um provedor masculino e seus escravos ou servos. A preocupação crioula branca com a “pureza de sangue” exigia a presença explícita de damas de companhia e controle parental. O resultado foi um padrão familiar europeu, pouco comum, de segregação e hierarquia dos sexos.

No entanto, sem desconsiderarmos a existência de segregação entre os sexos e o controle exercido sobre as mulheres, ressaltamos que Michel Foucault foi responsável pelo surgimento de ideias que nos permitem relativizar os limites da hierarquia sexual. Ele desenvolveu o conceito de “microfísica do poder”, ou de “políticas no nível micro”, ao chamar a atenção para o controle sobre os corpos exercido pelas autoridades, nas quais incluiu a instituição familiar como instrumento de controle e de infinitas manifestações de poder. Desta perspectiva, abriram-se novas nuances ao estudo histórico da política e do poder.

A *nouvelle histoire* possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas. Foucault, pois foi este o autor que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a *pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes*. A historiografia política passou a focar, nos anos 70, a Microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores – *família*, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas, etc; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social (FALCON, 1997, p. 69).

Deste modo, no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais, como as mulheres e as famílias, era possível encontrar diferentes manifestações de poder, desde a autoridade do *pater familias* sobre o “clã”, até indicações sutis de poder representadas pela busca de espaços de atuação e outras formas de autoridade exercida por outros de seus membros, mesmo femininos, na vida social e dentro do lar.

Segundo Raquel Soihet (1997, p. 291), na família percebe-se a existência e relativa permanência de relações de poder e micro poderes, onde as mulheres, com seu estatuto de subjugadas, encontram brechas para exercer uma forma de poder. Para a autora, mesmo aquelas mulheres que se submeteram ao processo de ordenamento social que as restringia “a casa, a maternidade e a família”, não raro, poderiam se unir aos filhos e, conseguir com isso “respaldo afetivo e material” e o exercício, dentro do lar, de um poder e autoridade que lhes era negado no restante da vida social.

A existência de mulheres à frente do núcleo familiar foi destacada por June Habner (2012, pp. 44–47), que afirmou que a visão corrente sobre a mulher brasileira, como confinada ao ambiente doméstico, se firmou devido à visão preconceituosa de viajantes que pouco contato tinham com elas, além de seguir estereótipos que não levavam em consideração as variações de acordo com as classes sociais e diferentes situações. Muitas dessas mulheres viviam com desenvoltura quando viúvas e com o cese de certas restrições legais exerciam a função de chefes de família.

Certamente, a conjuntura de guerra abria mais espaços para as mulheres exercerem sua margem de autonomia e “poder”. Indo relativamente de encontro ao pensamento de Joan Scott, que em análises passadas percebeu os estudos de gênero como restrito ao espaço doméstico e distanciado das guerras, Luc Capdevilla analisou as relações de gênero na guerra e pesquisou como as grandes guerras mundiais transformaram os papéis e as fronteiras de gênero. Percebeu que com a guerra os homens perderam parte da autoridade sobre as mulheres, à medida que eles não estavam presentes e elas tinham que se virarem sozinhas e desempenhar papéis que outrora eram masculinos. Através das correspondências dos combatentes, verificou a afetividade, a expectativa do retorno e o gradual abandono da identidade de guerreiro pela identidade paternal e de chefe de família. Também percebeu a existência de uma simbologia de enaltecimento da maternidade no pós-

guerra, visando contornar a crise demográfica e uma possível tentativa de ajustar as mulheres a seus antigos papéis, e um maior interesse feminino e masculino aos assuntos do lar. O autor questionou se as fronteiras de gênero eram realmente flexibilizadas ou se de fato eram estreitadas em uma conjuntura de guerra (PEDRO; SOIHET, 2005).

Michele Perrot também menciona as guerras mundiais como mecanismos que

abalaram profundamente os sistemas de poder e a estrutura de dominação masculina. Com a ação das guerras, caem por terra os discursos que até então privaram as mulheres da igualdade de direitos e restringiram seu espaço de atuação na sociedade. O esvaziamento da mão-de-obra como consequência da mobilização dos homens para as frentes de batalha leva as mulheres a assumirem novos papéis na sociedade que irão abalar a ordem reinante e as relações de poder entre os sexos (apud ÁVILA, 2007, p. 4).

É interessante notarmos o fato de que mais uma vez se reconhece que a guerra flexibiliza o espaço de atuação da mulher na sociedade, e muito disso se dá em consequência da ausência da mão-de-obra masculina. A mesma autora, ao analisar as ocupações femininas na França do século XIX, ressalta que as mulheres sempre trabalharam, ainda que não necessariamente inseridas no trabalho “produtivo” da fábrica, mas como donas de casa, camponesas, lojistas, auxiliares de família. Entretanto, ressaltou que o trabalho feminino só era reconhecido e estimado no caso de crise ou de guerra e as duas guerras fizeram declinar o caráter doméstico do trabalho das mulheres (PERROT, 2005, pp. 241–245).

Não só a necessidade das mulheres assumirem outras atribuições dentro da família e da sociedade, quando os homens atendem demandas militares, mas também a presença das mulheres nos campos de batalha faz com que as fronteiras de gênero sejam repensadas. As memórias de um mercenário alemão, que serviu às tropas brasileiras no Sul, confirmam essa afirmação. Brummer Schnack relata o seguinte:

Em uma campanha brasileira como esta, muito “João” leva a sua “Maria”, o que não é proibido nas instâncias superiores. Do lado de cá do rio de la Plata isto não constituiu empecilho, pois o campo é amplo e havia espaço para todos. Mas a situação mudou quando fomos embarcados em Colônia. Com espaço apertado, as Marias tiveram de ficar para trás [...]. Todas elas foram então reunidas e abrigadas em um acampamento de barracas e vigiadas. Como não havia tropas nacionais suficientes para esse fim, a infantaria e a Artilharia dos alemães eram suficientemente bons para isto (apud CORRÊA, 2001, p. 140).

Cristina Wolf (2012, pp. 425 a 426), ressaltou que a presença de personagens reais, a exemplo de “Maria Quitéria como uma “heroína da Pátria e do Exército”, faz refletir como as noções de gênero (ou seja, construções culturais relativas a ser homem ou ser mulher) podem ser modificadas e usadas de forma estratégica de acordo com as exigências do momento”⁴⁶. A mesma autora, ao citar Anita Garibaldi, outra personagem feminina que foi celebrizada por sua participação nos campos de batalha, destacou que ela não foi um caso isolado, apenas, diferente das demais, obteve reconhecimento nas memórias de seu companheiro, Giuseppe Garibaldi

Além de companheiras, esposas e mães, vivandeiras (mulheres que cozinhavam, lavavam e remendavam roupas para os soldados e cuidavam dos doentes) também eram vistas com frequência seguindo os combatentes, como, aliás, era comum nos exércitos por toda a parte. Um número grande de mulheres que acompanhavam as tropas se ocupava do abastecimento e da preparação da comida, executava serviços de costura e lavanderia e, especialmente, cuidava dos feridos e enfermos. Às vezes essas mulheres também eram prostitutas. Em várias ocasiões, elas tinham também que pegar em armas e participar do conflito, seja para defender-se, para poder recolher feridos no campo de batalha, ou em alguns casos, por desejo ou necessidade de participar ativamente nos ataques (WOLF, 2012, p. 428).

Seja qual for o caso, as mulheres ficarem em casa ou irem para os campos de batalhas, o certo é que o ambiente belicoso interferia nos papéis sociais e nas restrições típicas ao universo feminino, e contribuía para a grande incidência de mulheres chefes de família. Ao analisar a mulher rio-platense, Heloísa Reichel (2000, p. 6) observou que a maioria dos documentos confirmavam a visão de Saint-Hilaire, de uma

Mulher como sujeito atuante da sociedade platina rural, com atuação e liderança destacada nos assuntos domésticos e familiares. Nos processos judiciais, policiais ou nos de concessão de terras e testamentos, grande número dos requerentes ou beneficiados são do sexo feminino. A mulher não só tinha o direito de receber terras em herança ou concessão do Estado, mas lutava por sua preservação.

Pensando na documentação a que tivemos acesso, pretendemos também reconstituir muito da história destas mulheres e homens que viveram neste contexto beligerante nas primeiras décadas do século XIX, tendo em mente que

⁴⁶ Além de Maria Quitéria, Jovita Feitosa, do Piauí, também alistou-se na mesma campanha. Percorreu vários estados convocando os homens a se alistar como voluntários e foi promovida a Sargento. No entanto, ambas usavam saio sobre a farda, num sinal de que elas eram exceções, mas que no geral o exército não era lugar para mulheres (WOLFF, 2012, pp. 429, 430).

O povoamento do Rio Grande do Sul, cuja economia baseava-se na pecuária extensiva, atraiu uma população masculina eminentemente nômade; a vida familiar e a subsistência eram então garantidas pelas mulheres – situação muito parecida com a de São Paulo da década de 30 do século XIX, época em que várias casas eram comandadas por mulheres sós. É recorrente a representação de mulheres sozinhas comandando estâncias, fazendas, negócios, em vista da constante ausência dos homens (PEDRO, 2004, p. 280).

Neste contexto, pretendemos perceber o impacto das guerras, dos recrutamentos, as resistências, as adaptações, as novas funções que se exigiam das populações. Sabemos que as documentações são dispersas, mas como E. P. Thompson que através de conteúdo da imprensa e indicações dispersas percebeu distúrbios concentrados na Floresta de Windsor e uma indignação de habitantes da floresta contra o funcionamento da legislação florestal, pretendemos verificar as reações dos habitantes de Rio Pardo ao imperativo de guerra. O autor interpretou o crescimento populacional como resultado das fugas de homens, anos antes, do alcance de equipes de recrutamentos, percebeu o descontentamento dos pobres com multas e confiscos e os privilégios embutidos na distribuição de cargos de vigilância (THOMPSON, 1987, pp. 15, 36–41).

Ao tratar da Lei Negra inglesa do século XVIII, nos chama a atenção para o fato da lei ser menos um instrumento de poder do que uma arena de conflitos. Embora a lei garantisse os interesses do grupo dominante, mediando relações entre os grupos sociais (classes), ela necessitava de um caráter de igualdade (embora isso, de fato, não ocorresse) e de justiça para que tivesse eficácia e fosse aceita por todos. A lei imprimia restrições às ações dos dominantes, oferecendo proteção e permitindo a contestação de atitudes que pareciam arbitrárias por parte dos dominados. Isso permitia àqueles que sentiam seus direitos violados ou que tinham medo de servir que procurassem abrigo na legislação para evitar ser arrolado (LUFT, 2013, p. 114).

No Rio Grande de São Pedro, também havia resistência a uma legislação que obrigava os homens a servir às tropas, ou que era burlada pelas autoridades para recrutar homens que normalmente seriam isentos. Nesta mesma realidade se percebia uma possível flexibilização das relações de gênero, à medida que as mulheres não raro não podiam contar com a presença de seus familiares do sexo masculino. Ao refletirmos acerca do uso da micro história de Geovanni Levi, que o impeliu a buscar elementos para um modelo e buscar regularidades naquela sociedade, a partir dos grupos familiares que pesquisou, ou ao pensarmos nas relações de gênero em ambientes belicosos ou nas margens de autonomia e “poder” presentes no âmbito familiar, consideramos possível poder esclarecer os problemas

que levantamos relacionados às famílias e seus segmentos sobretudo femininos, no contexto dos conflitos da Banda Oriental.

3.2 O impacto dos recrutamentos, a conduta e a família como estratégia de resistência

O contexto de fronteira e guerra no Rio Grande de São Pedro afetava a quase totalidade da população civil ou militar, de diferentes maneiras. Assim como entre as elites se estabeleciam alianças e estratégias para vivenciarem de forma mais vantajosa o ambiente belicoso, entre o restante da população os arranjos e estratégias também eram necessários.

Ribeiro (2001, pp. 235, 251), ressaltou que cada componente familiar tinha seu papel na manutenção econômica da família, o que os levava a resistirem em grupo às convocações militares. Confirma inclusive a convivência de outros membros das famílias, além dos homens destacados, em casos de deserções, mais uma vez indicando a pouca propensão dos efetivos masculinos de se ausentar de seus lares e a pouca disposição das famílias em tê-los longe.

A tentativa de eximir a si e os familiares da prestação de serviços militares era uma constante na sociedade do sul do Brasil. Podemos citar o exemplo do Capitão de Milícias Manoel Thomas Prestes que:

sendo seu filho surdo de nome Veríssimo José Prestes, sendo este surdo, incapaz de servir em tropa de linha, como já fez o suplicante ver [...] mandar informar ao Brigadeiro Chefe do Regimento de Dragão para cujo regimento era o filho do suplicante pedido.⁴⁷

Outro miliciano, o sargento-mor reformado, Joaquim Pedro Salgado, já citado, tentou impedir que seu filho, Antônio de Salles Salgado, sentasse praça no Regimento de Cavalaria nº 5 da 1ª linha. Argumentou que ele não tinha disposição física e sofria de moléstias. Tendo mais três filhos, afirmou que eles também não se achavam em circunstâncias de prestar serviço e ofereceu um homem pardo, a quem

⁴⁷ Of, datado em Rio Pardo, 1813, do Capitão Manoel Thomas Ferreira Prestes. Maço 09. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

dava a liberdade, para servir em lugar deles.⁴⁸ (Ribeiro, 2005, p. 56). No entanto, nem todos tinham argumentos para tentarem se eximir do serviço das armas, e alguns apelavam para medidas extremas como a deserção quando eram obrigados a servir. O Capitão General Dom Diogo de Souza denunciou o soldado da 3ª Companhia, Ignacio Roriz Paiz, de 23 anos, preso no Hospital Militar por deserção⁴⁹.

Também as mulheres poderiam ser o pretexto para a liberação dos homens de convocações militares mais rigorosas. Um homem com menos de 35 anos e solteiro estaria apto a servir na 1ª Linha. Todavia, alguns faziam de tudo para burlar essa regra, usando para isso a influência da família ou, podemos acrescentar, o próprio casamento. José A. Loureiro, por exemplo, servia na 4ª Companhia de Ordenanças de Rio Pardo. Quando consultado sobre o porquê de ter sido dispensado do serviço no corpo de Milícias, respondeu que havia sido dispensado das Milícias pelo Capitão Pedrozo por haver contraído núpcias com uma órfã pobre.⁵⁰ Porém, analisando-se mais a fundo a situação foi possível constatar que Loureiro também mantinha uma boa relação com o Capitão, e que também por isto este o favoreceu (RIBEIRO, 2005, pp. 60, 61). Ressaltamos que,

Apesar de estar em condições de servir nas Milícias, por causa do casamento com alguém que necessitava do amparo do marido, Loureiro foi alistado em um emprego menos “oneroso”. Para Loureiro e sua esposa, casados e agraciados ainda com a possibilidade do marido se dedicar aos negócios por estar servindo em um emprego que muitos julgavam não haver outro de “maior privilégio”, seria um final feliz (RIBEIRO, 2005, pp. 62, 63).

Portanto, um homem casado poderia ser poupado de servir na primeira linha, assim como aquele que desposasse uma jovem órfã, que necessitasse de proteção por parte do cônjuge. Situações que permitiam mais argumentos para a obtenção de destacamentos mais leves. Esse fato, além de indicar que os homens, frequentemente requisitados para os serviços militares, utilizavam os meios a seu alcance para tentar livrarem-se das convocações, também indica o papel das mulheres na vida dos homens. Apresentadas como dependentes por eles, muitas

⁴⁸ Of, datado em Rio Pardo, 1826, do Sargento-Mor Joaquim Pedro Salgado. Maço 35. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

⁴⁹ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 4 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

⁵⁰ Certificado de Autoridades Militares, datado em Rio Pardo, 12 de junho de 1825, de José A. de Borba. L. 179, Maço 002. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

vezes elas eram também agentes, ou pelo menos responsáveis indiretas, no processo de liberação ou recrutamento dos homens.

Se a necessidade de uma jovem esposa órfã era usada como argumento para liberar ou amenizar o serviço às tropas, a dificuldade de controlar a conduta moral da companheira ou o descaso com a esposa também poderiam ser usados como pretexto para mandar um homem para o *front*⁵¹. Foi o caso de Anastácio Rodrigues da Silva, definido como “mulato, vadio e que não cuidava os passos de sua mulher, a qual queria fugir com outro mulato [...], sadio e moço, sabe ler e escrever, e através dos serviços das armas melhoraria de conduta” (LUFT, 2013, p. 92).

Do mesmo modo, o suplicante cabo Ignácio Gonçalves da Cunha, ao se queixar de moléstias, foi acusado de tê-las adquirido em função de sua conduta, “pois que sendo casado não faz caso da mulher e se distrai com outras que o põem no estado em que atualmente se acha”.⁵² Por outro lado, a boa conduta de certo João Silvestre foi atestada às autoridades, em referência a um requerimento de sua mãe, a suplicante Maria da Joaquina da Conceição, que, ao que parece, alegava ser ele seu único filho⁵³. Ao ressaltar as atitudes corretas dos filhos, na intenção de evitar que partissem para a guerra ou que voltassem dela, mulheres como Dona Maria Joaquina eram agentes na tentativa de verem atendidas suas demandas. Homens na idade de 18 a 35 anos eram obrigados a servir, no entanto,

Homens nesta faixa etária, empregados em atividades econômicas julgadas úteis, todavia, gozavam de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes. Além de homens casados, as instruções também isentavam o irmão maior responsável por órfãos menores e um filho para sustentar cada viúva. As instruções restringiam essas isenções com a cláusula “uma vez que

⁵¹ Embora entendamos que os padrões e exigências morais variavam de acordo com os segmentos sociais, é interessante destacar a posição das mulheres, sobretudo da elite, como guardiãs da honra familiar (HABNER, 2012, p. 43). A má conduta feminina não seria prejudicial só a ela, socialmente falando. Poderia desqualificar além de seu cônjuge, toda uma família aos olhos da sociedade. Por exemplo, o declínio da família Magalhães, originária de Viamão, cujos herdeiros migraram para Rio Pardo na segunda metade do século XVIII, podem ser atribuídas também aos excessos de uma personagem feminina. Os escândalos da esposa de João Magalhães, “o Moço”, Joana Garcia Maciel, que foi mandante de atos de violência sexual contra suas cunhadas, mantinha relações incestuosas com o próprio filho e era suspeita de feitiçaria, foi responsável pela “expulsão” de membros do “clã” familiar de Viamão. A dispersão da família e o dano que fatos como este causaram na imagem dos Magalhães, podem explicar sua decadência (KÜHN, 2006, pp. 101, 102).

⁵² Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

⁵³ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento”, o que deixou bastante liberdade às autoridades para interpretarem a lei (KRAAY, 1999).

Além de garantir que os homens economicamente ativos não fossem recrutados, a lei que regulamentava os recrutamentos intimidava a população, à medida que os definia através das atividades exercidas e condutas dos homens em idade de servir. Por outro lado, percebia-se quanto às isenções que

Milicianos devidamente alistados e guardas nacionais gozaram de isenções enquanto cumpriam seus deveres (em tempo de guerra, a Guarda Nacional era a reserva do Exército e seus comandantes tinham o direito de designar subordinados para o serviço regular, a começar pelos solteiros). Para proteger homens abastados no caso pouco provável que caíssem nas garras dos recrutadores, os regulamentos autorizavam-nos a comprar uma isenção ou apresentarem um substituto. Muitas vezes, patrões conseguiram proteção especial para seus empregados. [...]. Essa legislação não só desviou os recrutadores dos cidadãos economicamente ativos, ela também difundiu uma mensagem específica aos brasileiros, afirmando deste modo o segundo fim do recrutamento: homens que não trabalhavam, que não obedeciam às autoridades e que não procuravam servir um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional seriam recrutados à força. Na historiografia da América Latina, o recrutamento é geralmente identificado como poderosa arma de controle social e instrumento de coerção do trabalho, e há bastante evidência para apoiar essa interpretação (KRAAY, 1999).

Além de servir como mecanismo de controle social.⁵⁴, as leis e práticas e recrutamento tornavam visíveis os privilégios e relações paternalistas existentes naquela sociedade. Beneficiavam os ricos, que dificilmente seriam convocados. Mas também proporcionavam brechas legais, trazendo mais uma vez à tona as relações de reciprocidade verticais presentes naquela sociedade. Mesmo as autoridades responsáveis pelos recrutamentos poderiam favorecer seus protegidos. Algo assim pôde ser percebido na divergência entre um capitão de ordenanças e outro de milícias, responsável por mobilizar efetivos para as tropas, durante o conflito máximo na Banda Oriental, a Guerra Cisplatina.

Em 1827, um capitão da cavalaria miliciana encarregado do recrutamento forçado denunciou um capitão de ordenanças que pessoalmente avisava os rapazes sujeitos ao recrutamento a fugirem “por lhe parecer indecoroso

⁵⁴ Para Kraay (1999), “o recrutamento constituiu-se um mecanismo de controle social, cuja eficácia diminuiu continuamente depois de 1830, [no entanto] não refletem preocupações com a repressão à vadiagem ou à desordem, mas sim as necessidades militares e tempo de guerra”. Segundo ele, “não existem, infelizmente, dados sobre o recrutamento no ano de 1820, mas entre a Guerra da Cisplatina (1826 – 1828) e a curta mas intensa luta para expulsar a guarnição portuguesa de Salvador (1822 – 1823), houve duas décadas importantes de recrutamento [e] nenhum desses piques coincidiu com épocas de desordem.”

recrutar a cavalaria pelo seu distrito”. O conflito entre os dois capitães certamente tinha raízes mais profundas do que questões de decoro, mas a pressão para fornecer mais recrutas para a Guerra da Cisplatina impeliu o capitão de cavalaria a proteger seus clientes das exigências do Estado pelo meio de recrutar os dependentes do outro. Depois de alguns dias, houve um aumento nos conflitos nesse distrito quando um senhor de terras soltou um grupo de recrutados dos poderes de uma escolta miliciano, levando os recrutas à sua fazenda; pior ainda para o comandante das milícias: jagunços sob a ordem do senhor arrasaram as casas dos soldados milicianos (KRAAY, 1999).

Logo, além de estar ligado a alguém que o protegesse e pertencer a certos grupos específicos já mencionados, o possível recrutado teria que se ajustar a certas normas para poder estar isento do imperativo das tropas. Não bastava fazer parte do grupo de isentos, deveriam estar cumprindo bem suas funções dentro dele. Para conseguirem a dispensa do serviço, os candidatos a recrutas.

deveriam estar a serviço de seus patrões e ter bons costumes. Por exemplo, filhos únicos de lavradores deveriam estar ajudando seus pais, da mesma forma que os filhos únicos de viúvas com suas mães; os estudantes deveriam mostrar seu bom aproveitamento; os aprendizes deveriam comprovar que estavam trabalhando para seu mestre; os feitores e caixeiros deveriam provar que ajudavam quotidianamente os seus patrões, entre outros. Ou seja, ao mesmo tempo em que se privilegiavam alguns, se estabeleciam as condições para tal, as quais seriam verificadas pelo capitão-mor, permitindo que este mantivesse um poder de controle sobre a vida da localidade, já que poderia denunciar o mau comportamento dos isentos e enviá-los como recrutas (LUFT, 2013, p. 77).

Vale lembrar também que nem sempre o fato de preencher os requisitos para ser isento era garantia de que a pessoa estaria livre de servir, pois a decisão pessoal do comandante poderia ser determinante ao destino dos possíveis recrutas. Um bom exemplo é o de

Januário José Flores: filho de Antonio José Flores, [que] vivia no distrito de Ponta Grossa, e tinha 17 anos quando foi capturado [...] o recrutado era filho de viúva, com grande família e sem escravo que lhe ajudasse. Ele tinha um motivo básico para ser isento: a idade (não sabemos se ele era o único filho dessa viúva). Contudo o mandatário aprovou o recruta (LUFT, 2013, pp. 95, 96).

Nem o fato de ter a idade que o dispensava do recrutamento, tampouco que tivesse uma mãe viúva que alegava necessitar de seu apoio, o liberou. A legislação que regulamentava os recrutamentos, deixava margens para árbitros pessoais, ao mesmo tempo que permitia às autoridades perseguir possíveis desafetos. Para este jovem e esta mãe viúva, a legislação teve pouca serventia, e ambos tiveram que se ajustar como puderam à situação que o enviava para a guerra deixando a mulher e

seus dependentes a mercê da sua própria sorte. A partir de então, ela, que provavelmente como viúva já exercia a chefia da casa, teria que assumir outras atribuições.

Diretamente afetados pelas dificuldades da guerra, homens e mulheres buscavam formas de se adaptar ou mesmo se eximir das responsabilidades e consequências belicosas mais diretas. Enquanto eles procuravam serviços mais leves ou tentavam se furtar de servir às tropas, elas eram ativas em apoiá-los nessas demandas, e na impossibilidade de impedir sua partida, tinham que se ajustar a exercer diferentes papéis. Em meio a inúmeras dificuldades, as mulheres buscavam desenvolver estratégias de sobrevivência que lhes permitissem desempenhar de maneira mais eficaz a margem de autonomia, almejada ou não, que a ausência masculina propiciava.

3.3 Ausências masculinas, atitudes femininas

A despeito da imagem de submissão e dependência atribuída aos segmentos femininos, a realidade do Rio Grande de São Pedro possibilitou, se não obrigou, as mulheres sulinas a construírem um novo parâmetro de feminilidade, que não se ajustava àqueles padrões. Mesmo quando as populações não estão sob uma conjuntura belicosa, estas imagens devem ser relativizadas. “Pois, sem deixarmos de reconhecer a inserção da mulher num sistema mais amplo de dominação, onde os papéis dos sexos estavam legitimamente bem definidos, seria errôneo confirmar *a priori* sua condição de subjugada”, disse Eny de Mesquita Samara (1987, p. 34).

A autora em seus estudos encontrou imagens femininas que não se ajustavam às normas sociais e admitiu que em seu espaço de análise, São Paulo do final do período colonial, a saída frequente dos membros masculinos alterava o número de mulheres chefes de família. No entanto, concentrou-se não somente na existência destes casos, mas, sobretudo, no comportamento das mulheres frente a sua condição de submissão.

Mulheres de diferentes níveis sociais trouxeram tensões para o casamento, provocada por rebeldia e insatisfação. Além disso, encontramos inúmeras mulheres com participação ativa, quer na família, quer na sociedade, gerindo negócios e propriedade de maior e menor vulto, assumindo a chefia

da família e trabalhando para a sobrevivência de sua prole (SAMARA, 1987, p. 35).

Entretanto, no Continente do Rio Grande de São Pedro, as funções das mulheres como chefes de famílias tinham razões bem claras. Joana Maria Pedro ateuve-se à mudança de comportamento feminino em virtude da guerra, e recorda que a frequente ausência masculina nos lares do sul obrigava as mulheres a se adaptarem e assumirem novos papéis.

A existência de inúmeras batalhas e conflitos no território deu aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. Entretanto, a ausência masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo (PEDRO, 2004, p. 280).

Entendemos que, mesmo em outras condições e contextos as mulheres poderiam ser igualmente independentes e empreendedoras, devido a diferentes situações. No entanto, enfocaremos a condição feminina dentro da família e da sociedade em um ambiente belicoso,

Se considerarmos a mulher de posição socioeconômica mais elevada, verificamos que ela, em situações muito frequentes, dirigiu os trabalhos que se realizavam nas estâncias. Isto ocorria porque os homens, seja por negócios, seja por guerras, seguidamente se ausentavam. Muitos deles inclusive, no exercício de atividades tão inseguras, morriam, deixando a viúva responsável pela criação dos filhos e pela preservação do capital (REICHEL, 2000, p. 5).

Observamos anteriormente exemplo de mulheres que foram privadas da presença de seus parceiros ou filhos e que fizeram de tudo para tê-los próximos novamente ou que administraram suas famílias e negócios na ausência, ou mesmo morte, deles. Vimos também casos de mulheres da elite rio-grandense que se envolveram em relações amorosas informais à revelia da sociedade, tanto pública como secretamente, tiveram filhos ilegítimos e se rebelaram quanto à escolha do parceiro.

Acerca de Rio Pardo, podemos citar o exemplo de uma mulher que vivia na vila, Dona Maria Angélica da Fontoura Corte Real. Ela teve o marido, um Capitão de Dragões, morto no combate de Catalan contra os artiguenhos em 1817. Ao enviuar, ficou à frente dos negócios e da criação dos filhos, se uniu informalmente a outro homem, com quem teve mais filhos, violando os padrões morais exigidos das mulheres na época. Dona Maria Angélica adiou o casamento por várias décadas,

talvez motivada pelo fato de que o companheiro fosse um mal administrador e a estrutura jurídica de então fizesse do marido legalmente o cabeça do casal e o responsável por gerir os negócios e os assuntos da família (FLORES, 1989, pp. 42 – 47). Viúva nos conflitos da Banda Oriental, posteriormente perdeu um filho e um genro na Guerra dos Farrapos onde teve uma participação ativa e atípica, servindo de “espiã” aos farroupilhas em Rio Pardo, tramando para libertar seu filho preso, expressando frequentemente suas posições e envolvendo-se em intrigas políticas (FLORES, 2002, pp. 102, 103).

Embora, nosso recorte temporal esteja focado nos anos dos conflitos da Banda Oriental, de 1811 a 1828, consideramos interessante mostrar como esta mulher que perdeu o esposo durante estes confrontos viveu e se posicionou frente à sociedade e às autoridades de seu tempo. As correspondências que nos restaram são de uma época posterior a nosso período de análise, mas que podem ser reveladoras acerca das margens de liberdade e as preocupações que acometiam as mulheres da época, fossem elas registradas de forma escrita ou não. Embora admitamos que Dona Maria Angélica poderia ser uma personagem atípica, entendemos também que não necessariamente era única, e que suas preocupações se estendiam ao público e ao privado. Ela escreveu de Rio Pardo ao ministro Domingos José de Almeida

Eu não descrevo a V. Exa. os meus incômodos porque o meu filho é portador desta e de viva voz dirá a V. Exa. o que passamos e muito lhe peço não se descuide um instante, porque ouvi dos legalistas, achando-me em um lugar oculto que eles ali não julgavam, que iam atacar a República, que assim chamam a esse lugar, e agora me parece não será muito difícil porque considero por aqui tudo desfalcado de gente; portanto toda a cautela é pouca, pois V. Exa. Não ignora o sistema deles que é atacarem os lugares fracos.⁵⁵

Mais uma vez D. Maria Angélica, apesar dos limites e estereótipos associados a sua condição de gênero se correspondia com chefes políticos, investigava as atitudes dos inimigos, se posicionava politicamente e dava sugestões. Era uma mulher da elite de conduta pouco usual, tanto por seu comportamento moral público, como por seu envolvimento direto nos assuntos da guerra. Todavia, ela não deixava de se relacionar com os membros da elite. Até então, não temos como saber até que ponto ela era aceita ou rejeitada, sobretudo pelas “senhoras honestas” da época,

⁵⁵ Datada de Rio Pardo, 4 de Dezembro de 1839. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. VII. Porto Alegre, 1979, pp. 190, 191. CV-4051.

porém sabemos que, se não era aceita, tentava ser, pois não somente acabou por oficializar sua segunda união, como não deixava de mandar recomendações à esposa e filhas do ministro, ou a desculpar-se por não escrever a esta. Isso é evidenciado quando ao encerrar a carta, diz “Espero que a Sra. D. Bernardina *aceite esta por sua [...], e mil abraços* envio à Sra. D. Bernardina e suas estimáveis filhas”⁵⁶ **(O grifo é nosso).**

Nos meses seguintes, ao escrever novamente a Domingos José de Almeida, D. Maria Angélica diria “toda a minha família agradece a V. Exa. suas lembranças, e tanto eu como minhas filhas nos recomendamos saudosas à Exma. Sra. D. Bernardina e suas estimáveis filhas”⁵⁷. Apesar de seu comportamento transgressor, que envolveu concubinato, prole natural, envolvimento nos assuntos políticos, aparentemente D. Maria Angélica ainda era aceita entre alguns membros da elite, e, talvez, mesmo por algumas senhoras, como D. Bernardina. Era rica e influente, administrava estâncias, o que talvez tenha contribuído para certa complacência a sua conduta. Aceita ou não, ela ainda procurava preservar os laços de solidariedade com seu grupo social. Do mesmo modo, apesar do comportamento recriminável aos entendimentos da época, parece ter mantido sua influência sobre o filho e as filhas.

Já destacamos que a sociedade da época tinha papéis bem definidos para homens e mulheres, entretanto, fatores múltiplos levavam ao distanciamento ou mesmo resistência ao cumprimento destes papéis. Talvez atitudes como as de D. Maria Angélica fossem mais atípicas, embora não totalmente exclusivas, entre as mulheres da elite. Entretanto, sua função de administrar a casa e os negócios era algo característico a muitas mulheres, ricas ou de outros níveis sociais, na sociedade rio-grandense. Encontramos o caso de Dona Josefa Henriqueta da Silva que.

Estando de caixeiro de sua loja de negócio de fazendas secas Joaquim Pereira Pinheiro, filho único de José Pereira Pinheiro, retirou-se este com receio de que lhe assentassem praça por ocasião do atual recrutamento, na que obstante que em conformidade das Imperiais Instruções parecesse que podia considerar-se nas circunstâncias de ser isento em razão de sua impossibilidade física, proveniente das moléstias que padece e pelas quais já fora excluído do recrutamento da 2ª linha como afirmam os atestados juntos jurados pelo físico-mor das Tropas da Província e Cirurgião-mor do

⁵⁶ Datada de Rio Pardo, 4 de Dezembro de 1839. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. VII. Porto Alegre, 1979, pp. 190, 191. CV-4051.

⁵⁷ Datada de Rio Pardo, 13 de Abril de 1840. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. VII. Porto Alegre, 1979, pp. 191. CV-4052.

presídio, e assim como por motivo de ser o único caixeiro da casa de negócio da suplicante, todavia pelo receio que talvez lhe assentassem praça, não obstante as suas expendidas circunstâncias, e a de não saber andar a cavalo, tem permanecido ausente da casa da suplicante, a qual com sua filha está sofrendo mui graves prejuízos por ter paralisado a circulação do seu negócio.⁵⁸

Ou seja, devido às necessidades de suas atividades comerciais, esta senhora, Dona Josefa, apelou por seu caixeiro às autoridades, argumentando que tanto ela como sua filha passavam por apuros sem a presença do funcionário. Em seu requerimento, ela não somente descreve um pouco da realidade deste homem, como também revela a necessidade de sua presença para poder tocar os negócios. Ela argumenta a seguir que “pela falta de administração de um caixeiro zeloso de cuja falta pode resultar não só grave prejuízo à viúva e órfãos, como aquele que entrelaçados em contas com a casa”. Assim, apesar do discurso apelar para a necessidade que ela e a filha têm da presença do caixeiro, é Dona Josefa quem usa a posição de proprietária de um negócio e toma a iniciativa de tentar a liberação do funcionário, em nome da preservação das atividades para os quais ele prestava serviços.

No Rio Grande de São Pedro, o contexto belicoso que demandava constantemente os efetivos masculinos, conferia maior liberdade e necessidade de ação às mulheres, além de riscos a que poderiam estar sujeitas. Essa situação também se apresentava às mulheres da elite e poderia fazê-las senhoras de suas vidas, famílias e propriedades, sem, contudo, afastá-las completamente das normas sociais. No entanto, também as mulheres com poucos meios vivenciavam situações que exigiam medidas para preservar o grupo familiar

A liderança feminina no âmbito familiar é percebida também entre as mulheres de menor nível socioeconômico. Eram frequentes os requerimentos encaminhados ao poder provincial, no Rio Grande do Sul e em Buenos Aires, nos quais solicitavam a dispensa do serviço militar para seus filhos, o pagamento de soldos atrasados aos seus maridos ausentes, a liberação de filhos e esposos presos como vagos, por roubo ou bebedeira (REICHEL, 2000, p. 6).

Percebemos na documentação pesquisada, que não eram raros os casos de solicitação do retorno dos filhos por parte de mães. Embora argumentassem necessitar de seu amparo, ressaltamos que muitas dessas viúvas comandavam o lar

⁵⁸ Requerimento de Dona Josefa Henriqueta da Silva, AHRs, REQS, maço 35, 1827 (apud LUFT, 2012, p. 116).

e os filhos, e quando se dirigiam às autoridades demonstravam uma postura ativa ao reivindicarem seu retorno. Na impossibilidade de serem atendidas, assumiam as responsabilidades que socialmente costumavam ser destinadas a eles. Brízida França

viúva do falecido João Cardozo Pais moradora da Freguesia de Canguçu Distrito de Rio Grande que ela suplicante há tem de se ver no seio da miséria vivendo a favor de Manoel do Rego e sustentada por alguns vizinhos caritativos ficou com suas filhas adultas e um filho que servia de apoio, e na recruta que fez o Cap. Ubaldo Pinto Bandeira que vai para dez anos tirou o filho da Suplicante [...]. Pede a V. Exa. [...] dar baixa ao referido filho.⁵⁹

Encontramos também o caso de uma suplicante que se queixava do fato de seu filho ter que sentar praça, porque era o único que lhe servia de amparo, tendo ela três filhas órfãs⁶⁰ De outra mãe, cujo filho era o soldado João Roriz, da 2ª Companhia do Regimento de Dragões, afirmava-se que não tinha outro filho, apenas seis filhas órfãs, e que, portanto, mandariam a ele por servido.⁶¹

No entanto, nem sempre as autoridades eram tão benevolentes e em alguns momentos poderiam inclusive se basear em preferências e ignorar as leis concernentes ao recrutamento para enviar aos campos de batalhas desafetos pessoais e pessoas que eles acreditavam não estarem colaborando com a boa ordem da comunidade. Independente de quais eram seus motivos, o certo era que muitas pessoas que pela lei tinham sua isenção garantida, foram obrigadas a servir. Um outro exemplo, além dos já mencionados, é o de

Jerônimo Silveira de Souza [que] tinha 19 anos quando foi capturado. Segundo as informações prestadas pelo comandante, ele era órfão de pai, sua mãe tinha a seu cargo seus três irmãos solteiros, e não possuíam escravos. Tinha tudo para ser dispensado. Não foi o que aconteceu: o parecer do presidente foi favorável à recruta. [...]. O recrutamento dele para a primeira linha pode ter sido um golpe duro para seus familiares, já que a mãe era viúva e ainda tinha que cuidar dos seus outros três filhos solteiros, num ambiente de pobreza, que é indicado pela ausência de um escravo (LUFT, 2013, pp. 95, 96).

Uma vez que as ausências masculinas, em virtude das guerras, nem sempre podiam ser evitadas e as mulheres tomavam as rédeas de suas vidas e agências,

⁵⁹ AHRS, Requerimentos, 1814, Maço 13. apud FERTIG, p. 38.

⁶⁰ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 21 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

⁶¹ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 3 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

compreende-se por que os relatos de viajantes testemunhavam que a mulher sulina tinha maior flexibilidade e liberdade de decisão que suas “patricias de outras províncias” (FLORES, 1989, pp. 18, 19). Embora não faça referência direta à conjuntura de guerra em todos os casos citados, Daysi Lange Albeche observou a realidade das viúvas, órfãs e dos moradores de Rio Pardo, nos anos 1807 a 1813. Ali ela observou pedidos de terras, atividades sócio profissionais exercidas pela população, estilo das moradias e dramas sociais, como o abandono de crianças. Na documentação os pedidos de terras.

Partiram de outros grupos sociais que se apresentaram como sendo brancos, pardos, pobres, comerciantes e, inclusive por mulheres. [Segundo ela], a presença das mulheres nos pedidos de terra, é pouco destacada pela historiografia, mas foi localizar os diferentes argumentos por elas utilizados para obterem a concessão da terra. Os pedidos de posse da terra analisados como parte de histórias individuais permitem acompanhar as necessidades materiais e a percepção que os diferentes indivíduos fizeram de si mesmos quando expressaram suas ideias, valores, bem como a interpretação que elaboraram da chamada ideologia dominante (ALBECHÉ, 2002, p. 145).

Os argumentos utilizados pelas mulheres para a obtenção da terra, em geral seguiam um mesmo padrão. Apresentavam-se como

Viúvas ou solteiras, bem como pela grande maioria ser muito pobre. Esses pedidos de terra realizados pelas mulheres, enriquece a análise sociocultural da conquista e do povoamento do Rio Grande do Sul, pois em muitos de seus pedidos são revelados alguns traços da situação miserável de suas famílias, de seus filhos, como elas viviam, e como se relacionavam com a sociedade. Entretanto, outras mulheres, proprietárias apresentaram-se como possuidoras de grande número de escravos e de animais ou, simplesmente, requisitavam o respectivo título de propriedade em seu nome, pois já se encontravam ocupando determinado campo, há muito tempo (ALBECHÉ, 2002, p. 147).

Entre as histórias encontradas, há o caso de Dona Maria Gonçalves, viúva de Jacinto, preto forro, que membro do Real Serviço da Companhia, na Partida do Sargento Manoel dos Santos Pedrozo faleceu no ataque a Mandissobi, do outro lado do Uruguai. Sem a presença e apoio do marido, a viúva de origem guarani sofria ameaças para abandonar sua casa e campo e requeria a posse da terra⁶².

Também há o caso da viúva Maria Angélica da Silva, que dizia ter seis filhos, entre 1 e 19 anos de idade e que dirigiu à “Câmara uma Declaração de Pobreza, onde provava viver com seus seis filhos na maior indigência, situação que foi

⁶² RG, L. 1, 1813, doc. 199, AHMRP, apud Albeche, 2002, p. 148.

acentuada com a morte de José Alves da Costa Pinheiro [o marido inventariado], pois deixava dívidas de várias quantias a diversas pessoas”⁶³.

Enquanto não eram atendidas em suas solicitações de amparo ou reconhecimento dos direitos que entendiam ter, essas mulheres tinham de obter seu sustento de alguma forma. Dentre as atividades exercidas pelas mulheres, aparecia a de ama de leite e de cuidadoras de crianças expostas. Michele Perrot, ao analisar a trajetória e natureza dos empregos femininos, mencionou que “a ama de leite [...] introduz-nos, no grande setor do emprego feminino, se é que existe algum”. (PERROT, 2005, p. 244). No Rio Grande de São Pedro, as amas de leite eram contratadas para atender os bebês abandonados. Tinha que mostrar as crianças expostas, para receber seus salários, provando se tratavam bem os bebês a seus cuidados.

Naquele ambiente marcado por frequentes mobilizações militares, os maridos e filhos das boas amas eram isentos dos encargos militares⁶⁴. Foi estipulado pela Câmara de Rio Pardo que

a entrega dos expostos aos futuros responsáveis deveria obedecer no sentido delas não padecerem “à viúva de reputação de honesta ou a solteira com reputação de donzela”. O sustento dos expostos era fornecido sob a forma de pagamento de um salário estipulado pela Câmara, cujo valor teoricamente deveria ajudar na alimentação e no vestuário [...]. O período de sete anos era o período máximo que a Câmara se responsabilizava perante a sociedade com a ajuda da criação [pois os sete anos], de acordo com a mentalidade da época, era a “idade da razão”, a idade entre o mundo da criança e o mundo do trabalho, período considerado propício à “criança” exercer um ofício qualquer para o seu próprio sustento (ALBECHE, 2002, pp. 157, 158).

Segundo Renato Pinto Venâncio, que pesquisou a exposição de crianças no Brasil dos séculos XVIII e XIX, tanta cautela nem sempre atingia seus objetivos.

Embora bem intencionados, os administradores hospitalares muitas vezes eram responsáveis por verdadeiras hecatombes. Eles evitavam entregar expostos a mulheres sem leite ou a homens sem escravas amas, mas tanto no Brasil quanto em Portugal havia mulheres que fraudavam o auxílio público; algumas delas apresentavam-se como recém paridas, outras pediam “emprestado um filho alheio que seja gordo e com boa saúde, levando-o ao hospital ou câmara para provarem que cuidariam bem do enjeitado, como se fosse o próprio filho (2004, p. 197).

⁶³ RAC, 3/07/1812, AHMRP, apud Albeche, 2002, p. 154.

⁶⁴ RG, L.00, 1809, doc. 63, AHMRP, apud Albeche, 2002, p. 157.

Diversas razões levavam as mulheres a abandonarem seus filhos. Segundo Daysi Albeche (2002, p. 159), os abandonos poderiam ser associados à “gravidez imprevista associada à presença de relações ilegítimas e ou adúlteras, bem como por motivos econômicos e financeiros”. Já Venâncio (2004, pp. 192–204) destaca como motivos a miséria dos pais, o medo da condenação moral e familiar que tinham as moças brancas e de estirpe, quando estes filhos nasciam de relações ilícitas, o abandono como método de controle de natalidade, já que as leis eram rigorosas para infanticídio e aborto, a necessidade de internação de uma criança doente ou a demanda de serviços fúnebres a um bebê convalescente, ou mesmo a doença ou morte de um ou dos dois pais. No entanto, a análise destes abandonos merece cautela, pois não raro algumas crianças eram abandonadas em casas de parentes e vizinhos e “havia ocasião em que a própria mãe levava o filho à pia batismal, registrando-o como enjeitado”.

Ao mencionar dois casos de mulheres casadas que não tiveram filhos dos matrimônios, e que reconheceram filhos ilegítimos em seus testamentos, Sheila de Castro Faria (1998, p. 80) admitiu que muitas outras mulheres em igual condição poderiam jamais ter reconhecido seu filhos naturais justamente por terem concebido filhos legítimos durante o matrimônio.

Nesta sociedade com tantas mulheres que dependiam de si mesmas para se manterem e aos seus, certamente eram necessárias medidas para se sobreviverem em um ambiente belicoso, e o recebimento de um salário para amparar crianças abandonadas não deixava de ser bem vindo. Heloisa Reichel (2000, p. 5) mencionou também a produção têxtil e o artesanato que eram realizados no lar, como uma das principais atividades laborais exercidas pelas mulheres. Viajantes atestam isso:

Ao entrar [na casa da estância] deparei com a dona da casa a coser, agachada sobre tábuas em cima de pedras e cobertas por uma pele carneiro. Estava bem vestida e apesar de tímida respondeu às perguntas que lhe dirigi [...]. Essa mulher achava-se a fiar lã para fazer ponchos grosseiros para os negros, e que se empregam também à guisa de cheripá. O linho foi produzido em suas terras, fiado e tecido em sua casa [...]. Cada estancieiro possui um rebanho constituído, frequentemente, de vários milhares de carneiros e com a lã produzida as mulheres fabricam os tecidos dos ponchos, muito grosseiros, que se vendem à razão de 6 patacas, enviando-os a Porto Alegre, Rio Grande e outras localidades. Tais ponchos são brancos com riscos pratas ou pardos, e apenas usados pelos negros e índios. Outrora os habitantes das aldeias cultivavam algodão. As mulheres descaroçavam-no, fiavam e teciam, mas nas três invasões espanholas foi destruído tudo... Vivem longe de suas aldeias e suas mulheres são realmente privadas de trabalhar, porque lhe faltam meios (SAINT-HILLAIRE, pp. 49, 85, 87, 131).

Algumas mulheres que tinham seus próprios filhos, poderiam se beneficiar de diferentes atividades laborais, como servir de ama de leite, e deste arranjo poderiam tanto obter ganhos, como isentar seus homens dos serviços das armas. Outras tiravam seu sustento de suas poucas posses e eram obrigadas a conciliar o trabalho na propriedade com os cuidados dos filhos. E caso houvesse riscos de perder o que possuíam, sem contar com maridos e filhos, em virtude da guerra, eram obrigadas a usar de diferentes agências e a se posicionarem frente às autoridades.

Balthazar Pinto de Aguiar, Capitão Comandante da Capela de Santa Maria, que originalmente pertencia a Rio Pardo⁶⁵ relatou o caso de uma viúva com filhos menores, responsável pela família e administração dos bens. Quando estes foram confiscados para atender às necessidades das tropas ela reagiu exigindo a restituição do que lhe fora tomado. O mesmo Capitão questionou a respeito de uma requisição: “É verdade que a suplicante viúva Maria Joaquina de Menezes é tutora de seus filhos menores aos quais pertença uma fazenda e animais, solicitados, [...], tirados pelo Sargento- Mor Francisco de Paula Leal?”⁶⁶

Além de descrever as responsabilidades familiares e bens da viúva, ele mencionou um drama que era típico dos períodos de guerra, os confiscos. Muitas vezes era um método utilizado como punição para conter o apoio das famílias às deserções de seus homens e não deixavam de afetar as mulheres que administravam a casa ou as propriedades. Podemos constatar isto analisando mais um ofício que menciona um requerimento feito pela esposa de um miliciano desertor, Jacinta Rosa da Conceição, e é dirigido a um superior. Afirma o seguinte:

Devo dizer-lhe que achando-me no comando do Distrito recebi dois ofícios [...] nos quais me ordenava [...] fazer sequestros em todos o bens pertencentes aos soldados milicianos desertores deste distrito, respeitando eu as ordens fiz sequestro aos bens pertencentes ao soldado José Cardoso da Silva⁶⁷.

Aparentemente não eram incomuns os episódios em que as mulheres eram vítimas de confiscos e suspeitas ou cúmplices em casos de deserções. Confiscos

⁶⁵ Em 1820, cerca de três anos após iniciar o processo de desmembramento de Rio Pardo, Cachoeira foi desmembrado e veio a formar o quinto município da capitania, passando a Capela de Santa Maria a pertencer a ele. (FORTES, 1958).

⁶⁶ Of. Datado do Distrito de Santa Maria, 20 de Julho de 1819, do Capitão Balthazar Pinto de Aguiar. Maço 71. Fundo Autoridades Militares. AHRS.

⁶⁷ Of. Datado do Distrito de Santa Maria, 1º de Agosto de 1819, do Capitão Balthazar Pinto de Aguiar ao Capitão General da Capitania Conde de Figueira. Maço 71. Fundo Autoridades militares. AHRS.

para abastecer as tropas certamente foram transtornos que muitos enfrentaram em períodos de guerra. Segundo José Iran Ribeiro, na impossibilidade de conseguir carne para alimentar as tropas, os Comandantes poderiam solicitar que fossem abatidas reses de propriedades locais

Contudo, tal possibilidade não deve ser entendida no sentido de que as reses eram simplesmente requisitadas pelos militares sem que fosse dada qualquer satisfação a seus proprietários. Nem sempre era assim e o governo podia adquirir estes animais comprando-os, solicitando doações voluntárias e gratuitas de seus donos ou, se necessário, requisitando-as. De todas estas formas, o que indica é que a mais utilizada pelos oficiais militares foi a compra de animais mediante a emissão de que deveriam ser pagos pelos agentes da Junta da Fazenda. Não obstante, pelo fato de alguns homens negarem-se a atender as requisições dos militares, entende-se que nem sempre estes ressarcimentos eram feitos. Para alguns destes que se negavam a contribuir com o esforço de guerra, suas negativas poderiam significar prisão imediata, como aconteceu ao filho de um proprietário de Cachoeira que não acatou o pedido que os militares faziam de bois e cavalos. Contudo, quanto a alguns outros, como um Marechal do Exército que, mesmo sendo “o mais abastado proprietário da região”, não deu “sequer uma vaca para a alimentação das tropas, enquanto arrancava dos pobres todo o lucro de suas “terras”, “por ser Comandante”, não lhe podia ser determinada qualquer punição, o que, no entanto, não impedia que alguns milicianos se vingassem da má vontade do oficial, no caso, matando muitos de seus animais (RIBEIRO, 2005, pp. 100, 101).

Oficiais saíam ilesos de punições, caso não quisessem atender as demandas por doações. Mas o mesmo não aconteceria com os mais pobres daquela sociedade, e os fazia mais suscetíveis a terem seus bens confiscados se resistissem a servir às armas. Certamente, o próprio fato de alguns possíveis efetivos masculinos se recusarem a atender ao recrutamento, reforçava a possibilidade das autoridades simplesmente requisitarem os bens, em vez de comprá-los. O Comandante de Aldeia dos Anjos, Antonio Joaquim de Carvalho, na tentativa de recrutar efetivos, queixou-se que

Não foi possível encontrar nenhum, aparecendo-me em algumas casas só as mulheres, que dizem não sabem dos maridos e outros lugares feito tapera e em outros as filhas somente, que dizem não sabem de seus pais [...] por cujo motivo muito sinto-me envergonhado da péssima conduta e insubordinação dos habitantes deste distrito capazes de se prestarem nesta ocasião mais que nunca com seus bens e pessoas, o que provém da falta de subordinação, a qual será observada com prontidão, sendo punidos com rigoroso castigo ou confisco de bens os insubordinados que cada vez mais se aumentará o seu número se não houver exemplo.⁶⁸

⁶⁸ Carta de Antonio Joaquim de Carvalho a Salvador José Maciel, Aldeia dos Anjos, 17/02/1828. AHRS, AM, caixa 104, apud Luft, 2013, p. 99.

Mais uma vez a sombra do confisco incidia especialmente sobre as mulheres suspeitas de serem coniventes com a deserção de seus maridos, pais ou filhos. Cúmplices ou não, as suspeitas do Comandante e a proposta de represália foram claras, afinal, parecia algo banal que os homens se escondessem, porque não queriam se ausentar dos lares para atenderem demandas militares.

As falas das filhas ao comandante eram parte de uma estratégia que visava manter a família unida, pois a saída, por tempo indeterminado, de seu principal (ou um dos) elemento poderia causar um impacto irremediável. O militar ameaçava aplicar a estas famílias o confisco de bens [apesar de] ilegal. O comandante ameaçava desestruturar a vida econômica das famílias, se não fosse com a captura dos homens, com a apreensão dos bens necessários à sobrevivência⁶⁹

Os confiscos poderiam se dar por divergências de várias origens. O Major Agostinho Gomes Jardim, ao chegar próximo à vila de Rio Pardo, foi informado que em uma chácara havia uma porção de gado para suprir a polícia dos rebeldes. Convocou 50 homens para ajudá-lo a transportar o gado, foi atacado no caminho, mas conseguiu dispersar a emboscada. Os homens dispersos deixaram para trás 6 cavalos e gado que supriram a tropa por dois dias e depois foram repartidos pelas famílias da vila⁷⁰. O Major não esclarece se se apropriou do gado ou se tinha negócios com o proprietário da chácara, mas casos de confiscos, sobretudo quando o proprietário era de outro “partido” na guerra, eram comuns na belicosa sociedade sulina.

Ainda que tentassem resistir às dificuldades de períodos belicosos, fosse por buscar opções de renda como amamentar e criar crianças expostas, fosse por apoiar os maridos, pais e filhos nas fugas e deserções ou cuidar das propriedades em sua ausência, as mulheres viam-se muitas vezes sob a necessidade de aprovação masculina e mais especificamente militar. Mesmo o abandono de crianças tinha a especificidade de que

Geralmente as crianças eram abandonadas em diferentes residências, mas basicamente dependeram do reconhecimento ligado ao universo masculino da sociedade de Rio Pardo, pois a grande maioria dos pedidos de salários para sustento e criação foi realizado por homens e não por mulheres. Podemos identificar pelos registros um levantamento dos abandonos, necessariamente, em residências de homens possuidores de postos militares, somando a este universo nove crianças na casa de capitães, uma

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Datada em Distrito do Couto, 19 de Maio de 1840. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Vol. IX. Porto alegre, 1979, pp. 190, 191. CV-5247.

na de tenente e duas na de alferes. Já os abandonos em residências, exclusivamente, do universo feminino e sem podermos identificar, no geral, o estado civil destas mulheres, foram abandonadas mais de trinta e oito crianças, sendo nove somente na de viúvas especificamente (ALBECHÉ, 2002, p. 160).

Contestando a visão corrente de Laytano de que poucos em Rio Pardo não eram de origem militar, Albeche analisou na localidade diferentes grupos sociais, mas assinalou o prestígio daqueles que detinham cargos militares.

No século XVIII, criou-se no Brasil, entre o Exército e as Companhias de Ordenanças, as Companhias Auxiliares com o objetivo de complementarem a atuação das forças militares já existentes [...]. A partir de 1798, as Companhias Auxiliares passaram a ser designadas de Milícias, isto é, “povo em armas”, não sendo permitido a qualquer indivíduo integrá-las, pois não havia pagamento de salários. Deste modo, somente os homens mais ricos, com propriedade e com escolaridade, isto é, um grupo de indivíduos qualificados, teriam acesso ao aprendizado e estariam aptos para a defesa do território. Assim, o recrutamento e o ingresso aos corpos militares das Companhias de Milícias, além de ser realizado entre os homens mais abonados, abriu margem para que a escolha recaísse, exclusivamente, entre seus pares. A análise dos tipos sociais que integravam as Companhias de Milícias permite identificar que o ingresso, na dita ara, foi um dos possíveis caminhos para obtenção de poder local, no aumento da propriedade e, conseqüentemente, na formação de grupos privilegiados, muitas vezes constituídos pelos grandes proprietários de terras (2002, p. 146, 147).

Todo este prestígio certamente contribuía para que eles fossem os primeiros a serem lembrados quando houvesse a intenção das mães abandonar seus bebês. As casas de militares eram priorizadas quando as crianças eram expostas, e as escolhas indicam que as mães levavam em consideração a sobrevivência da criança ao abandoná-la (ALBECHÉ, 2002, p. 162).

Curiosamente, apesar das boas condições desses homens, muitas das crianças abandonadas em suas casas sofreram carências e maus tratos. João R. Bahia declarou à Câmara sobre uma menina exposta na casa do capitão Thomaz de Aquino, que mandou buscar em sua casa, “achando-se a menina em um tal estado, que necessitava de um grande trato a fim de não morrer⁷¹. Igualmente, Dona Maurícia Clara de Oliveira declarou os maus tratos sofridos pelo menino Joaquim, que exposto “às portas da casa de Pedro José Dornelles mas, D. Maurícia movida de piedade o fez recolher à sua casa, na mesma noite, por estar a criança passando por misérias”⁷².

⁷¹ RG, 1809, doc. 9. Rio Pardo, apud Albeche, 2002, p. 161.

⁷² RG, 1815, doc.177. Rio Pardo, Ibdem.

Assim, embora fossem abandonadas nas casas dos homens, em alguns momentos acabavam sendo amparadas por mulheres, fosse por caridade ou pelo desejo de obter ganhos com a criação de expostos. A viúva Dorothea Caetana Vitorina, por exemplo, foi responsável pela criação de mais de sete crianças, pois “como viúva de cirurgião mor, ela preenchia possíveis qualidades no cuidado que poderia oferecer às crianças”. Sem a presença de um marido, ela, assim como outras mulheres de então, encaminhava sua vida à sua maneira, complementava seus sustento com a criação de expostos, e por sua aptidão a exercer essas funções assinalava sua respeitabilidade social.

Ressaltamos, entretanto, que criar um órfão ou exposto não acarretava em maiores responsabilidades, como a transmissão de herança, por exemplo. Quando os mesmos eram beneficiados em testamentos ou doações, o eram por benevolência, e geralmente não eram mais contemplados que outras pessoas não pertencentes à família do benfeitor (SILVA, 1998, pp. 218). Todavia, passados os sete anos em que a Câmara cobria os gastos da criança, seu destino podia ser incerto, às vezes infeliz. Foi o caso de uma china de nome Josefa, menor de idade, a quem Vicência Joaquina da Conceição afirmava ter criado como filha, mas que foi tirada de sua casa ocultamente⁷³.

Em uma sociedade marcada pela violência, o rapto e as violações poderiam ser algo corriqueiros, apesar da legislação rigorosa. Em um contexto frequentemente movimentado por conflitos bélicos, provavelmente era ainda pior. Mas neste espaço, as mulheres buscavam várias opções de sobrevivência, quando estavam sem a presença de seus homens, ou por viuvez e orfandade, ou porque os homens da família haviam sido destacados para as atividades bélicas. Estas mulheres realizavam diferentes agências, as ricas administravam seus negócios e estâncias, as pobres criavam crianças expostas, serviam de amas de leite, ao mesmo tempo em que buscavam obter benefícios a seus maridos, pais e filhos, esperando suas isenções, apoiando fugas e deserções, se queixando às autoridades. Igualmente, quando se sentiam prejudicadas, reivindicavam soluções do poder público. Assim era a vida dessas mulheres em uma conjuntura de guerra.

⁷³ AC, 1816, doc.136. Rio Pardo, Ibdem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família no espaço sul-rio-grandense, no século XIX, tinha características peculiares a uma região militarizada e de fronteira, dentre as quais a maior margem de ação das mulheres devido às constantes mobilizações militares masculinas. A partir de nossa análise percebemos a inviabilidade de estabelecer modelos que ignorem as particularidades regionais e temporais existentes nos domínios luso e brasileiro de então. Devido às limitações de trabalhar um período muito longo, privilegiamos examinar, sobretudo, os anos especialmente conflituosos de 1811 a 1828, numa região específica da Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro, Rio Pardo.

Rio Pardo era um espaço importante à época, de formação militar, berço de poderosas famílias e com um núcleo comercial respeitável. Certamente sua influência se estendia ao restante da região, permitindo-nos, dessa forma entender melhor a sociedade rio-grandense, e, principalmente, as famílias a partir dessa localidade específica. Do mesmo modo, o fato de optarmos trabalhar anos de conflito (as campanhas da Banda Oriental), num ambiente usualmente envolvido com as atividades belicosas possibilitou-nos contemplar nosso foco, o contexto dessas famílias em um momento em que os homens tinham que atender as demandas de guerra, e as mulheres eram obrigadas a exercer funções dentro do lar e da sociedade que em outras condições eram destinadas a eles.

Para desenvolver este trabalho, consideramos interessante contextualizar Rio Pardo e recapitular o que já foi escrito sobre a história da família, a história das mulheres e das relações de gênero. Nesse viés, procuramos perceber não somente os estudos sobre a realidade rio-grandense, mas também brasileira e europeia. Procuramos esclarecer, em linhas gerais, sobre as famílias da elite, entre as camadas populares, bem como suas relações entre elas e dos dois lados do Rio da Prata. Embora reconheçamos as dificuldades de aprofundamento acerca das famílias entre as camadas marginalizadas da população, pois as fontes a que tivemos acesso poderiam ser menos reveladoras do que esperávamos, comparando-as a outras fontes e bibliografias consultadas conseguimos encontrar algumas informações, ou, pelo menos, levantar algumas possibilidades. Também

nos deparamos com limitações no fato de que os arquivos visitados por nós (AHRs e AHMRP) tenham se mantido fechados por algum tempo em nosso período de pesquisa.

No entanto, a partir da documentação consultada percebemos que, a maioria dos casos encontrados se referem principalmente a famílias com menos meios de subsistência, geridas, sobretudo, por viúvas, que tinham que manter os filhos, administrar suas posses (terras e animais), resistir a confiscos, exigir soluções às autoridades quando sofriam confiscos, ou que necessitavam dos filhos para ajudarem a cuidar da propriedade, dos filhos pequenos e irmãs órfãs. Também chegamos a mulheres casadas, cujos maridos serviam às tropas, ou jovens órfãs que buscavam soluções para suas pendências. Muitas dessas mulheres que encontramos, cuidavam de crianças enjeitadas (os expostos) como meio de obter ou complementar a renda familiar, ou mesmo para obter isenções do serviço militar a seus maridos e filhos. Independentemente de desejarem ou não essa situação, a conjuntura de guerra ampliava seus espaços de atuação e exigia que demonstrassem uma postura ativa em seus esforços de sobrevivência pessoal e familiar.

Inferimos que, no Rio Grande de São Pedro, a ausência constante dos homens da casa, em virtude da guerra, propiciava às mulheres- pobres ou ricas; brancas, mestiças, indígenas ou negras; casadas ou viúvas; concubinas ou solteiras e com filhos- maior autonomia de ação, administrando sozinhas seus lares e negócios. A disposição dos rio-grandenses às armas, também não era absoluta. Muitas famílias tentavam liberar seus membros da obrigação de sentar praça. Por razões afetivas ou puramente econômicas, pais de família negociavam a liberação de seus filhos do serviço militar; mães, esposas e companheiras reivindicavam a presença ou encobriam as deserções de seus filhos e parceiros; homens desertavam ou tentavam se eximir da obrigatoriedade dos serviços evocando suas obrigações familiares; outros, sem nenhuma posse ou escravos, serviam em lugar dos patrões ou senhores, forçados por sua condição servil, ou impelidos por laços de lealdade e clientelismo. Deste modo, a família no Rio Grande do Sul se distinguia da de outras regiões, em virtude, dentre outras razões, do ambiente belicoso que não permitiria a acomodação absoluta aos papéis sociais e exigia atitudes dos membros das famílias para preservar o bem-estar do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBECHE, Daysi Lange. **Rio Pardo numa perspectiva sociocultural**. Métiis História e Cultura, Maringá, v. 2, n. 2, p. 1139–170, 2002.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Amasiar ou Casar?** A Família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Resenha: **Minha História das Mulheres**. Michele Perrot. São Paulo, editora Contexto, 190 p. História Social, nº 16, primeiro semestre de 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/248/233> (acessado em 21 de junho de 2013).

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

BALMORI, Diana; VOSS, Stuart F.; WORTMAN, Miles. **Alianzas de Familias y la Formación del País en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BARRETO, Aníbal (Cel). **Fortificações do Brasil**. (Resumo Histórico). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 368.

BIERSACK, Aletta. Saber Local, História Local: Geertz e Além. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BURGUIÈRE, André (org.). **História da Família**. O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa. 3. volume. Lisboa: Terramar, 1986.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001.

_____. Fernando. Guardas Militares Ibéricas na Fronteira Platina. In: POSSAMAI, Paulo César (org). **Gente de Guerra e Fronteira**: Estudos de História militar do Rio Grande do Sul. Pelotas. UFPEL, 2010, pp. 67–79.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Sobre el uso historiográfico del concepto de región**. Estudos Sociales, segundo semestre de 2008, pp. 7–21.

COLLOMP, Alain. Famílias: Habitações e Coabitações. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da Vida Privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CORREIA, Sílvio Marcus de Souza. A Poligenia Étnica na Formação Social do Espaço Fronteiriço de Rio Pardo: 1750 – 1850. In: VOGHT, Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Orgs.). **Vale do Rio Pardo**: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

COSTA, Adriana Schwindt. **Patrimônio Histórico Cultural em Territórios Urbanos**: um estudo acerca do conjunto da área central de Rio Pardo (RS). Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, UNISC, 2006.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. **Entre “a intolerância política” e a “sede ardente de mando”**. Família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c. 1845 – c. 1870). São Leopoldo: Tese de Doutorado, UNISINOS, 2011.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EDIPUCRS, 1990

FABRÍCIO, José de Araújo. **A Descendência de Bento Gonçalves da Silva**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion F. S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____ **A Colônia em Movimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** Famílias de Elite e Sociedade Agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFRJ, 2007.

FERTIG, André Átila. **Entre Súditos e Cidadãos:** Os Suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800 – 1815). Porto alegre: UFRGS, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos:** Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. V. I, T. I. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____ **Casa Grande e Senzala:** formação da Família Brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Sociedade:** Preconceitos e Conquistas. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FLORES, Moacyr. **República Rio - Grandense:** realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FREGA, Ana. **Pueblos y Soberanía em la Revolución Artiguista.** La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colônia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Eclesiástica e Judiciária do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1958.

GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil.** Separata do vol. III dos subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis e Trasgressores:** elites contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760 – 1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOLIN, Tau. A Destrução do Espaço Missioneiro. In: POSSAMAI, Paulo César (org). **Gente de Guerra e Fronteira:** Estudos de História militar do Rio Grande do Sul. Pelotas. UFPEL, 2010, pp. 53–55.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738 – 1763). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. **Conquistadores e negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABNER, June. Mulheres da Elite: Honra e Distinção das Famílias. In: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43–64.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A Outra História: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A Outra História**: Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ISLAS, Ariadna. Limites para um Estado. Notas controversias sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828, em FREGA, Ana (coordenadora). **História Regional e independência del Uruguay**. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2009, pp. 169–216.

KRAAY, Hendrik. **Repensando o Recrutamento Militar no Brasil imperial**. Diálogos, Maringá, v. 3, 1999, pp. 113–151.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. **Gente de Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: Tese de Doutorado/Universidade Fluminense, 2006.

LAYTANO, Dante de. **Almanaque de Rio Pardo**. Oficinas Gráficas – Universidade de Indiana, 1946.

LEVI, Geovanni. **A Herança Imaterial**: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUFT, Marcos Vinícios. **Essa guerra desgraçada: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MACEDO, Francisco Riopardense. **Rio Pardo: a arquitetura fala da história**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MACFARLANE, Alan. **História do Casamento e do Amor: Inglaterra, 1300 a 1840**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAYO, Carlos A.; LATRUBESSE, Amalia. **Terratenientes, Soldados y Cautivos. La frontera, 1736 – 1815**. Editorial Biblos, BS. AS, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral. O Fim das Casas Grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da Vida Privada no Brasil, 2: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENEGATTI, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2009.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PASSETI, Gabriel. De “Civilização e Bárbarie” às “Campanhas do Deserto”: relações políticas e guerras entre indígenas e criollos no sul da Argentina (1825 – 1885). **Diálogos**, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9, n. 3, 2005, pp. 223–227. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526547016.pdf> (consultado em 27 de fevereiro de 2014)

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 278–321.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed.. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIRES, Aline Cunha Simões. Diversidade Econômica em Rio Pardo: estudo de caso sobre Matheus Simões Pires (século XVIII – XIX). **Anais Eletrônicos** do I Congresso Internacional de História Regional. Vol. 1, 2011, pp. 151–168.

PRIORE, Mary Del . História da Vida Privada e do Cotidiano. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REICHEL, Heloisa Jochims. A mulher rio-platense na visão dos viajantes: um sujeito histórico. **Anais Eletrônicos** do IV Encontro da ANPHLAC. Salvador, 2000.
Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/reichel.pdf>

_____. Fronteiras no Espaço Platino. In: BOEIRA, Nelson. (Coord.). **História do Rio Grande do Sul - Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006 - vol. 1, p. 359.

REZENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo: história, recordações e lendas**. 2. ed.. Rio Pardo, 1987.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o Serviço nos Chama: Os Milicianos e Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1835)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/PUC, 2001.

_____. **Quando o Serviço os Chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

RONCIÈRE, Charles de la. A Vida Privada dos Notáveis Toscanos no Limiar da Renascença. In: DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada, 2: Da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMARA, Eny de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Tendências atuais da História da Família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. **Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVI**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf (acessado em 29 de janeiro de 2014)

SCHIMITT, Jean Claude. A História dos Marginais. In: GOFF, Jacques le. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **“A Arte de Governar”**: Redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811 – c. 1830. São Leopoldo: Tese de Doutorado, UNISINOS, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 54, São Paulo, Dezembro de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015 (acessado em 29 de janeiro de 2014)

SOUZA, Sabrina Silva. **Comerciantes em Rio Pardo**: Atuações comerciais e relações sociais (1800 – 1835). Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1998.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KUHN, Fábio; GUAZELI, César; NEUMAN, Eduardo. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 121–145.

STEARN, Peter N. **História das Relações de Gênero**. 2. ed., 1. impressão. São Paulo: Contexto, 2012.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. COOPERATIVA Militar Editora e de Cultura Intelectual. **A Defesa Nacional**: Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Nº 768. Rio de Janeiro. BIBLIX. Abril/Maio/Junho/1995.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo, 1900 – 2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**. Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 145–177.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rózas e contra o Paraguai**. In: Enciclopédia Rio Grandense. Canoas: Editora Regional, 1956.

WOLFF, Cristina Scheibe. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 423 - 446.

VARGAS, Jonas. “O Círculo dos Grandes”: os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868 – 1889). In: MILDNER, Saul. **Recortes de História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 189–221.

VOGT, Paulo. Formação Social e Econômica da Porção Meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (orgs.). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: Enciclopédia Einaudi, v. 14, estado-Guerra – **Região**. Lisboa: In: Casa da Moeda, 1989, pp. 306–317.

FONTES CONSULTADAS

Fundo Autoridades Militares

Maço 21, Ano 1811
Maço 22, Ano 1811
Maço 34, Ano 1813
Maço 38, Ano 1813
Maço 46, Ano 1814
Maço 49, Ano 1814
Maço 53, Ano 1815
Maço 54, Ano 1815
Maço 58, Ano 1816
Maço 61, Ano 1816
Maço 62, Ano 1817
Maço 67, Ano 1818
Maço 70, Ano 1818
Maço 71, Ano 1819
Maço 72, Ano 1819
Maço 73, Ano 1819
Maço 91, Ano 1823
Maço 94, Ano 1824
Maço 95, Ano 1825
Maço 97, Ano 1825
Maço 99, Ano 1825
Maço 101, Ano 1826
Maço 102, Ano 1826
Maço 104, Ano 1827
Maço 105, Ano 1827
Maço 106, Ano 1827
Maço 108, Ano 1828
Maço 110, Ano 1828
Maço 111, Ano 1828

Fundo Requerimentos

Maço 18, Ano 1815
Maço 19, Ano 1816
Maço 22, Ano 1818

Fundo Correspondências, Requerimentos, Ofícios, Recibos

Fundo 387, Ano 1914
Fundo 395, Ano 1914
Fundo 432, Ano 1914
Fundo 433, Ano 1914

FONTES PUBLICADAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**. Porto Alegre, 1979, vols. III, V, VI, VII, IX, X, XII.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833 - 1834)**. Trad. E notas de Dante Laytano. 2. ed. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.